

Diana Marlene Magalhães Silva

**”Vivências Urbanas e Qualidade de Vida – na Área Metropolitana
do Porto”**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e
Ordenamento do Território orientada pela Professora Doutora Teresa Sá Marques
e coorientada pela Professora Doutora Paula Guerra

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

Vivências Urbanas e Qualidade de Vida – na Área Metropolitana do Porto

Diana Marlene Magalhães Silva

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e
Ordenamento do Território orientada pela Professora Doutora Teresa Sá Marques
e coorientada pela Professora Doutora Paula Guerra

Membros do Júri

Professora Doutora Teresa Sá Marques
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Carlos Bateira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Fátima Matos
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Aos meus pais e irmão!

Índice Geral

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de Figuras.....	12
Índice de quadros.....	14
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução.....	17
1.1. Justificação do tema e objetivos de estudo.....	17
1.2. Metodologias aplicadas e caminhos percorridos.....	20
1.3. Organização e estrutura da dissertação.....	22
Capítulo 1 – Relações entre a estrutura social e estilos de vida.....	25
1.1. Consumo e estilos de vida.....	25
1.2. Desigualdade e estratificação social.....	32
1.2.1. Classes sociais e desigualdades sociais.....	34
1.2.2. A espacialização da desigualdade social.....	37
Capítulo 2 – Estrutura urbana e vivências sociais.....	40
2.1. Funções urbanas.....	40
2.2. Vivências urbanas.....	51
2.3. Hierarquia urbana e rede de cidades.....	53
2.4. Vivências urbanas policêntricas.....	63
2.5. Justiça espacial.....	70
Capítulo 3 – Qualidade de vida.....	73
3.1. O conceito.....	73
3.1.1. A qualidade de vida urbana.....	84
3.1.2. Abordagem objetiva e subjetiva.....	90
Segunda Parte – Desenvolvimento Empírico.....	97
Capítulo 4 – Caracterização social dos indivíduos da AMP.....	98
4.1. Estrutura etária.....	99
4.1.1. Síntese territorial do domínio da estrutura etária.....	104
4.2. Escolaridade.....	105

4.2.1. Síntese territorial do domínio da escolaridade	110
4.3. Desemprego.....	111
4.3.1. Síntese territorial do domínio do desemprego.....	115
Capítulo 5 – Representação da oferta urbana – funções urbanas	118
5.1. Uma breve perceção territorial por domínio funcional	118
5.1.1. Equipamentos e serviços de saúde	120
5.1.2. Equipamentos e serviços de apoio social	121
5.1.3. Equipamentos e serviços de educação e formação.....	122
5.1.4. Equipamentos e serviços de conhecimento	123
5.1.5. Equipamentos e serviços de cultura	124
5.1.6. Equipamentos e serviços de turismo	125
5.1.7. Equipamentos e serviços de desporto e lazer	126
5.1.8. Comércio e serviços	127
5.1.9. Serviços administrativos	128
5.2. Síntese da diversidade funcional	129
Capítulo 6 – Representação da procura urbana e níveis de satisfação	131
6.1. Características sociais dos inquiridos.....	133
6.2. Hábitos e locais de consumo e lazer.....	137
6.3. Qualidade de vida e níveis de satisfação	151
Conclusões e Considerações finais	157
Referências bibliográficas	164
Anexos.....	169
Anexo 1 – Serviços considerados para a hierarquia de funções.....	170
Anexo 2 – Hierarquia das funções centrais, por classe	171
Anexo 3 – Área Metropolitana do Porto, por freguesia	173
Anexo 4 – Tabela com taxas (%) correspondentes a cada indicador social individual tratado, em 2011	174
Anexo 5 – Total das unidades funcionais e total de funções urbanas por domínio, por concelho, na AMP, em 2015	175
Anexo 6 – Percentagem dos locais da AMP, que as pessoas inquiridas mais gostam de frequentar, em 2014	176
Anexo 7 – Percentagem por concelho dos locais da AMP, que as pessoas inquiridas mais gostam de frequentar, em 2014	180

Agradecimentos

Terminada esta etapa, chegou o momento de redigir as últimas palavras deste trabalho, que propositadamente ou não se encontram nas primeiras páginas. Gostaria de agradecer e expressar a minha gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta dissertação, apoiando-me sempre que necessitei e incentivando-me, no sentido de superar todos os obstáculos intrínsecos à realização da presente dissertação. O espaço reservado possivelmente será pouco e limitado para tanto a dizer e alguém poderá ser esquecido, ainda que não seja essa a minha intenção.

Como não poderia deixar de ser, em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, pelo carinho, paciência, apoio, compreensão e dedicação, e pelo que me puderam proporcionar ao longo destes últimos cinco anos, fazendo com que um dos meus sonhos se tornasse possível de se realizar. A eles e ao meu irmão dedico do fundo do coração esta dissertação.

Há minha família em geral também um muito obrigado pelo incentivo que sempre me deram nesta fase da minha vida.

À Professora Doutora Teresa Sá Marques, minha orientadora, queria expressar toda minha gratidão pela simpatia, pelo grande apoio prestado, sobretudo na informação disponibilizada, assim como na aquisição de documentos importantes para a elaboração desta dissertação; pelos conselhos, observações e críticas construtivas que contribuíam para um conhecimento mais aprofundado do tema; pelo contributo, com ideias e sugestões muito úteis na construção das propostas dadas; pelo tempo e trabalho disponibilizado e por todos os ensinamentos que me proporcionou.

À Professora Doutora Paula Guerra, minha coorientadora, um muito obrigado por todos os concelhos e comentários enriquecedores que me proporcionou ao longo do processo de concretização desta dissertação, especialmente na parte conceptual e pelo apoio e disponibilidade, sempre que solicitado.

À Professora Doutora Fátima Matos pelo fornecimento de alguma bibliografia, crucial para a minha dissertação e pela disponibilidade proporcionada.

Ao Diogo Ribeiro, agradeço-lhe por toda a paciência que teve comigo, pelo trabalho e disponibilidade dispensada para me ajudar sempre que necessitei.

E, por último, não menos importante, aos meus amigos Andreia Feitais, Daniela Neiva, Adelina Silva, Catarina Neto, Rosário Machado, Bárbara Alves, Filipe Ribeiro e Joana Magalhães pela força e encorajamento transmitidos, pelo incentivo demonstrado ao longo deste percurso, por todos estes anos um agradecimento muito especial. De vocês levarei recordações para a vida, impossíveis de esquecer. A todos vocês, um muito obrigado!

Resumo

A atual dissertação apresenta como objeto de estudo as vivências urbanas e qualidade de vida, na Área Metropolitana do Porto, com propósito de ficarmos a perceber como se desenrola o quotidiano da população. Por um lado, vai-se analisar as representações da oferta e procura de equipamentos, serviços e comércio, bem como os locais e as atividades eleitas para consumo e lazer, ou seja, as vivências sociais. Por outro lado, vai-se investigar os níveis de satisfação relativamente aos serviços e equipamentos, aos hábitos e aos locais de consumo e lazer, no que se refere ao concelho de residência. Subjaz estes propósitos, a perspetiva é procurar analisar a oferta e avaliar, se esta condiciona a procura urbana e a qualidade de vida da população residente.

Conceptualmente, este trabalho vai, numa primeira fase abordar o consumo e os estilos de vida, articulando-os com a estrutura social da população residente, que em variadas situações se traduz em desigualdades sociais (referindo dois problemas bem patentes na sociedade portuguesa, a pobreza e a exclusão social). Numa segunda fase, interessa perceber a estrutura urbana e as vivências sociais, perspetivando as funções urbanas, e as vivências urbanas. Neste âmbito interessa abordar as hierarquias urbanas e as redes de cidades, o policentrismo e a justiça espacial. Articulando com as abordagens referidas, pode-se equacionar o conceito de qualidade de vida, nas dimensões objetiva e subjetiva, numa perspetiva urbana.

Em termos analíticos, a perspetiva empírica desenvolvida inspira-se na abordagem conceptual estudada. O objeto de estudo é a Área Metropolitana do Porto. Seguindo uma abordagem objetiva (quantitativa), concebemos um sistema de informação por freguesia, que possibilitou uma análise das estruturas sociais da população residente (estrutura etária, escolaridade e desemprego) e um sistema de informação relativo à oferta de equipamentos e serviços, por concelho, tudo para a AMP. Na abordagem subjetiva (qualitativa), investigamos a perceção dos indivíduos residentes no Grande Porto, em termos de procura urbana (hábitos e locais de consumo e lazer) e os níveis de satisfação relativamente ao local de residência, no domínio dos equipamentos e serviços. Em termos metodológicos, na componente objetiva, construíram-se bases de dados geográficas, fizeram-se análises estatísticas e conceberam-se mapas. Na componente, subjetiva analisaram-se inquéritos. Os resultados apurados procuram cruzar as percepções dos indivíduos com as realidades territoriais.

Palavras-chave: Funções urbanas; Vivências urbanas; Qualidade de vida; Satisfação; Área Metropolitana do Porto

Abstract

The subject of the present dissertation is the urban livingness and life quality in the Área Metropolitana do Porto, with the purpose of understanding the daily life of the population.

It will be analysed the representations of the demand and supply of equipment, services and trade, and also the places and activities of consumption and leisure, the so called social livingness. On the other side, it will be investigated the levels of satisfaction of the population regarding the equipment, services, the habits of consumption and leisure in the municipality area. The purpose is the perspective of evaluating the supply and if it affects the demand of the population and life quality.

First in the conceptual matter, it will be explained the subject of the consumption and life styles, articulated with the social structure of the population, that sometimes can result in social inequalities, such is poverty and social exclusion. In the second stage, the goal is to understand the urban structure and the social livingness, involving the urban roles and livingness. To achieve this, it is important to analyse the urban hierarchies and cities networks, the polycentrism and spatial fairness. Using the mentioned approaches, it can be measured the objective and subjective life quality in the urban field.

Analytically, the empirical perspective it's inspired in the conceptual approach. The subject in study is the Área Metropolitana do Porto. Using the objective approach (quantitative), we designed an information system by parish, which enabled the analysis of the social structures of the population (age structure, education level and unemployment), and an information system regarding the equipment and service supply by municipality, everything in the AMP. In the subjective approach (qualitative), we investigated the individual perception of the residents of Grande Porto, concerning the urban demand (habits and places of consumption and leisure), and the levels of satisfaction regarding the residential place and the equipment and services. Methodologically, in the objective component, it was created a geographical database and maps, and conducted statistical analysis and in the subjective component, inquiries were analysed. The results founded sought the articulation between the individual perceptions and the territorial realities.

Keywords: Urban Roles; Urban Livingness; Life Quality; Satisfaction; Área Metropolitana do Porto.

Índice de Figuras

Figura 1- Pirâmide relativa à estratificação social.....	33
Figura 2 - Variação do centro para a periferia, da renda locativa para as três funções urbanas	42
Figura 3 – Variação do preço do solo urbano com a distância ao centro	42
Figura 4 – Fases da expansão urbana	55
Figura 5 – Relação entre a distância de um lugar central e a quantidade de bens por ele fornecido	56
Figura 6 – Raio de eficiência de um bem central	57
Figura 7 – Área de influência de três lugares centrais de níveis diferentes	58
Figura 8 – Rede urbana christalleriana	61
Figura 9 – Rede urbana em hubs e spokes.....	62
Figura 10 – Modelo Monocêntrico.....	63
Figura 11 – Modelo Policêntrico.....	63
Figura 12 – Potencial do policentrismo a todas as escalas espaciais	66
Figura 13 – Dois processos principais do policentrismo: o institucional e o estrutural.....	68
Figura 14 – Dois aspetos complementares do policentrismo: o morfológico e o relacional	69
Figura 15 – Perspetivas analíticas do conceito de qualidade de vida	83
Figura 16 – Sistemas de informação da qualidade de vida urbana da Câmara Municipal do Porto	88
Figura 17 – Medidas e métodos para avaliação da qualidade de vida	91
Figura 18 – Configurações das diferenças objetivo / subjetivo, segundo Veenhoven.....	95
Figuras 19, 20, 21 e 22 – Taxas e pesos da população residente dos 0 aos 24 anos de idade e população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011	102
Figuras 23 e 24 – Síntese territorial (cluster simples com taxa+peso) da população residente com idades entre os 0 – 24 anos e da população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011..	103
Figura 25 – Síntese territorial (cluster complexo com todas as taxas) do domínio da estrutura etária, por freguesia, na AMP, em 2011	105
Figuras 26, 27, 28 e 29 - Taxas e pesos da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011	108
Figuras 30 e 31 – Síntese territorial (cluster simples com taxa+peso) da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011	109
Figura 32 – Síntese territorial (cluster complexo com todas as taxas) do domínio da escolaridade, por freguesia, na AMP, em 2011	111
Figuras 33 e 34 - Taxa e peso da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011	113
Figura 35 – Síntese territorial (cluster simples com taxa+peso) da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011	114
Figura 36 – Síntese territorial (cluster complexo com todas as taxas) do domínio do desemprego, por freguesia, na AMP, em 2011	116

Figura 37 – Oferta de equipamentos e serviços de saúde, por concelho, na AMP, em 2015	121
Figura 38 – Oferta de equipamentos e serviços de apoio social, por concelho, na AMP, em 2015	122
Figura 39 – Oferta de equipamentos e serviços de educação e formação, por concelho, na AMP, em 2015	123
Figura 40 – Oferta de equipamentos e serviços de conhecimento, por concelho, na AMP, em 2015	124
Figura 41 – Oferta de equipamentos e serviços de cultura, por concelho, na AMP, em 2015	125
Figura 42 – Oferta de equipamentos e serviços de turismo, por concelho, na AMP, em 2015	126
Figura 43 – Oferta de equipamentos e serviços de desporto e lazer, por concelho, na AMP, em 2015 ..	127
Figura 44 – Oferta de comércio e serviços, por concelho, na AMP, em 2015	128
Figura 45 – Oferta de serviços administrativos, por concelho, na AMP, em 2015	129
Figura 46 – Síntese da Diversidade Funcional, por concelho, na AMP, em 2015	130
Figura 47 – Enquadramento da área de estudo - Grande Porto	132
Figuras 48 e 49 – Idade por grupo etário e sexo dos inquiridos, em 2014	133
Figura 50 – Níveis de escolaridade dos inquiridos, em 2014	134
Figura 51 – Condição perante a atividade económica da população inquirida, em 2014	134
Figuras 52 e 53 – População residente inquirida, que trabalha e estuda (incluindo os inquiridos que fazem estas duas atividades) e meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares, em 2014	136
Figura 54 – Concelho de residência dos inquiridos, em 2014	137
Figura 55 – Atividades realizadas por parte dos indivíduos inquiridos, em 2014	141
Figura 56 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram o cinema, em 2014	144
Figura 57 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os shopping, em 2014.....	148
Figuras 58 e 59 – Percentagem de indivíduos inquiridos, que costuma ou não ir passar férias e onde costuma passar férias, em 2014	150
Figuras 60 e 61 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida há cinco anos (2009) e atualmente (2014), (numa escala de 1 a 10), em 2014.....	153
Figura 62 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com os espaços verdes existentes nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014	153
Figura 63 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de espaços públicos (praças, jardins, parques) nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014	154
Figuras 64 e 65 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de serviços, equipamentos e comércio nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014	155

Índice de quadros

Quadro 1 – Centros Urbanos em Portugal Continental e no Arquipélago da Madeira	49
Quadro 2 – Hierarquia das Funções Urbanas Centrais, segundo estudo do INE.....	50
Quadro 3 – Indicadores de bem-estar	80
Quadro 4 – Componentes da qualidade de vida	81
Quadro 5 – Conceções da qualidade de vida e bem-estar	83
Quadro 6 – A qualidade de vida urbana na agenda política da Europa	86
Quadro 7 – Categorias de bem - estar individual	92
Quadro 8 – Pontos fortes e fracos das abordagens objetiva e subjetiva, segundo Diener e Such	93
Quadros 9 e 10 – Outputs resultantes da síntese territorial da população residente com idades entre os 0 – 24 anos e da população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011	103
Quadro 11 – Output resultante da síntese territorial do domínio da estrutura etária, por freguesia, na AMP, em 2011	105
Quadros 12 e 13 – Outputs resultantes da síntese territorial da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011	109
Quadro 14 – Output resultante da síntese territorial do domínio da escolaridade, por freguesia, na AMP, em 2011	111
Quadro 15 – Output resultante da síntese territorial da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011.....	115
Quadro 16 – Output resultante da síntese territorial do domínio do desemprego, por freguesia, na AMP, em 2011	116
Quadro 17 – Funções urbanas contempladas por cada domínio funcional.....	119
Quadro 18 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde procuram serviços e equipamentos, em 2014	139
Quadro 19 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde realizam frequentemente as suas compras, em 2014	140
Quadro 20 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os parques verdes, em 2014.....	142
Quadro 21 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram bares/discotecas	144
Quadro 22 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os equipamentos desportivos, em 2014.....	145
Quadro 23 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram o comércio tradicional, em 2014	147
Quadro 24 – Percentagem dos shoppings mais frequentados pelos indivíduos inquiridos	148

Lista de abreviaturas e siglas

AMP – Área Metropolitana do Porto

ATL – Atividades de Tempos Livres

BRGI – Base Geográfica de Referenciação de Informação

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CBD – *Central Business District*

CEC – *Commission of the European Communities*

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

CEMAT – *Council of Europe Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional*

Planning

CESAP – Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População

EDEC – Esquema de Desenvolvimento Europeu Comunitário

ESDP – *European Spatial Development Perspective*

ESPON – *European Observation Network, Territorial Development and Cohesion*

ESRI – *Environmental Systems Research Institute*

EUA – Estados Unidos da América

FUA – *Functional Urban Areas*

IDG - Índice de Desenvolvimento do Género

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIA – *Polycentric Integration Areas*

PIB – Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PUSH – *Potential Urban Strategic Horizon*

RUP – Região Urbana Policêntrica

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

Introdução

A atual dissertação contextualiza-se no 2º Ano de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a temática direcionada para a problemática das “Vivências Urbanas e Qualidade de Vida”, tendo como caso de estudo a Área Metropolitana do Porto (por concelhos e por freguesias), mas também a nível do Grande Porto.

A nossa pesquisa, irá incidir-se mais concretamente, nas perceções dos indivíduos acerca das suas vivências quotidianas, avaliando se a oferta urbana (funções urbanas) influenciam a sua qualidade de vida, analisando os níveis de procura destes, pelos diferentes serviços, equipamentos e comércio e percebendo se os indivíduos se encontram ou não satisfeitos com a oferta urbana existente.

1.1. Justificação do tema e objetivos de estudo

A escolha da temática, objeto desta dissertação surgiu naturalmente de uma primeira conversa com a minha orientadora, quando as dúvidas ainda eram muitas e os interesses múltiplos. Após avaliar várias sugestões, optamos pelo tema da presente dissertação. Decidi escolher esta pesquisa, por ser uma questão contemporânea e relevante no quotidiano das pessoas, pois vivemos em plena crise económica, e nem todos os indivíduos detêm o mesmo acesso a determinados bens, equipamentos e serviços, encontrando-se possivelmente mais vulneráveis socialmente ou numa situação de incapacidade de acesso aos equipamentos e serviços. De certo modo, pretendemos, avaliar as disparidades socio - espaciais ou os padrões que possam existir.

Não sendo de todo um tema desconhecido da geografia urbana, antes pelo contrário é um tema que está bem assente nesta disciplina. É uma temática que tem importância e interesse na sociedade moderna, face às mutações económicas, sociais e ambientais em curso, as quais tendem a acentuar as diferenças entre determinados grupos sociais e, entre locais dentro das próprias cidades, originando problemas de justiça espacial, que resultam numa fragmentação socio - espacial.

Optou-se por trabalhar esta temática a nível da AMP (por freguesia e eventualmente por concelho), por ser uma escala mais detalhada e apropriada à temática em causa. Por freguesia, tentamos avaliar se objetivamente a população residente evidencia territorialmente uma estrutura social mista ou constrói um perfil segmentado ou mesmo dualizado socialmente. Por

consequente, o estudo da AMP, ao nível das funções urbanas, avalia a oferta urbana e as possíveis dicotomias inter - concelhias dentro da AMP. Para analisar os níveis de percepção dos indivíduos, optou-se pelo Grande Porto (hábitos e locais de consumo e lazer e níveis de satisfação, através de um inquérito por questionário). A amostra é representativa em termos estatísticos (população alvo) para esta área, retratando estatisticamente bem o Grande Porto.

A questão de partida para a investigação foi esta: “Será que a oferta urbana (funções urbanas) condiciona a qualidade de vida dos residentes, mais concretamente que tipo de equipamentos e serviços procuram e quais são os níveis de satisfação que têm, face à oferta que utilizam?”.

Os objetivos desta dissertação não são fáceis de explicar, porque vai-se procurar cruzar informações diversas com um objectivo comum. Um dos propósitos principais desta investigação, visa analisar as relações entre a estrutura social e os estilos de vida (principalmente, ao nível dos consumos e da sua diferenciação e estratificação social, caracterizar a estrutura urbana ou o sistema urbano e as vivências sociais dos indivíduos, interrogando a justiça espacial e relacionando tudo isto, se possível, com a qualidade de vida urbana (segundo duas perspectivas ou dimensões, uma objetiva e outra subjetiva).

Tendo em conta a questão de partida, em termos de investigação pretende-se:

- Num primeiro instante, decidimos avançar para uma avaliação mais objetiva, onde optámos por seleccionar a AMP, por freguesia, para avaliar as características sociais da população residente, dado considerarmos, que as particularidades intrínsecas aos indivíduos são determinantes nas escolhas e cruzam-se com a oferta e a procura de equipamentos, serviços e comércio. A estrutura social mais ou menos vulnerável socialmente, pode condicionar a procura urbana, e de certo modo, a oferta também. Para responder a estas questões foi-nos disponibilizada uma base de dados pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Instituto Nacional de Estatística (INE), com informação estatística ao nível de todas as escalas, onde se seleccionou a informação por freguesia para a AMP, relativa a 2011;

- Perceber de que modo a oferta urbana (também uma análise mais objetiva) se distribui pelos concelhos da AMP, quais os setores e concelhos com maior e menor oferta, sendo que para este estudo foi também utilizada uma base de dados do CEGOT, com dados estatísticos acerca dos múltiplos domínios das funções urbanas e a sua totalidade no geral, em 2015;

- Por último, tentar compreender de um modo mais subjetivo, os hábitos e locais de consumo e lazer da população residente do Grande Porto, isto é, que serviços, equipamentos e

comércio costumam procurar, assim como que atividades de lazer mais gostam de realizar no seu quotidiano e, entender quais são os níveis de satisfação das populações relativamente à oferta urbana, tendo em conta o local de residência (avaliando se os diferentes contextos urbanos são ou não diferenciadores em termos de satisfação). Aqui a investigação vai apoiar-se na perceção individual, a partir de inquéritos. De maneira, a responder a estas questões, foi-nos fornecida mais uma base de dados pelo CEGOT, resultante de um inquérito por questionário.

No fundo tencionamos fazer o seguinte:

- Avaliar se a oferta objetiva de serviços, equipamentos e comércio está a condicionar à partida a qualidade de vida dos residentes, ou seja, se a população residente dessas áreas urbanas/locais com uma oferta mais reduzida, têm uma qualidade de vida em princípio condicionada e, se os residentes dessas áreas urbanas têm uma estrutura social à partida mais vulnerável, mais condicionados potencialmente se encontram;

- Avaliar os níveis de procura dos diferentes serviços, equipamentos e comércio, ou seja, mesmo existindo ou não oferta urbana, os níveis de procura são diferentes em função do tipo de serviço em causa. Possivelmente há serviços, equipamentos e comércio com uma procura mais forte que outros, e provavelmente, há situações em que há oferta urbana local, mas existem indivíduos que não precisam ou não sentem a necessidade desse mesmo serviço e equipamento;

- Por fim, interessa ficar a perceber se os indivíduos residentes estão satisfeitos ou insatisfeitos com os serviços, equipamentos e comércio disponível e que utilizam.

Desta forma, existem duas situações possíveis de vir a acontecer: a primeira situação, considerada pior, prende-se com o facto de não havendo oferta diversificada, sendo a estrutura social vulnerável e os indivíduos estando insatisfeitos com a oferta, em princípio a qualidade de vida vai estar condicionada e a segunda situação, mais ponderada e melhor, relaciona-se com o facto de havendo oferta diversificada, a estrutura social ser genericamente não vulnerável socialmente e os indivíduos estando satisfeitos com a oferta, a qualidade de vida não vai ser afetada.

No geral, desejamos ficar a saber se aqueles que não têm vivências, estão satisfeitos com a sua qualidade de vida e se aqueles que têm vivências se sentem satisfeitos ou não por poder usufruir destas, isto é, procura-se comparar a satisfação com o usufruto (por exemplo, se aqueles que não têm vivências urbanas, estão satisfeitos com a sua qualidade de vida). O que está aqui em causa, é perceber como é representado e vivido o quotidiano de apropriações de espaços, de bens e amenidades urbanas da população residente da AMP e Grande Porto.

1.2. Metodologias aplicadas e caminhos percorridos

Os trabalhos de investigação são, normalmente, pautados por diversas condicionantes, dependendo, principalmente, da limitação do tempo, pela informação e dados disponíveis e se temos acesso ou não, e pelo trajeto académico desenvolvido. Um processo de investigação científica, detém pressupostos metodológicos que é indispensável ter presente no decorrer de uma investigação, como é o caso. Conhecer a realidade é tencionar descobrir um caminho para alcançar e obter um patamar superior de progresso no estágio do conhecimento.

Em termos conceptuais, no que se concerne à metodologia utilizada na elaboração e desenvolvimento desta dissertação, iniciou-se por uma recolha, pesquisa e investigação bibliográfica diversa e específica, de obras de referência acerca das temáticas que estão em causa, com intuito de clarificar, os principais conceitos em causa, delimitar o problema a investigar, respondendo simultaneamente, às diversas questões que foram surgindo no desenrolar da dissertação.

No plano do desenvolvimento e estudo empírico, procuramos variar as metodologias aplicadas em função dos objetivos e metas que desejávamos e pretendíamos alcançar. Neste trabalho de investigação, praticamente toda a informação e dados estatísticos presentes, foi-nos disponibilizada em três bases de dados (cada uma referente ao tema prático em questão) pelo CEGOT da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, assim como pelo INE, por concelhos e freguesias da AMP. Sem dúvida, que os “Sistemas de Informação Geográfica” (SIG) foram uma ferramenta muito utilizada na cartografia, particularmente o *software ArcGIS 10.2* da *ESRI (Environmental Systems Research Institute)*. Outra ferramenta crucial ao desenvolvimento deste trabalho, foi a ferramenta *SPSS Statistics 21*, pois serviu para realizarmos o tratamento dos dados estatísticos e por conseguinte, a execução de técnicas de análise exploratória e descritiva, como será esclarecido à frente, bem como o programa *Microsoft Excel 2010*, necessário na realização de gráficos e quadros estatísticos e também serviu no tratamento dos dados.

A estatística multivariada, foi muito importante a nível metodológico nesta investigação, especialmente a técnica de análise multivariada para detetar agrupamentos de dados, a chamada análise de *clusters*, ou seja, o objetivo desta análise é “definir grupos (*clusters*) de objetos semelhantes, sendo que a semelhança é determinada por uma matriz de distâncias, uma matriz de diferenças” (Lopes, 2013: 2). Desta forma, “cada observação pertencente a um determinado *cluster* é similar a todas as outras pertencentes a esse *cluster*, e é diferente das observações pertencentes aos outros *clusters*” (Maroco, 2007: 419, citado por Magalhães, 2014: 2).

Na análise de *clusters*, recorremos, primeiramente, ao método hierárquico (*Hierarchical*

Cluster), onde a “construção de clusters começa por encontrar os dois pares de objetos mais próximos (variáveis) de acordo com a medida de distância usada e combina-os para formarem um *cluster*... ou seja, este é um método que produz uma sequência hierárquica de *clusters* obtidos pela combinação (ou divisão) de *clusters* existentes” (Lopes, 2013: 2), sendo que o resultado deste método é um dendrograma¹, em que depois os *clusters* são obtidos pela sua análise. Só depois de aplicado este método e já com o número de *clusters* definido, é que utilizamos o método não-hierárquico (*K-Means Cluster*), em que *k* é o número de clusters identificado pelo analista, número esse já definido pelo método hierárquico. Este método, parte de um número de grupos (*clusters*) definido *a priori* (*k*) e procede a uma divisão de todos os casos obtidos pelos *k* grupos preestabelecidos e a melhor escolha dos casos será aquela que otimiza o critério eleito.

Estas duas técnicas de estatística multivariada revelaram-se, fundamentais, na concretização da maior parte dos indicadores empregados, para que depois fosse possível proceder à sua representação cartográfica. A nível metodológico, a cartografia é primordial nesta investigação, principalmente, porque possibilita desenvolver, a qualquer escala (no caso de estudo à escala concelhia e por freguesias), resultados comparáveis e possíveis de confrontar. Para a elaboração das diversas “peças cartográficas”, usámos a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2012.1. Utilizámos também um inquérito por questionário, aplicado no âmbito do projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, em 2014.

É necessário salientar que ao longo da realização desta dissertação, aplicamos todo o nosso conhecimento e aprendizagem obtido ao longo destes cinco anos académicos, contudo, também fomos adquirindo conceitos, aprendizagens, técnicas e competências novas, bem como estratégias mais simples e facilitadoras para o nosso estudo, que até então desconhecíamos. Realizei um conjunto de experiências novas, como por exemplo, aprendi na prática, a análise de *clusters* pelos dois métodos e a analisar os seus resultados, pois apesar de ter tido duas unidades curriculares² acerca da estatística aplicada, a verdade é que não aprendemos a usar profundamente todas as técnicas estatísticas. De certo modo, com estas aplicações melhorei também a minha técnica, com a utilização da ferramenta *SPSS Statistics 21* e com o programa *ArcGIS 10.2*. Todavia, este trabalho só mostra apenas os resultados finais, sendo que por detrás de tudo o que está aqui explicitado, houve uma série de trabalhos extras e muito tempo

¹ É uma espécie de diagrama de árvore que organiza determinadas variáveis, depois findados em *clusters*.

² Uma unidade curricular na Licenciatura em Geografia, designada de “Informação Geográfica e Análise de Dados” e uma outra no mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do território, designada de “Métodos de Estatística Aplicada”.

despendido. Muitos foram os dias e semanas seguidas, em que nos dirigíamos para o CEGOT, para realizarmos experiências com a análise de *clusters* e por conseguinte, a cartografia temática, para depois no fim até o trabalho que estávamos a elaborar não ser necessário para a nossa investigação. Por exemplo, sucedeu que elaborei, a nível da aplicação prática para as características sociais dos indivíduos, cartografia temática, uma à escala do concelho e outra à escala da freguesia e no final, somente optei por colocar os mapas à escala da freguesia, porque senti a necessidade de refletir os indicadores sociais a trabalhar, a uma maior escala. Para além destes exemplos, houve situações em que foi preciso escolher da cartografia elaborada, a que pensávamos ser a mais adequada à prática do nosso caso de estudo, o melhor número de *clusters* para uma determinada variável, a representação a diferentes escalas, a mudança de cores que tínhamos de efetuar, pois existiam combinações cromáticas que não eram as mais adequadas a um tema.

1.3. Organização e estrutura da dissertação

A atual dissertação desenvolve-se e será constituída por duas partes distintas: uma primeira parte, o enquadramento teórico e conceptual, na qual pretendemos enquadrar as temáticas abordadas, particularmente teorias, conceitos e modelos de abordagem e uma segunda parte, que incidirá na apresentação dos casos de estudo empíricos (Área Metropolitana do Porto, por freguesia, por concelho e Grande Porto), exibindo os exercícios práticos desenvolvidos.

A primeira parte é dividida em três capítulos (capítulos 1, 2 e 3):

- **Capítulo 1 – intitulado de “Relações entre estrutura social e estilos de vida”**, foca-se nos conceitos primordiais de consumo e estilos de vida (são referenciados alguns exemplos nacionais e internacionais), bem como, a diferenciação e estratificação social, refletindo as diferentes abordagens sobre classes sociais e desigualdades sociais. Debruçamo-nos particularmente na espacialização das desigualdades sociais (pobreza e exclusão social).

- **Capítulo 2 – intitulado de “Estrutura urbana e vivências sociais”**, procura-se articular as funções urbanas, com os modos como a cidade permite aos seus habitantes terem ou não acesso a determinadas funções e vivências urbanas, tentando perceber de que modo é que as vivências, refletem as cidades através dos seus serviços, equipamentos, comércio e das práticas dos próprios indivíduos. De seguida, focalizámo-nos sobre as teorias da hierarquia urbana e da rede de cidades, focando as estruturas policêntricas e a justiça espacial;

- **Capítulo 3 – intitulado de “Qualidade de vida”**, aborda-se o conceito de qualidade de vida, qualidade de vida urbana e as suas dimensões de análise (objetiva e subjetiva). Faz-se uma

contextualização do aparecimento do conceito e das teorias que o suportam.

É no seguimento destes três capítulos conceptuais que se constrói, uma abordagem empírica direcionada aos nossos objetivos, através do estudo de caso.

A segunda parte encontra-se distribuída em três capítulos (capítulos 4, 5 e 6):

- **Capítulo 4 – intitulado de “Características sociais dos indivíduos da AMP”**, realizámos uma análise sociodemográfica com base nos dados censitários (Censos da população de 2011, publicados pelo INE), no domínio da estrutura etária, escolaridade e desemprego, por freguesias, na AMP. Executámos a análise e representação cartográfica de uma série de indicadores sociais a nível individual, e recorreremos também a uma análise de *clusters* e posterior cartografia dos mesmos, visando a identificação das diferentes tipologias nas áreas de estudo, de maneira a tipificar as áreas com maior ou menor vulnerabilidade social;

- **Capítulo 5 – intitulado de “Representação da oferta urbana – funções urbanas”**, procedemos a um estudo do território, por concelhos da AMP, assente numa base de dados estatísticos relativos ao número total de funções urbanas e unidades funcionais e número total de equipamentos de saúde, apoio social, educação e formação, conhecimento, turismo, cultura, desporto e lazer, serviços administrativos e comércio e serviços, para a análise destes dados estatísticos, através da cartografia temática, com intuito de percebermos se existe, ou não, uma relativa distribuição e oferta de serviços e equipamentos acessíveis à população residente em estudo;

- **Capítulo 6 – este último capítulo, intitulado de “Representação da procura urbana e níveis de satisfação”**, através de uma base de dados disponibilizada pelo CEGOT, acerca de um inquérito por questionário denominado de “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, em 2014, aplicado a nível nacional (cobrindo 863 inquiridos), sendo que depois do tratamento dos dados, seleccionamos somente a população residente do Grande Porto (565 inquiridos, pois esta amostra tem representatividade estatística). A partir deste inquérito, analisamos as perceções dos indivíduos a respeito dos hábitos e locais de consumo e lazer de que usufruem e quais os seus níveis de satisfação relativamente à oferta de equipamentos, serviços e comércio e à qualidade de vida em geral.

Por último, apresentamos as conclusões e considerações deste trabalho de investigação, onde se faz uma síntese de todo o trabalho desenvolvido.

Primeira Parte – Teorias, Conceitos e Modelos de Abordagem

Capítulo 1 – Relações entre a estrutura social e estilos de vida

A estrutura social diz respeito à forma como uma sociedade se organiza, fundamentalmente, através de relações complexas e constantes que se interligam, tal como as relações estabelecidas entre os indivíduos, por meio dos papéis sociais que se assumem. Neste capítulo, proponho fazer referência, aos estilos de vida e consumo que os indivíduos possuem em sociedade, de modo a avaliar no geral o seu quotidiano (rotinas e hábitos), com o objetivo de compreender como que é que estes se comportam em sociedade e como os seus padrões de consumo são determinantes para os padrões de qualidade de vida encontrados. Neste mesmo sentido, se falará da desigualdade e estratificação social – conceitos dentro dos quais se considera as classes sociais e as desigualdades sociais. Partimos, pois do pressuposto de que a sociedade é incitadamente desigual e heterogénea (dando origem a situações de pobreza e exclusão social).

1.1. Consumo e estilos de vida

O mundo em que vivemos “encolheu”, pois as fronteiras nacionais diluíram-se, as distâncias ficaram mais curtas, a velocidade da comunicação aumentou, as pessoas começaram a circular por diversos países, os bens de consumo tendem a generalizar-se e universalizar-se, os estilos de vida modificam-se e transformam-se (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 132). Portanto, vivemos uma sociedade de mudança acelerada.

Começamos então, por debater o conceito de consumo, e a sua importância na mudança social. Atualmente, existe uma evidência fantástica acerca do consumo, pois, o “homem não se encontra tanto rodeado por homens, mas mais por objetos” (Gomes, 2008: 8). Vivemos o tempo dos objetos.

Por consumo, entende-se a “utilização de bens, serviços, energia e recursos por parte das pessoas, organizações ou sociedades” (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 132). Este fenómeno, conheceu um significativo crescimento nos países industrializados, principalmente, no decorrer da segunda metade do século XX, resultado do desenvolvimento e progresso económico, que se verificou nessas regiões no mundo.

O consumo é um tema banal, pois todos nós, seres humanos, fazemo-lo diariamente, em todo o tipo de ocasiões, tanto festivas como somente no simples passar do nosso dia-a-dia. “O consumo é uma permanente e irremovível condição e aspeto de vida” (Gomes 2008: 8). Segundo Soares Caetano (2004, citado por Gomes, 2008: 8 a 9), existem seis condições

relevantes responsáveis por influenciarem a tendência do consumo:

- As mudanças no salário real, na medida em que o consumo será uma função do rendimento real e não do rendimento nominal;

- As alterações na diferença entre o rendimento e o rendimento líquido;

- As variações não previstas dos valores do capital não utilizado no cálculo do rendimento;

- As variações na taxa de preferência temporal, isto é, do rácio de preferência entre o consumo presente e o futuro. (...) este fator inclui todo o tipo de riscos. Um exemplo, será a hipótese de se não viver no futuro, o que não permitirá consumir no futuro o que não se consome no presente;

- A política fiscal sobre os rendimentos não provenientes do trabalho;

- As antecipações de rendimentos futuros.

Assim, se o rendimento do agregado familiar aumentar, não é garantido que este acréscimo seja usado em carências adicionais de consumo, contudo, caso o rendimento diminua, é certo que o consumo vai decrescer, sendo que podemos afirmar, que o rendimento e o consumo são complementares, pois apesar de não ser certo o uso do acréscimo do rendimento em consumo, há uma enorme possibilidade de isso ocorrer, “ visto que os cidadãos se tornam, cada vez mais, dependentes dos objetos, dos bens e serviços oferecidos pela sociedade” (Gomes, 2008: 9).

A expressão “sociedade de consumo” (ou o “ tempo dos objetos” na terminologia do sociólogo francês Jean Baudrillard, 1981), diz respeito, assim, a esta nova realidade, determinada “pela abundância e circulação massiva de objetos que moldam a existência humana” (citado por, Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 132). A sociedade de consumo, é um termo usado na economia e na sociologia, que representa um tipo de sociedade capitalista e que se particulariza pelo consumo de bens e serviços. A sociedade de consumidores é, possivelmente, a única sociedade da história do Homem, que garante felicidade na vida quotidiana. Como refere Baudrillard (1981, citado por Gomes, 2008: 3) “a sociedade de consumo resulta do compromisso entre princípios democráticos igualitários, que conseguem aguentar-se com o mito de abundância e do bem-estar, e o imperativo fundamental de manutenção de uma ordem de privilégio e de domínio”. Ora, num sentido positivo do consumo, o seu aumento massivo tem como efeitos a melhoria das condições materiais de vida e o grau de satisfação das populações. Hoje em dia, de certo modo mais do que outrora, às famílias sobra mais do seu orçamento para obter e alcançar bens alimentares, vestuário, automóveis, férias,

viagens e uma variedade de outros artigos. Porém, por outro lado, o consumo exagerado a nível global conduz à desigualdade dos recursos naturais e intensifica a clivagem entre países ricos e pobres.

Um dos meios que promove e induz ao consumo é a publicidade. Assim, o *marketing* e outras técnicas comerciais desempenham, neste contexto, um papel fulcral. A sua finalidade centra-se em incentivar o aumento da procura de bens e serviços, de forma a elevar, continuamente, o nível de carências dos consumidores.

O progresso do consumo, tende a acompanhar os ciclos da economia, pois o crescimento da procura de bens e serviços é notório em períodos de grande crescimento económico. Por isso, esta ligação entre consumo e economia é descrita, de modo sarcástico por Jean Baudrillard. Como “ Era uma vez um homem que vivia na Raridade. Depois de muitas aventuras e longa viagem através da Ciência Económica, encontrou a Sociedade da Abundância. Casaram-se e tiveram muitas necessidades” (Baudrillard, 1981, citado por Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 134). O desenvolvimento das técnicas comerciais à escala universal, em estreita articulação com os “*mass media*” e as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), possibilitam a promoção do mesmo produto, simultaneamente, em diversos países, circunstância que tem levado à tendência para a uniformização global dos padrões de consumo, demonstrando serem veículos que facilitam o deslumbramento pelos objetos e sua respetiva compra. A Internet, possui um papel influente, dada a fácil comunicação e a relativa proximidade entre qualquer ponto do planeta (Gomes, 2008: 9).

Cada vez mais, as pessoas passaram a realizar as suas compras através do computador pela *Internet*, escolhendo os artigos que pretendem entre a pluralidade de lojas virtuais disponíveis no ciberespaço, pagando-os com recursos eletrónicos (o cartão de crédito é o mais habitual) e recebendo a encomenda nas suas casas, dias ou horas depois. De realçar, que os centros de consumo das grandes cidades são cada vez mais centros culturais, de produção de espetáculo, porque o consumo é cada vez mais um ato cultural, “ir às compras para comprar, ou apenas, para observar as imagens dos produtos e objetos para consumo, é um modo de lazer específico das áreas urbanas, em que continuamente o adquirir produtos de vestuário, artigos de decoração ou até a compra de detergentes, associa-se com outros modos de lazer ligados à arte e cultura (cinema, teatro, pintura), que constantemente se podem, até praticar no mesmo espaço” (Rodrigues, 1992: 95).

Atualmente, é corrente encontrarem-se pessoas de múltiplas nacionalidades (especialmente, a população mais jovem), vestidas e penteadas da mesma forma, ouvindo as

mesmas músicas, vendo os mesmo filmes, frequentando as mesmas cadeias de restaurantes e na maioria das vezes, adotando semelhantes comportamentos consumistas (ou estilos de vida). Às formas tradicionais de comércio (como por exemplo, mercados, lojas, hipermercados, armazéns ou centros comerciais), que implicam a deslocação física aos locais de consumo, veio ligar-se uma nova modalidade em franca expansão mundial, o chamado comércio eletrónico ou *online*.

Contrariamente ao consumo, o consumismo é uma qualidade da sociedade. Mas para uma determinada sociedade adquirir esta qualidade, é necessário ter a capacidade particular para querer, desejar e ansiar (Gomes, 2008: 9). A apropriação de bens, garante o bem-estar e o afeto, que podem ser os principais originadores por detrás dos desejos e anseios da população. O consumismo, pode ser considerado como ato de consumir produtos e serviços, em algumas situações, inconscientemente. Enquanto, o consumo tem por natureza o uso e o consumo daquilo que é, estritamente necessário, o consumismo vai mais longe, até ao chamado “consumo do produto supérfluo”, que pode não trazer nada de novidade à vida de um cidadão, contudo este tem necessidade de experimentar.

Para terminar esta breve resenha acerca do consumo, podemos afirmar que o consumo é um tema popular, pois acontece em todo o lado e a toda a hora (processo global generalizado). O consumismo é uma qualidade da nossa sociedade, pois o consumidor é fascinado por uma série de artigos e objetos, e tem necessidade de os ter a todos, não porque seja útil³, mas sim pelo simples facto de o possuírem⁴. O consumo é, assim, uma atividade crucial na vida dos cidadãos, “ocupando parte do seu tempo, da sua energia física e com implicação emocional” (Cruz, 2009: 19).

Dedicamo-nos agora a falar sobre estilos de vida⁵. A sociologia define estilos de vida como “práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem as escolhas particulares e identitárias em domínios tão díspares como a habitação, a alimentação, os usos do corpo, o vestuário, a aparência, os hábitos de trabalho, o lazer, a religião, a arte, a organização do espaço e tempo ou o convívio com os outros atores sociais”⁶ (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 136). Estilos de vida é uma expressão moderna, que se refere à estratificação da sociedade por

³ Neste caso podemos associar o fator violência, porque na maioria dos crimes de roubo ou furto faz-se por vontade própria de adquirir certo produto, de o experimentar e não por ser útil (Gomes, 2008: 10).

⁴ Ou seja, as pessoas compram coisas compulsivamente que sabem que não lhes vai trazer qualquer tipo de utilidade, mas fazem-no com objetivo de satisfazer a sua vontade de comprar (Gomes, 2008: 10).

⁵ De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o estilo de vida “é um conjunto de hábitos e costumes que são influenciados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de sociabilização” (Portes, 2011: 1).

⁶ Busca da definição ao Dicionário de Sociologia, Porto Editora, 2002.

meio de aspetos comportamentais, expressos, geralmente, sob a forma de padrões de consumo, rotinas, hábitos ou uma forma de vida adaptada ao dia-a-dia.

George Simmel foi um dos primeiros sociólogos a utilizar, explicitamente, a noção de estilos de vida, sendo que este parte do “aumento da impessoalidade resultante da urbanização das sociedades modernas. Isto é, as pessoas tendem a compensar esta situação, buscando a sua individualidade, o que é permitido pelo aumento das opções de escolha oferecidas a estas pessoas. Esta necessidade da individualização, articulada ao grande número de opções origina os diferentes estilos de vida” (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 137). Max Weber, refere os estilos de vida como efeitos de escolhas, e mais, refere que isso se dá ao nível do consumo inserindo ainda dois novos fatores que determinam os estilos de vida, o primeiro situa-se nas chamadas “possibilidades de vida” (que demarcam as opções dos indivíduos pertencentes a cada classe social) e o elemento “*status*” (que está associado ao consumo de bens específicos de cada estilo de vida).

A Escola de Chicago, relaciona estilos de vida ao dia-a-dia dos cidadãos, associando-os com atividades do quotidiano, atitudes, valores e comportamentos. Pierre Bourdieu, refere que as distintas condições sociais/classes sociais correspondem aos diferentes estilos de vida, num padrão global salientado por proximidades e distâncias, afinidades e diferenças, gostos e desgostos (2007: 304). Para este autor, as práticas particulares dos estilos de vida são, ao mesmo tempo, classificadas, limitando fronteiras importantes que delimitam o espaço social. Anthony Giddens refere que na modernidade avançada não há outra escolha se não escolher, escolhas estas que tendem a permanecer em estilos de vida próprios de alguns grupos ou estratos sociais. Desta forma, os estilos de vida alcançam um maior relevo, tanto na definição de hábitos quotidianos, como também na construção das identidades individuais, que são hoje em dia criadas pelos indivíduos.

Os estilos de vida refletem assim, as especificidades dos valores, atitudes, comportamentos e opiniões dos indivíduos e dos grupos, cooperando e colaborando para a construção de identidades pessoais e coletivas. Estilo de vida é assim, a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo, e em consequência se comportam e fazem opções. Mas isso é somente, uma parte do que define estilos de vida. Os estilos de vida podem ser entendidos como produto de uma relação de compromisso entre as aspirações dos indivíduos e dos constrangimentos da sociedade e do meio envolvente. Dependem dos valores e da cultura. O estilo de vida é um ponto-chave para a análise do consumo cultural: “o estilo de vida (...) indica individualidade, auto – expressão e consciência de si estilizada.” (Castro, 2003: 82), ou

seja, são maneiras de viver. Os estilos de vida resultam do processo de socialização de que somos objeto desde o nascimento e implicam a interação de conhecimentos, valores e práticas ao longo da vida, e assumem-se como traves mestras da ação humana e da saúde, e têm a ver com a interação sócia ambiental, os aspetos físicos, psíquicos, sociais, emocionais ou conotativos.

Do mesmo modo que o consumo, também os variados estilos de vida são propagados e divulgados pelos meios de comunicação de massas (a publicidade, a televisão, entre outros) e pelo *marketing*, sendo, essencialmente, responsáveis pela conceção de fenómenos de moda (definida nesta circunstância como usos e costumes que se transformam em modelos sociais e alcancem valor durante um período de tempo analogamente mais curto). Atualmente, existem novos estilos de vida, residindo, fundamentalmente, na caracterização da dimensão cultural do corpo humano, o qual passou a preencher um lugar central nas preocupações diárias das pessoas, destacando-se alguns exemplos. O caso dos ginásios é importante, na medida em que os antigos ginásios de educação física praticamente passaram à história e deram lugar aos modernos clubes de manutenção física, sendo que aqui se articula a saúde com a beleza, ou seja, trabalha-se o corpo mas também a mente, inspirados na fórmula “*look good, feel good*” (“pareça bem, sintase bem”). Os *health clubs* são verdadeiros locais de culto da forma física, sendo que a sua oferta caracteriza-se pela multifuncionalidade (exercício físico, tratamentos estéticos e fisioterapêuticos, entre outras funções).

A alimentação *light* ou vegetariana e os produtos biológicos: hoje em dia devido às campanhas mediáticas promovidas por especialistas de nutrição e *marketing*, é cada vez maior a associação por parte dos consumidores entre a saúde, alimentação e o bem-estar. A alimentação dietética atrai cada vez mais pessoas, como exemplos de alimentação, temos os produtos *low*, *light* e *soft*, cereais ao pequeno-almoço, sumos de fruta, laticínios ou chocolate, entre outros.

Também a moda desportiva é importante, na medida em que antigamente, as pessoas compravam artigos desportivos, seja vestuário ou calçado para prática desportiva ou lazer, contudo, presentemente, ela destina-se também, ao uso quotidiano, ou seja, o desporto, quer dizer a atitude desportiva tornou-se um modo de “estar na vida”, sendo que os artigos e equipamentos desportivos entraram nos domínios e espaços alheios à prática desportiva. O vestuário desportivo ou *sportswear* e o vestuário urbano ou *streetwear* são denominações, que se misturam nos modos de apresentação pública urbana de hoje, como forma de identificação e de confirmação de uma sociabilidade informal. Vários são os desportos existentes, desde *skate* ou patins em linha, na rua; *body-board* ou *surf* na praia; as bicicletas no campo ou na cidade

incorporam cada vez mais adeptos, em especial os jovens. A difusão da moda desportiva favorece, especialmente, a alteração dos hábitos e comportamentos dos consumidores, que valorizam muito o conforto e bem-estar. No entanto, não são só os jovens a aderir a este movimento, pois o cenário refere-nos um número crescente de adultos a utilizar, por exemplo, calçado desportivo tanto em atividades de lazer ou tempo livre, como no trabalho.

As tatuagens e *piercings* são outra moda associada aos estilos de vida, pois o uso de destes deixou de ser somente uma prática simbólica de grupos marginais ou movimentos contestáveis da sociedade, tendo começado a ser adoptados pela cultura de consumo, explorando o encanto pelo “diferente”, pois “ser diferente”, ao que parece, é uma das causas mais repetidamente mencionadas para a realização de tatuagens e *piercings*. “Diferente” pode aludir à exclusão em relação à sociedade pela recusa dos padrões criados, como pode representar uma simples demarcação estética, a nível da aparência física. Deste modo, de há uns anos para cá, alguns estilistas começaram a incluir os *piercings* e as tatuagens como acessórios de moda nas suas coleções.

Existe uma relação direta e muito relevante entre estilos de vida e classes sociais. De acordo com Bourdieu, a subjetividade dos agentes (a forma como agem, pensam e sentem) é determinada e ajustada pelas desigualdades estruturais de uma sociedade (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 188). Através de um estudo realizado aos estilos de vida da população francesa, ou seja, das suas práticas e consumos desde a alimentação, o vestuário, a decoração da casa, a música, o cinema, a frequência de museus, a televisão, mas também os modos de falar e de receber em casa e até as suas opiniões acerca da sexualidade e política, entre outras coisas, Pierre Bourdieu conclui que “os gostos comuns tendem a corresponder a pertenças de classe e a caminhos sociais comuns e gostos diferentes a pertenças de classe e trajetórias sociais diferentes” (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 188).

A publicidade, tem por hábito investigar esta necessidade de distinção e ilusão do exclusivo do denominado “bom gosto” (Bourdieu, 2007: 305). Algumas frases como “satisfaz o desejo de requinte”, ou “quem sabe, sabe” ou “*design* único” ou ainda “você merece o melhor” invocam, directamente, o desejo de diferenciação dos consumidores, sendo que a obtenção de determinado bem ou serviço publicitado, leva à sensação e satisfação dessa carência, elevando a auto-estima das pessoas.

Para terminar, como vimos “às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (Bourdieu, 1983: 1). As práticas e as

características, integram uma expressão organizada das condições de existência (ou estilos de vida), porque são “o produto do mesmo operador prático... sistema de disposições duráveis e transponíveis que revela, sob forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e os espaços de estilos de vida resulta do facto de que condições semelhantes produzem hábitos substituíveis que engendram, por sua vez, segundo a sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas” (Bourdieu, 1983: 1).

1.2. Desigualdade e estratificação social

A desigualdade social não consiste numa desigualdade ou diferença individual, consiste, fundamentalmente, num grau desigual de acesso a bens, serviços ou oportunidades, situação originada e imputada pela própria sociedade, ou seja, resulta de uma desigual repartição de vantagens e privilégios. As diferenças físicas e psíquicas que distinguem e identificam os indivíduos que constituem uma sociedade, não são tão interessantes para o papel e importância que cada um tem na estrutura social. As distinções decorrentes da individualidade biológica e psicológica de cada indivíduo, não devem ser imputadas à sociedade. Primeiramente, uma desigualdade social não é uma simples “diferença” individual (Reis & Teixeira, 2010: 8). Falamos em desigualdade social quando, numa sociedade, algumas pessoas ou grupos sociais se encontram em situação desigual face ao acesso a bens, serviços ou oportunidades, circunstância que resulta da própria estrutura social⁷ e da sua escola de valores. Existem logo, agrupamentos de indivíduos que se diferenciam pelo poder económico e político, pelo poder de influência que têm no todo social (Reis & Teixeira, 2010: 9). Estes distintos poderes, demarcam a existência de patamares diferentes de relevância social, de posições sociais características, com estatutos e papéis distintos. Ou seja, determinam a existência de uma hierarquia social.

O estudo das desigualdades sociais tem sido realizado, essencialmente por duas correntes teóricas: a perspectiva estruturalista (estratificação social) e a abordagem marxista (classes sociais).

⁷ Estrutura social refere-se “ ao conjunto das relações dos homens entre si e com as coisas materiais que os cercam, relações interdependentes e geradas historicamente na atividade social de produzir e reproduzir as condições essenciais de sobrevivência do grupo” (Silva, 1981: 38).

Dedicamo-nos agora à análise da estratificação social. Segundo determinados critérios definidos pelas próprias sociedades, os cidadãos são incluídos em determinados agrupamentos homogêneos, antecipadamente hierarquizados, os estratos sociais⁸. Os estratos são, assim categorias sociais determinadas pelos sistemas de hierarquia social, que distribuem os indivíduos ou grupos por camadas sociais de importância distintas, segundo os critérios propostos pelas sociedades e que não estão restringidos à riqueza ou à propriedade. Os indivíduos e os grupos de uma sociedade, distinguem-se entre si, segundo um conjunto de fatores, de valores, criando uma hierarquia de posições, estratos ou camadas sociais com maior ou menor relevância, com acesso a uma quantidade maior ou menor de bens, serviços ou oportunidades. Assim, os sociólogos usam o conceito de estratificação social para “descrever as desigualdades que existem entre os indivíduos e grupos nas sociedades humanas” (Giddens, 2001, citado por Reis & Teixeira, 2010: 11).

Outros fatores, poderão estar na base da estratificação como o gênero, a idade, a religião, o grau acadêmico, a profissão ou a patente militar (Giddens, 2001, referido por Reis & Teixeira, 2010: 11). Deste modo, as sociedades podem ser vistas como compondo “estratos” hierarquizados, com os mais privilegiados no topo e os menos favorecidos na base. Costuma-se representar graficamente a estratificação social através de uma pirâmide, como é possível verificar pela figura 1, em que nas camadas mais baixas são dispostos os que têm menos privilégios e relevância (são em maior número) e nas camadas superiores são encontrados aqueles que possuem maiores benefícios e importância (são em menor número).



Figura 1- Pirâmide relativa à estratificação social

Fonte (adaptado de Reis & Teixeira, 2010: 11)

⁸ Designa-se por estratos sociais “agrupamentos constituídos por indivíduos com estatutos sociais comparáveis, com riqueza, poder, privilégios e prestígio social semelhantes, partilhando crenças, valores, atitudes e estilos de vida” (Reis & Teixeira, 2010: 9).

Sabendo que, a estratificação social decorre de um modelo de hierarquia social, é relevante encontrar, em cada sociedade e em cada momento histórico, os critérios em função dos quais essa hierarquização é realizada. Tal como já referimos, os critérios usados na estratificação social podem ser vários, alterando a sua importância relativa no tempo e no espaço. A sua elaboração e relevância dependem primeiro, dos valores determinados na época histórica e da finalidade que se pretende alcançar. A riqueza, o rendimento, o poder, a profissão, o grau de instrução, o prestígio, a religião, a etnia surgem com assiduidade como critérios de estratificação, retratando todos eles, uma díspar distribuição de privilégios e oportunidades.

Scrokin (Reis & Teixeira, 2010: 12) considerou três tipos de estratificação:

- Estratificação económica (fundamentada na situação patrimonial dos indivíduos ou famílias);
- Estratificação política (firmada na importância política de um indivíduo ou de um grupo);
- Estratificação socioprofissional (baseada na relevância social da profissão de cada pessoa).

Contrariamente a Scrokin, Max Weber identifica como parâmetros da estratificação social: o poder, a riqueza e o prestígio, sendo que seriam colocados no estrato mais elevado da hierarquia social as pessoas que contivessem os três critérios em simultâneo. Por outro lado, aqueles que não contivessem estes critérios estariam colocados no estrato mais baixo da hierarquia. Seja quais forem os critérios da estratificação encontrados, este será sempre uma barreira difícil, tendo em conta que cada sociedade tem os seus próprios critérios e mesmo no seio da própria sociedade, as pessoas podem pertencer a estratos distintos, segundo os critérios adotados.

1.2.1. Classes sociais e desigualdades sociais

“Os sistemas sociais produzem e reproduzem um conjunto de desigualdades sociais, estruturando-se, entre outras formas através das classes sociais” (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 184). Assim, podemos referir que ao nascermos, herdamos para além do património genético, um determinado lugar na sociedade (o da nossa família de nascimento, os nossos pais). As classes sociais são assim, um poderoso lugar da sociabilização e uma conexão onde aprendemos, por transmissão constante e na maioria das vezes quotidiana, prontamente subentendida como conjunto de normas, valores, comportamentos, maneiras de agir, pensar e sentir, que influenciam e determinam a nossa existência material e simbólica, isto é, quer as

conjunturas objetivas de vida (tais como habitação, alimentação, acesso a bens e serviços), quer a aceção de projetos e desejos/aspirações. A estratificação de uma sociedade pode ser defrontada, sob a abordagem de classes sociais através das quais as pessoas ou grupos são hierarquizados. A expressão classe social, tem vindo a ser utilizada em distintos sentidos, contudo está fundamentalmente associada, a critérios de cariz económica.

O primeiro sociólogo a determinar o conceito de classe social foi Karl Marx, relacionando-o à existência de sociedades capitalistas. As classes diferenciam-se pelo lugar que ocupam no sistema de produção, o que dizer que uns têm a propriedade dos meios de produção (os capitalistas, os senhores feudais, etc.) e outros a força do trabalho (os escravos e os servos, por exemplo). De acordo com esta noção de classe social, havia duas classes: os que produziam e os que não tinham os meios de produção. Assim, o conflito pela apropriação excedente da produção estaria na origem da divisão de classes. Esta perspetiva, apesar do contributo que ofereceu para o estudo sociológico, no presente, apresenta-se demasiado simplista e pouco adequada para a caracterização tanto da estrutura social, como das desigualdades sociais.

Podemos designar classe social, como “um grupo grande de pessoas que partilham recursos económicos comuns e influenciam fortemente o seu estilo de vida. A riqueza e a sua ocupação profissional constituem as primeiras bases das diferenças entre classes” (Giddens, 2007, citado por Reis & Teixeira, 2010: 14). Atualmente, as classes sociais, diferenciam-se e hierarquizam-se, tendo em conta valores, tais como a riqueza, a ocupação profissional, o poder, entre outros valores e são grupos de indivíduos em que os seus membros, devido à evidência de possuírem níveis de recursos parecidos, tendem a ter condições de existência idênticos, práticas e representações sociais semelhantes, ou seja, têm uma consciência de classe, ligados por afinidades que resultam de uma mesma posição na hierarquia social. A noção de classe social, permite-nos perceber as diferentes sociedades e as desigualdades sociais sempre presentes na história da humanidade. O que significa, que a conceção de classe social continua a esclarecer uma parte crucial das “desigualdades observáveis nas sociedades atuais, seja a nível do poder, das possibilidades escolares ou profissionais, dos níveis e tipos de consumo, ou de outras características da existência pessoal e coletiva” (Almeida, 1995 citado por Reis & Teixeira, 2010: 14).

Segundo Pierre Bourdieu (referido por Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 186), a posição em que nos encontramos no espaço social explica-se tendo em conta a concentração ou rarefação dos capitais que detemos:

- O capital económico (que possibilita a obtenção de bens e serviços);

- O capital social (definido como a capacidade de estabelecer relações sociais vantajosas);
- O capital cultural (em específico o capital escolar);
- O capital simbólico (isto é, a auto - estima, honra e prestígio).

Porém este sociólogo, apesar de definir estas quatro dimensões, refere que as bases da diferenciação social estão no capital económico (garantindo as condições materiais de existência) e no capital cultural (proporcionando códigos, linguagens e utensílios para pensar e representar o mundo, determinando de certa forma o acesso principal à educação escolar). Quem possui capital económico, pode com maior facilidade, facultar aos seus filhos uma escolaridade com todo o tipo de ferramentas didáticas e mecanismos pedagógicos⁹, o que se refletirá na aglomeração de capital escolar e do capital cultural na generalidade. Os mais abonados em capital social, podem daí tirar vantagens em capital económico, devido à ampla rede de relações sociais em que se mobilizam, possibilitando-lhes conhecer “as pessoas certas nos lugares certos”, fazendo assim, as oportunidades de emprego “acontecer”. Hoje, nas sociedades do mundo ocidental é hábito identificar três principais classes sociais:

- A classe alta (grupo social que inclui os indivíduos detentores de grandes fortunas, donos de grandes empresas e executivos, descendentes de famílias tradicionais e ricas, ou seja, pessoas que se distinguem sócio e economicamente, sendo então um conjunto de indivíduos com mais riqueza e poder);

- A classe média¹⁰ (grupo social que inclui os indivíduos que executam funções liberais, os denominados “colarinhos brancos”, os pequenos comerciantes e industriais, ou seja, cidadãos que possuem poder de compra e um nível de vida razoáveis);

- A classe baixa (grupo social composto pelos operários e trabalhadores manuais, camponeses, geralmente detentores de pouca riqueza e poder, vivendo com dificuldades).

Independentemente da classificação abraçada, o que particulariza as classes sociais é, essencialmente, a consciência da classe (isto é, a consciência de pertença de uma classe e a identificação com os indivíduos que a integram).

Concluindo, podemos referir que as classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista. Cada classe social, estabelece as desigualdades de privilégios e as de poder e de desvantagens entre os cidadãos. As divisões de classes sociais, permite assim, que cada indivíduo esteja colocado social, económica e politicamente em sociedade.

⁹ Exemplos (escolhendo a escola, comprando um enorme conjunto de livros, computadores e outras tecnologias de multimédia, disponibilizando viagens, combinando tempos livres, adquirindo ajuda suplementar como tendo explicações, entre outras coisas).

¹⁰ Este tipo de classe pode ainda ser dividido em subclasses: a média alta ou média baixa.

1.2.2. A espacialização da desigualdade social

A pobreza é a expressão mais visível das desigualdades sociais. Esta pode variar de sociedade para sociedade. A pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, e desta maneira, existem várias definições e formas de a avaliar. Usualmente, o conceito de pobreza¹¹ é associado e envolve uma situação de carência de recursos disponíveis, ou seja, recursos materiais para satisfazer as necessidades essenciais, como vestuário, alimentação, saúde, habitação, etc.. Deste modo, o fenómeno da pobreza é compreendido como um cenário de carências de bens e serviços básicos.

Os estudos e pesquisas acerca da pobreza são, habitualmente, discutidos sobre duas abordagens conceptuais diferentes: a tradição socioeconómica e a tradição culturalista (Reis & Teixeira, 2010: 62). De acordo, com a tradição socioeconómica podemos distinguir as noções de pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta é uma situação em que se encontram os indivíduos, grupos ou famílias, que não têm os meios necessários à satisfação das necessidades básicas da vida, e por isso à própria subsistência, ou seja, é a “ausência da capacidade para satisfazer as necessidades básicas da vida e, por isso, a própria subsistência física; insuficiência em assegurar a existência ao nível mínimo de alimentos e habitação; têm-se aqui em conta os limiares de pobreza¹²” (Fernandes, 1991, citado por, Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 212). Já a pobreza relativa define-se por uma “ situação em que vivem os indivíduos, grupos ou famílias, que se encontram em situação mais desfavorável que o conjunto da sociedade, encontrando-se abaixo dos modos de vida e dos níveis de exercício dos direitos de cidadania minimamente aceitáveis no país onde vivem” (Reis & Teixeira, 2010: 62), ou seja, este conceito prende-se com a privação dos padrões de vida e de atividades próprias de uma dada sociedade, tratando-se de pessoas excluídas dos níveis de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que vivem.

Portanto, a pobreza como sendo um fenómeno pluridimensional e presente em, praticamente, todas as sociedades, torna-se indispensável conhecê-lo. Todos os anos o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realiza um relatório produzindo índices

¹¹ De acordo com a “Organização Internacional do Trabalho”, o conceito de pobreza é definido como um fenómeno que pretende “traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm, face a uma dada norma, definida em termos de satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas, ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar” (Reis & Teixeira, 2010: 60)

¹² A noção de pobreza absoluta costuma ser operacionalizada através dos limiares de pobreza, ou seja, indicadores de rendimento indispensável para aceder a uma série de bens que assegure a subsistência dos indivíduos, pois um cidadão que se encontre abaixo deste limiar está em situação de pobreza absoluta (Reis & Teixeira, 2010: 63).

(caso do índice de pobreza humana), com base em indicadores relativos ao acesso à saúde e à educação; ao desemprego; à probabilidade de não viver até aos 60 anos; às pessoas que vivem com menos de 50 % do rendimento médio, entre outros.

Segundo a análise da realidade portuguesa, é possível reconhecer quais categorias sociais, que vivem em situação de pobreza ou mais vulneráveis à pobreza, apesar de existirem distinções entre elas a nível do tipo de vulnerabilidade e à durabilidade das circunstâncias de pobreza: idosos pensionistas (que possuem rendimentos baixos e que têm necessidade de cuidados de saúde e de medicamentos); agricultores com baixos rendimentos (pequenos proprietários ou rendeiros; vivem com pobreza duradoura; têm altas taxas de analfabetismo e falta de formação escolar e profissional, alguns desempregados, etc.); assalariados com baixos níveis de remuneração (possuem uma estrutura etária jovem e feminizada, com baixas qualificações escolares e profissionais; são operários não especializados, empregados comerciais desqualificados e assalariados de serviços pessoais e domésticos); os desempregados (as situações mais complicadas têm a ver com os desempregados de longa duração) e jovens com baixas qualificações à procura do primeiro emprego.

Tal como já foi referenciado, a pobreza também pode ser estudada sob o ponto de vista social, para além do económico, surgindo assim o termo exclusão social. O termo exclusão social teve a sua origem em França (mais particularmente, no modo de classificação social associado com os indivíduos ou grupos desfavorecidos). A noção de exclusão social, representou para o mundo ocidental por volta dos anos 80, uma resposta face ao crescendo de divisões, fraturas e agravamento das desigualdades sociais, que acompanham o crescimento económico, e que tinham expressão e visibilidades acrescidas nas cidades (Guerra, 2012: 92). Robert Castel (citado por Damas, 2010: 7), um sociólogo francês definiu exclusão social como “o ponto máximo atingível ou fase extrema no processo da marginalização, sendo este, um processo no qual o indivíduo vai-se afastando progressivamente da sociedade através de ruturas consecutivas com a mesma, até ao isolamento total”. A falta de recursos materiais, que resulta de uma circunstância de pobreza, nem sempre conduz à exclusão social, ou seja, numa situação de exclusão social acresce à falta de recursos materiais, a falta de recursos sociais, culturais, políticos e psicológicos.

Nos anos 80, a pobreza e a exclusão social eram matérias não muito abordadas nem pelos políticos, nem pelos *mass media*. Contudo, foi início dos anos 90, que se alargou o uso do termo exclusão social (Guerra, 2012: 93). Assim a exclusão social, tornou-se uma constante no discurso político relacionado com a privação e regeneração na Europa Ocidental. O debate

político acerca do fenómeno exclusão social é algo recente em Portugal. O seu uso tornou-se universal e contribuiu para a alteração da representação tradicional de pobreza.

De referir que a cidade tem sido palco, por excelência, da emergência e visibilidade da exclusão, isto é, ultimamente, a exclusão social nos meios urbanos tornou-se firme, apontando que o problema se agravou também, face à globalização e devido às alterações tecnológicas. Sendo um fenómeno pluridimensional, a exclusão social pode ser causada por fatores diversos como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, problemas físicos e mentais, toxicod dependência, discriminação de minorias étnicas ou culturas, falta de estruturas sociais para tratar dos idosos, sem abrigo, entre outros (Costa, 1998). Por exemplo, os sem - abrigo estão em situação de exclusão social, porque aos poucos e poucos foram perdendo os laços de solidariedade social, que lhes possibilitavam participar na vida social e principalmente estarem integrados (Costa, 1998).

A pobreza e a exclusão social estão intimamente relacionadas, pois a pobreza leva à exclusão social, isto é, regra geral, uma pessoa pobre é geralmente excluída da sociedade, mas isto nem sempre acontece.

Capítulo 2 – Estrutura urbana e vivências sociais

A noção de forma urbana alude-nos à implantação espacial do edificado e das infraestruturas urbanas, assim como a relação entre eles. Já a estrutura urbana resulta das relações entre a forma urbana e a população, artigos e informações. Geralmente a ideia de forma urbana está relacionada a padrões de organização espacial, onde se encontram restringidas as principais infraestruturas, bem como os núcleos/pólos residenciais, administrativos, industriais, etc., enquanto, a estrutura urbana (por lidar com a relação entre a forma urbana e a população), é de análise mais difícil e complexa (Gomes, 2009: 13).

Pretende-se neste capítulo, explicar a forma como se estrutura e organiza o território/espço, discutindo-se vários conceitos desde funções urbanas (conhecer as várias funções que a cidade oferece à população), vivências urbanas (verificar como se desenrola o quotidiano em termos de vivências), hierarquia urbana e rede de cidades até ao policentrismo e justiça espacial.

2.1. Funções urbanas

A cidade é um espaço de funções, pois nela coexistem uma elevada diversidade de funções, e a sua importância varia de cidade para cidade, desde atividades terciárias (são exemplos a atividade comercial, teatros, escritórios, sede de empresas e atividades hoteleiras e de restauração, etc.), até à indústria e ao setor residencial (como a existência de bairros residenciais, desde os mais modestos aos destinados à habitação de luxo), isto é, coexistem as funções terciária, industrial e residencial. A localização, a predominância e as características destes três tipos de funções, permitem delimitar no interior do perímetro urbano, áreas funcionais, ou seja, áreas espaciais específicas relativamente homogêneas com particularidades próprias, onde predomina uma determinada função urbana.

Um dos motivos que influencia a localização das funções é o custo do preço do solo, dos imóveis e das rendas. Na generalidade, o preço dos imóveis e das rendas diminui do centro da cidade para a periferia devido: à diminuição da acessibilidade; ao aumento dos terrenos disponíveis e à diminuição da procura.

A mobilidade das populações, principalmente a que se apresenta na forma de fluxos diários (tanto em transporte privado, como em transporte público), estimula as relações entre espaços com distintas especializações funcionais no seio da própria cidade e desta com o seu

espaço envolvente. A acessibilidade¹³, é assim um fator determinante na localização e implementação das diferentes atividades do espaço intra-urbano e por consequência, no uso que é dado ao solo. A acessibilidade varia no espaço urbano, e é fulcral para explicar a variação do solo (renda locativa¹⁴), a qual vai provocar uma diferenciação funcional, sendo que o aumento da acessibilidade promove o aumento do preço do solo que, grosso modo, diminui do centro para a periferia.

Desta forma, ao ser mais acessível, este espaço suporta uma maior competição pelas atividades terciárias, e por conseguinte, o terreno disponível vai sendo cada vez mais escasso, o que provoca desequilíbrios entre a oferta e a procura. A grande concorrência e a concentração das atividades terciárias numa área restrita, têm incitado uma grande especulação fundiária¹⁵, o que tem levado, a um aumento substancial do preço do solo nesta área. A diminuição da acessibilidade vai surgindo à medida que aumenta a distância ao centro, verificando-se, por um lado, um decréscimo das atividades terciárias e uma maior dispersão destas, e por outro lado, ao aparecimento das funções industrial e residencial. Como a procura diminui, o preço do solo também decresce. Através da figura 2, podemos verificar que quanto mais próximo do centro, mais elevada vai ser a renda locativa. Logo, quanto às funções terciárias, sobretudo o comércio a retalho especializado, a renda locativa diminui do centro para a periferia. O valor mais elevado regista-se no centro da cidade, em consequência da grande acessibilidade aqui proporcionada, decrescendo de modo rápido com a distância ao centro. Relativamente, às funções industrial e residencial, a variação faz-se no mesmo sentido, mas mais, lentamente, para a função residencial, pois esta função não compete tanto para se localizar no centro.

¹³ A acessibilidade é entendida como o grau de facilidade com que se chega a um determinado lugar a partir de outros.

¹⁴ Designa-se renda locativa como sendo a teoria económica, base dos modelos geográficos, que determina que as rendas ou valores do solo diminuem com a distância ao centro, isto é, revelam uma diminuição com o aumento da distância ao centro. O afastamento ao centro promove uma diminuição da procura de terrenos e a uma consequente diminuição da renda locativa.

¹⁵ Define-se especulação fundiária, quando há um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Quando a procura é bastante superior à oferta, os preços do solo atingem valores muito elevados e muito superiores ao valor real, ou seja, é como se fosse a sobrevalorização do preço do solo, em resultado da elevada procura face a uma oferta reduzida.

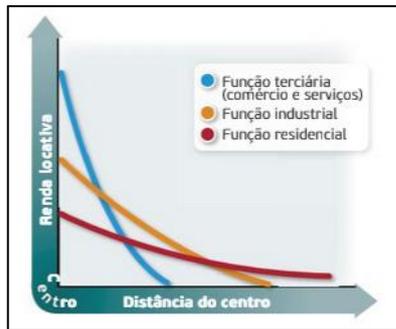


Figura 2 - Variação do centro para a periferia, da renda locativa para as três funções urbanas

Fonte (adaptado de Claval, 1987:286)

Porém, também a relação entre a renda locativa e a distância ao centro (figura 3) nem sempre é uniforme, existindo exceções, na medida em que aparecem áreas que, mesmo estando afastadas do centro, sofrem um aumento do preço do solo devido à elevada acessibilidade e consequente aptidão para as funções terciárias (centros comerciais, hotéis, comércio especializado, repartições públicas, interfaces de transporte-metro, comboios, autocarros, etc.). Do mesmo modo, em áreas, mais uma vez, de grande acessibilidade e com particularidades ambientais atrativas (existência de espaços verdes, diminutos índices de poluição sonora e atmosférica, etc.), a procura por parte da população economicamente mais favorecida é muito elevada, o que favorece o aumento do preço do solo.



Figura 3 – Variação do preço do solo urbano com a distância ao centro

Fonte (adaptado de Lobato & Oliveira, 2015:73)

A competição do espaço pelas distintas funções é uma realidade que visa encontrar a localização que lhes é mais adequada.

A função terciária (especialmente, o comércio e os serviços), está presente em várias áreas da cidade. Contudo, as cidades independentemente da sua dimensão e de serem mais

antigas ou mais recentes, têm uma área central que se distingue das restantes devido às funções que aí se concentram e que acabam por determinar uma diferente ocupação do solo. Esta área é a mais importante e a mais conhecida da cidade. Corresponde ao que vulgarmente se designa, no caso das cidades dos EUA por *CBD*¹⁶ (*Central Business District* – designação anglo saxónica) e que em Portugal é conhecido comumente por “Baixa” (como encontramos em Lisboa, no Porto e em Coimbra). É um termo geográfico, que designa a área central de um aglomerado urbano de maior dimensão e importância, caracterizada pela forte concentração terciária e demográfica (enorme concentração de população flutuante presente, apenas durante o dia). É por consequência nesta área da cidade, que se observa uma intensa concentração da população flutuante, isto é, de população oriunda de outras áreas urbanas e que para aí se confluem diariamente, o que determina elevados níveis de trânsito de veículos e peões. Na verdade, a Baixa sendo o centro de excelência no fornecimento de bens e serviços, é também um pólo de emprego com elevado significado em termos económicos e sociais.

Assim, no designado *CBD* é possível encontrar-se:

- Os centros de decisão quer da administração pública, como ministérios, tribunais superiores, governos regionais ou municipais, quer da vida económica, como bolsa de valores, as sedes de bancos, de companhias de seguros, etc.;

- O comércio especializado sobretudo relativo a bens raros, ou seja, de luxo, os grandes armazéns, os hotéis, os restaurantes de luxo, os teatros, os cinemas e outros locais de espetáculo de nível elevado;

- O comércio, sobretudo a retalho e serviços mais vulgares, como cafés, pastelarias, tabacarias e restaurantes, que se destinam a servir a população que se desloca, trabalha e reside no centro da cidade (Salgueiro, 1992).

No entanto, a acessibilidade ao *CBD* tem registado uma diminuição e uma fragmentação, o que constitui uma mais-valia para o surgimento de novas e modernas áreas de consumo (através do aparecimento de várias centralidades), como *shoppings* e os super e hipermercados, nas áreas mais periféricas, dotadas de bons acessos rodoviários, equipamentos e de estacionamento. Deste modo, os centros comerciais e os hipermercados (apresentam uma variedade crescente de produtos básicos e correntes, no dia-a-dia da população) são espaços alternativos ao *CBD* tradicional e têm contribuído para a menor procura de comércio tradicional.

¹⁶ Denominação atribuída às áreas centrais dos EUA, e é o centro de negócios que se caracteriza por ser a área central em termos de acessibilidade, ter uma elevada concentração de edifícios, uma elevada intensidade de tráfego de veículos e peões, valores elevados do solo e de imposto, concentração de negócios e mistura todos os grupos étnicos e todas as classes sociais.

O convívio e o lazer estão cada vez mais ligados a estes espaços, devido a uma presença crescente dos cinemas, parques de diversão, salão de jogos, *health clubs* e *fitness centers*, cafés e restaurantes, entre outros..

A função residencial está presente por todo o espaço urbano e distribuiu-se assim, por diferentes áreas desde o centro à periferia. A diversidade de formas e aspetos destas áreas acabam por refletir o nível socioeconómico dos seus residentes (reflete as características sociais da população que nela reside), ou seja, a função residencial traduz o nível socioeconómico dos seus residentes, havendo áreas residenciais que se encontram segregadas (Salgueiro, 1992). Desta forma, existem áreas residenciais das classes sociais com rendimentos elevados, como por exemplo, vivendas ou moradias unifamiliares, localizadas em áreas com bons acessos, pouca intensidade de trânsito, existência de jardins e espaços verdes, baixos níveis de poluição e que se encontram afastadas dos núcleos industriais; áreas residenciais de classes com rendimentos médios, como por exemplo, edifícios de apartamentos, habitação multifamiliar, com vários blocos pisos, com uma qualidade de construção inferior à área residencial das classes mais favorecidas e áreas residenciais das classes com rendimentos baixos, por exemplo os bairros de lata, bairros clandestinos e os bairros sociais.

Por último, quanto às funções industriais, sabe-se que numa etapa inicial a indústria se difundiu um pouco por toda a cidade, ocupando espaços mesmo próximos do centro, vindo a sofrer mais tarde um processo de “migração para a periferia”, em consequência da escassez e necessidade de espaços de maior dimensão, à forte intensidade de trânsito, aos elevados níveis de poluição sonora e atmosférica causados e à necessidade de se localizarem em áreas de grande acessibilidade e próxima dos grandes eixos de comunicação. O desenvolvimento dos transportes, a intensa e diversificada mão-de-obra, o capital dos consumidores em número crescente, os terminais de vias de comunicação, os diversificados serviços de apoio (bancos, seguros, etc.) são alguns dos fatores que justificam a preferência da indústria para se instalar na cidade (Salgueiro, 1992). Desta maneira, a função urbana industrial tem vindo a perder peso no interior das cidades, tendo sido substituída pela função terciária. Em contrapartida, esta tem-se acentuado nas periferias, em áreas que lhes estão destinadas pelos planos de urbanização, beneficiando de uma maior disponibilidade de espaço, do baixo custo de terrenos e de mão-de-obra mais barata.

“A cidade passa a ter uma função, porque é comparada com um órgão que desempenha no conjunto mais vasto do organismo em que se insere” (Salgueiro, 1992: 123). Uma das funções principais da cidade é prestar serviços aos seus habitantes e às populações dos arredores

com uma regularidade conveniente. Os centros urbanos apresentam-se como os nós territoriais, que concentram funções estruturantes na organização do cotidiano da população, que reside para além dos seus limites. Estes lugares, que cada vez mais, proporcionam condições de atração para as populações de áreas mais ou menos extensas, que nelas encontram trabalho, fixam residência e dispõem de serviços e bens da mais diversificada ordem, bem como, de infraestruturas fundamentais às exigências da vida atual, adotando particularidades de lugares centrais¹⁷, os centros urbanos, agregam um conjunto muito variado de funções centrais¹⁸.

Define-se funções urbanas, como as atividades que se desenvolvem no interior da cidade e na sua periferia, com vista à satisfação das necessidades da população. Estas, sempre caracterizaram a vida de uma cidade, assim como a sua área de influência. Muitas destas funções, estiveram mesmo na origem do nascimento de várias cidades e ainda hoje, continuam a ser cruciais para o seu desenvolvimento.. As funções urbanas são muito variadas, porém a sua interdependência é cada vez mais acentuada, ainda que a sua proporção e diversificação varie de cidade para cidade. No geral, como exemplos dessas funções que coexistem na cidade, temos a comercial, industrial, residencial, político-administrativa, financeira, de transporte, defensiva, cultural, turística, religiosa e social (Salgueiro, 1992).

A função comercial, foi desde sempre uma das funções urbanas por excelência, pois o comércio acaba por estar sempre presente numa cidade, independentemente, da sua dimensão, pois é na cidade, que tanto antigamente como hoje em dia, têm lugar as trocas comerciais. A liberdade de movimento, permitida pelos transportes (particularmente os individuais), possibilitou a propagação rápida desta função pelos aglomerados urbanos, com uma grande multiplicidade de conteúdos e formas de fixação urbana. A disposição no espaço urbano relativo a esta função, acaba por favorecer os lugares de convergência dos meios de comunicação e os grandes eixos de circulação (lugares de enorme acessibilidade). Presentemente, nas cidades de média e grande dimensão, evidencia particular destaque, o aparecimento de centros comerciais periféricos, relacionados com a vulgarização do transporte pessoal e que acabam por ser a evolução natural do original centro comercial, que foi progredindo durante séculos, ao longo dos principais eixos viários, dando sucessivamente origem a núcleos secundário, que segundo alguns autores, se estruturam de forma hierarquizada (Salgueiro, 1992). Exemplos desta função são: livrarias, cafés, pastelarias, centros comerciais, supermercados e hipermercados, etc.

¹⁷ Lugar central é ponto do espaço geográfico onde se exercem funções centrais.

¹⁸ Função central é o fornecimento de bens ou serviços, desenvolvido por uma instituição, como hospital, escola, ou empresa num lugar central, sendo que algumas e as podem distinguir-se e assumir posições mais influentes sobre as demais.

Relativamente à função industrial, uma outra geração de cidades teve a sua génese com o processo de industrialização principiado em Inglaterra, por volta de 1780, e possibilitou substituir a manufatura doméstica e a grande manufatura, pela maquinofatura, e o artesanato pelo operário. Esta função encontra-se presente na generalidade das cidades: no centro, na maioria quando são pouco poluentes e de pequena dimensão e na periferia, quando são de maior dimensão e possuem elevados índices de poluição. Na generalidade, as cidades onde prevalece a função industrial são altamente especializadas em determinadas atividades produtivas. Exemplos de funções industriais são: fábricas, armazéns, etc. Atualmente, a função industrial está com raras exceções, localizada na periferia da cidade, devido à necessidade de espaço e pelos conflitos ambientais, criados com outras funções urbanas.

A função residencial, é fulcral e indispensável numa cidade, pois é esta que permite a fixação e o estabelecimento da população, que se distribui por várias áreas da cidade. É uma função vital para a dinamização das cidades. Como exemplos temos as vivendas, blocos de apartamentos, entre outros.

A função político-administrativa, é por excelência a função que caracteriza qualquer capital de país, pois costuma ser aqui que se encontra a Administração Central (abarcando os órgãos do Governo), bem como os centros de decisão das grandes empresas, banca, seguros, comunicações, embaixadas, entre outras. É assim, uma função que concentra os centros de decisão política da região, do país ou vários países. A função político-administrativa geralmente está localizada, num tipo de edificação, que realça e reflete a sua monumentalidade e simbolismo, parte do poder a que lhe está associado. Alguns exemplos deste tipo de função urbana são: as sedes de governo localizadas nas capitais dos países, câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços regionais de turismo ou comissões de turismo, finanças, entre outras.

A função financeira que adquire uma grande importância na vida contemporânea, consistindo na concentração de um conjunto de atividades de que são exemplo, a banca, os seguros, a bolsa de valores, as empresas de consultadoria na área de investimentos, os serviços financeiros ligados com o capital de risco, etc., destacam-se como algumas das atividades de grande importância para a economia moderna e para as cidades.

A função de transporte, está relacionada com as redes de transporte que levaram ao aparecimento das cidades e ao seu desenvolvimento. A disposição de bens, requer contactos frequentes com outras regiões e a capacidade de transporte de mercadorias. Assim, os centros populacionais estão ligados por uma série de fluxos de pessoas, mercadorias, de capitais de informação, que permite reconstituir uma verdadeira rede, a rede urbana.

A função cultural, é atualmente crucial para o desenvolvimento de uma cidade. Coimbra por exemplo, tem origem antiga e situa-se no caminho que liga as duas maiores cidades do país, sendo nesta altura um importante centro cultural. Porém, independentemente de qual tivesse sido a função fulcral, é com a presença da Universidade, que esta cidade deve o essencial do seu crescimento no decorrer de uma parte da história portuguesa, e as trações académicas erradicadas na mesma. Exemplos desta função são: o património urbano, os equipamentos e serviços culturais (museus, monumentos, bibliotecas, arquivos, centros culturais, cinema, escolas artísticas, universidades, entre outras) e os eventos (concertos, teatro, eventos artísticos).

Quanto à função turística, é de salientar que o turismo sempre foi a base do desenvolvimento de muitas cidades e está relacionado com as atividades de lazer, de recreio, de descanso e às férias em geral. Uma ligadas ao turismo balnear (essencialmente no Verão), com mar, praia e sol; outras a áreas de montanha, quando desenvolvem atividades relacionadas com a natureza; outras relacionadas a estâncias de desportos de Inverno, e outras associadas a estâncias termais. Contudo, muitas cidades são também cenário de atração de turistas nacionais e estrangeiros, devido à sua riqueza cultural, traduzida por exemplo, pela existência de uma Universidade ou pela variedade e beleza dos seus monumentos e museus ou pela sua natureza religiosa. Assim, a função cultural e religiosa, acabam por permitir o incremento e desenvolvimento da função turística. No nosso país, Lisboa é a cidade que atrai um maior número de turistas, no entanto, o Porto, ultimamente, aumentou o seu número de visitantes notavelmente.

A última função referida é a social, que tem como exemplos, os centros de dia, creche, escolas, hospitais, organizações humanitárias, entre outras.

Tal como nos lugares centrais também existe nas funções centrais uma determinada hierarquia. A hierarquia dos lugares centrais¹⁹ decorre da que existe nas funções, sendo o nível de cada um determinado pelo nível mais alto das funções centrais nele presente (Salgueiro, 1992: 106). Assim sendo, podemos dizer que “a hierarquia das funções é determinada a partir dos respetivos limiares, ou seja, do mercado necessário ao funcionamento de cada unidade funcional, podendo ser definida com base no respetivo de vendas” (Salgueiro, 1992: 106). Deveras, e na generalidade, quanto mais elevado é o nível de uma função, mais rara²⁰ ela é, e maior a distância que estão os consumidores dispostos a percorrer para obter o bem,

¹⁹ A hierarquia dos lugares centrais será falada no subcapítulo da “Hierarquia Urbana e Rede de Cidades”.

²⁰ Uma função rara é a atividade económica ou social que só se encontra geralmente nos lugares centrais de maior importância (bancos, seguros, universidades, comércio especializado, etc.).

frequentemente, de preço mais elevado. A hierarquia das funções centrais é a classificação ordenada das funções desempenhadas pelos lugares centrais. Esta pode conter escalões ou níveis, e cada um dos quais pode englobar um determinado número de funções, que podem ser ordenadas dentro de cada escalão. Deste modo, por exemplo, no ensino, uma universidade é de nível superior, mais rara face a uma escola secundária e na saúde, um centro de saúde tem um nível inferior, mais frequente face a um hospital.

Em contrapartida, as funções centrais urbanas diferentes podem alcançar níveis ou escalões diferentes, segundo a sua importância, que grosso modo é determinada pelo maior ou menor grau de procura. Desta forma, por exemplo, uma instituição bancária pertence a um nível funcional superior, relativamente, a um cabeleireiro. A implantação de vários níveis de funções centrais nos lugares centrais depende do mínimo de procura, o que leva a que haja funções que só serão encontradas nas grandes cidades, como por exemplo, sedes de bancos, tribunais de instância superior, hospitais especializados, universidades, entre outras. É sabido, que a cidade, ou qualquer lugar central, que desempenha funções de nível/ordem superior, desempenha também todas as funções de ordem inferior. Ora a qualidade, a diversidade e a quantidade de funções, acaba por conduzir à existência de lugares centrais de relevância desigual.

Segundo um estudo realizado pelo “Instituto Nacional de Estatística” (INE), em 2004, designado de “Sistema Urbano: áreas de influência e marginalidade funcional”, este tinha como finalidade caracterizar o sistema urbano de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira²¹, através da análise da hierarquia dos centros urbanos e das interações que entre eles se criam, com vista à aquisição de bens e serviços, tendo entre outras, como uma das etapas para a concretização deste objetivo: a construção da hierarquia das funções urbanas (de acordo com a raridade das mesmas), (INE, 2004: 7).

A “Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População” (CESAP) de 2002, teve como finalidade principal proporcionar um levantamento à escala da freguesia de uma rede de equipamentos (coletivos e privados), que auxiliam as populações em áreas como a saúde, educação, principais serviços públicos, comércio, infraestruturas desportivas e ação social, entre outras, foi a principal fonte de informação para esta análise. Os dados importantes para o objetivo da análise, para além da presença (ou não) do serviço, são “o número de estabelecimentos existentes por freguesia e a freguesia à qual se deslocam os seus residentes nos

²¹ Neste estudo, não foi integrada a Região Autónoma dos Açores devido ao facto de não disporem de fonte de informação que é precisa para esta análise nomeadamente a “Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População - CESAP, 2002), (INE, 2004: 7).

casos em que esta não possui o serviço em causa” (INE, 2004: 11). Logo, para este estudo foram selecionados 117 serviços ou funções centrais²² específicas do espaço urbano.

Para este estudo foram identificados, 317 centros urbanos, em Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira, sendo que de acordo com o INE, 289 centros urbanos, recebem a denominação de concelho e os restantes 28 centros urbanos (24 deles recorrem à designação de freguesia e os outros 4 dizem respeito à designação de cidade. As freguesias, unidades de estudo consideradas, foram identificadas através da versão definitiva dos lugares no INE, dos valores do censo populacional de 2001 e das áreas de “Base Geográfica de Referenciação de Informação” (BGRI), da totalidade das 4101 freguesias, apenas 870 estão incluídas nos 317 centros urbanos. O quadro 1 mostra a repartição dos centros urbanos por região.

Quadro 1 – Centros Urbanos em Portugal Continental e no Arquipélago da Madeira

	Centros urbanos	
	Nº	%
Portugal continental e Região Autónoma da Madeira	317	100,0
Região Norte	106	33,4
Região Centro	79	24,9
Região de Lisboa e Vale do Tejo	54	17,0
Região do Alentejo	47	14,8
Região do Algarve	18	5,7
Região Autónoma da Madeira	13	4,1

Fonte (adaptado de INE, 2004: 14)

Na análise efetuada com os dados do “Inventário Municipal de 1998”, a construção da hierarquia de funções centrais foi adquirida, segundo a informação registada sob o número de unidades funcionais que prestam as funções centrais. Portanto, para este estudo inseriu-se uma alteração, que se baseou em utilizar não o número de unidades funcionais, mas o número de freguesias equipadas com a informação para a elaboração da hierarquia (INE, 2004: 17). Devido a esta mudança é justificável inserir na construção da hierarquia, uma série de serviços para os quais não existe dados relativos ao número de unidades funcionais por freguesia, porém somente acerca se a freguesia está ou não equipada com o serviço. Segundo o INE (2004: 17), a introdução dos 36 serviços nestas circunstâncias, torna mais amplo a informação com que é

²² Ver anexo 1. O Instituto Nacional de Estatística usou neste trabalho o termo serviço e função central de modo indistinto, ou seja, não se procede à distinção entre função e serviços central, “por exemplo entre hospital geral (a função) e as diversas especialidades que um hospital presta (serviços centrais), porque a informação que será utilizada na parte da aplicação empírica não o permite” (INE, 2004: 9).

adquirida a hierarquia das funções centrais²³.

Logo, as funções mais especializadas que preencherão o topo da hierarquia, são as que estão disponíveis no menor número de freguesias, isto é, as que, frequentemente, registam uma maior disseminação territorial. Assim, está seguro que as funções do topo da hierarquia são caracteristicamente funções urbanas (anexo 2).

O INE, apresentou assim a hierarquia final das funções centrais em 4 classes (quadro 2). Assim sendo, pode-se verificar o agrupamento de serviços ou funções centrais por classes ²⁴.

Quadro 2 – Hierarquia das Funções Urbanas Centrais, segundo estudo do INE

Classe	Denominação	Número de funções
1	Funções muito especializadas	14
2	Funções especializadas	29
3	Funções pouco especializadas	57
4	Funções não especializadas	17

Fonte (adaptado de INE, 2004: 18)

“Dos quatro níveis de classes de funções urbanas definidas²⁵, é a geografia das áreas de influência de funções muito especializadas, que melhor traduz a organização do território a nível nacional e regional, porque sintetiza as lógicas de dependência dominantes no âmbito supramunicipal” (INE, 2004: 27). Podemos referir, ainda que a área de influência²⁶ de um centro urbano é esclarecida pelo território que se encontra funcionalmente dependente daquele centro urbano, para um delimitado número de funções. Sendo assim, as áreas de influência diferem conforme as funções que estão a ser estudadas: hipoteticamente, as funções de nível superior (mais raras) limitam o número de centros urbanos possíveis de terem áreas de influência e definem áreas de influência de maior dimensão, enquanto as funções de nível inferior (mais vulgares) tornam um maior número de centros urbanos selecionáveis e projetam áreas de influência, frequentemente, de dimensões inferiores. Somente, por mera curiosidade, no ano de 1981 Jorge Gaspar na sua obra “Área de Influência de Évora: Sistema de Funções e Lugares Centrais”, realizou para a cidade de Évora uma hierarquia de funções.

²³ Estas funções ou serviços centrais encontram-se com um * no Anexo 2 (INE, 2004: 17).

²⁴ Ver anexo 2.

²⁵ Funções muito especializadas (por exemplo, hospital geral ou hipermercados); funções especializadas (por exemplo, tribunais ou agências de viagens); funções pouco especializadas (por exemplo, escolas de condução ou agências bancárias). De acordo com Polése (1998), as funções mais especializadas, posicionadas no topo da hierarquia de funções são caracterizadas por: fortes economias de escala (elevada dimensão mínima de procura); consumo pouco frequente (menores custos relacionados à deslocação do consumidor) e maior propensão para o consumidor se deslocar a maiores distâncias para usufruto dessa função.

²⁶ Este termo será estudado no subcapítulo da “Hierarquia Urbana e Rede de Cidades”.

2.2. Vivências urbanas

Atualmente, um dos fenômenos que melhor traduz a ideia de mudança social é a globalização, pois é responsável pelas profundas transformações sociais, tecnológicas e urbanísticas operadas nas sociedades e na economia internacional, exercendo também, impactos diretos e sensíveis sobre a vida quotidiana dos indivíduos. E é sobre a vida quotidiana da população, e sobretudo, das suas vivências urbanas que nos iremos debruçar.

Na cidade contemporânea, desenvolvida e da multi-mobilidade, é indispensável avançar-se para uma consideração multi-escalar sobre as vivências urbanas (Guerra, Marques, Santos & Silva, 2011: 1). Partindo para a noção de vivências urbanas, estas ajudam a perceber como se estruturam e organizam as cidades, compreendendo as mudanças nos estilos de vida e modos de vida “cujas espacialidades e temporalidades não deixarão de ter influências estruturantes na cidade” (Guerra, Marques, Santos & Silva, 2011: 1). As vivências urbanas estudam assim a cidade, através dos seus serviços, equipamentos e pessoas, investigando a relação de uns com os outros no seu processo formativo cultural. As vivências urbanas, tal como a qualidade de vida, possui duas dimensões: uma objetiva (medida através de números, proporções e grandezas) e uma subjetiva (podendo ser observada através das representações sociais²⁷, sendo que neste caso temos de verificar o que é que uma família consome durante uma semana ou mais, por exemplo o que comem, o que compram, etc.).

. Existem pelo menos cinco perspetivas, que podemos abordar quando falámos sobre vivências urbanas:

- A primeira, diz respeito ao conjunto de espaços e tempos fora do trabalho (fora das nossas obrigações) e os tempos livres (onde e como ocupámos o nosso tempo livre);

- A segunda, refere-se aos momentos que dedicámos ao nosso tempo lúdico (tempo de sociabilidade e fruição), entrando aqui, por exemplo, a questão dos cafés, bares, etc., ou seja, espaços e tempos que prestámos e dedicámos ao outro e não numa lógica familiar. Não esquecendo também, dos espaços virtuais (como o simples facto de enviar uma mensagem do telemóvel, à utilização das redes sociais, como *Facebook* ou *Twitter*);

- A terceira, tem a ver com compras/consumo, sendo que hoje em dia fazemos o nosso

²⁷ Define-se representação social como uma avaliação de uma dada realidade ou situação, pressupõe valores (no caso da representação do que é um bom aluno, estamos a atribuir valor ao sucesso escolar, á escola enquanto instituição e ao sucesso profissional) decorrentes da nossa socialização e orienta e justifica comportamentos, pois agimos em função das representações que temos, ou seja, numa curta frase podemos definir representação social como “leitura simplificada da realidade que nos cerca” (Alves, César, Lopes & Pombo, 2009: 83).

consumo de modo muito diversificado, desde o nível *online* até ao físico;

- A quarta refere-se às férias, surgindo aqui, a ideia de que a partir da II Guerra Mundial, começou-se a instituir o tempo e espaço de férias, ou seja, quase toda a gente tem férias passou a ter férias;

- A quinta e última perspectiva, tem a ver com a cultura (como adquirimos a nossa cultura), sendo que muita gente confunde cultura com o tempo lúdico, mas não é a mesma coisa. Neste caso, considera-se se ouvimos música, se vamos ao teatro, ao cinema, se gostámos de artes plásticas, fotografia, literatura ou se praticámos dança, estas são as chamadas “7 artes” (em termos de vivências interessamos saber onde e como acedemos a certas culturas). Outro aspeto, aqui a reter e a abordar, tem a ver com o facto de percebermos onde é que os indivíduos se enriquecem do ponto de vista do corpo e da alma/mente (se praticam desporto, se fazem meditação, etc.).

Desta forma, quando falamos em vivências referimo-nos a isto tudo, ou seja, o indivíduo na sua complexidade. Apontámos assim uma estratégia de qualidade de vida, pois precisámos deste conjunto de vivências para estarmos bem socialmente e nos sentirmos realizados.

Nas grandes cidades, os centros comerciais são lugares fulcrais das vivências urbanas, designados como espaços de sociabilidade e convivialidade (Guerra, Marques, Santos & Silva, 2011: 5). Atraem uma imensidão de pessoas, assim como todas as áreas de vocação centralizadora. São assim enormes praças centrais, cheias de cidadãos, de consumidores muito variados, de todas as camadas sociais e atárias. Estes lugares, são sobretudo locais de encontro (Guerra, 2012). Nos tempos livres, famílias inteiras e grupos de amigos diversos, colegas de escola ou trabalho deslocam-se até a estes locais e combinam os seus encontros de lazer. O centro da cidade tradicional ou os velhos centros tradicionais de comércio e serviços, começam a competir com estes espaços, que adquirem uma grande capacidade de atração por parte da população.

O espaço público consagra-se também como um espaço de vivências urbanas. É um espaço de livre acesso e uso coletivo e é “formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir destes espaços” (Remesar, 2005: 2, citado por Gil, 2009: 12). É o lugar onde se processa a maior parte da sociabilização urbana, constituindo assim um reflexo da sociedade e um retrato da cidade (Santos, 2008: 1). A partir dos espaços públicos, a cidade passa a ser utilizada como espaço de lazer e fruição da população.

Para François Ascher (1995: 16, citado por Guerra, Marques, Santos & Silva, 2011: 8),

“ as metrópoles não são apenas territórios, são também modos de vida e modos de produção (e que), a complexidade destes novos espaços urbanos torna por isso difíceis tanto a sua definição geográfica e estatística, como a sua representação”.

2.3. Hierarquia urbana e rede de cidades

Segundo Salgueiro (1992: 26), a cidade é “ uma forma de povoamento, portanto, respeita à ocupação de partes do território pela população. A cidade é uma entidade individualizada com certa dimensão e densidade onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de atividades”. Apesar de não existir um consenso à volta da definição do conceito de cidade, cada um de nós consegue ter dela uma imagem mental, ligada por exemplo, a uma elevada concentração demográfica e de construção, um forte número de edifícios altos e concentrados, grandes e largas avenidas e com enorme fluxo de trânsito e de pessoas, intensas áreas comerciais e de serviços, elevado dinamismo e oferta cultural, de lazer e de educação, ou seja, uma área de diversidades e densidades.

As centralidades de comércio e serviços e os espaços de emprego aparecem como elementos cruciais na organização dos territórios, tanto pelas mobilidades do dia-a-dia que determinam, quer pela diferenciação socioeconómica que carregam e pelas dinâmicas que difundem. Segundo Marques (2002: 40), desde os equipamentos ou serviços mais raros (próprios dos centros ou cidades mais importantes) até ao pequeno comércio quotidiano disperso por todo o território, os equipamentos começaram a hierarquizar-se pela densidade, raridade e amplitude da população que servem.

O problema da hierarquização dos lugares centrais, tem sido analisada e estudada pelos mais diversos autores, de distintos pontos de vista e em diversas regiões do mundo (Gaspar, 1981: 15). As abordagens e ideias em torno do ordenamento e estruturação do espaço, e das relações entre os lugares através de hierarquias urbanas leva-nos à clássica “Teoria dos Lugares Centrais” e aos modelos hierarquizados nos trabalhos de Christaller (1933) e Losch (1940).

Como já foi referido, os estudos sobre a hierarquia urbana, tiveram origem nas teorias clássicas dos alemães Christaller e Losch, acerca das conceções de “lugar central” e “área de mercado”, em que a cidade central exerce a função de providenciar bens e serviços especializados a centros de menor dimensão, formando um rede urbana hierarquizada, onde ocorre complementaridade entre as cidades (Nunes, 2010: 12).

Em 1933, Christaller elaborou a “Teoria dos Lugares Centrais”, sendo que esta afirmou-se como uma explicação muito influente e dominante da organização do espaço, que partia do

princípio que as dinâmicas do crescimento urbano podiam ser ordenadas numa hierarquia estruturada de áreas de influência, seguindo uma distribuição uniforme dos centros de serviços e das funções urbanas, dispostos em hexágonos.

Antes de falarmos da “Teoria dos Lugares Centrais”, importa explicitar os conceitos que melhor suportam esta teoria:

- O bem central²⁸ é o conjunto de bens ou serviços, que se encontram disponíveis em determinados locais (lugares centrais), como por exemplo hospital, centro de saúde, banco, etc.;

- A unidade funcional, diz respeito a cada unidade que presta uma determinada função central. Assim uma função central, por exemplo um hospital geral, pode ser prestada por diversas unidades funcionais, no caso específico, diversos estabelecimentos hospitalares;

- A função central é “ a atividade realizada pelo indivíduo ou pela unidade empresarial que fornece bens ou serviços, localizada num ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve (por exemplo hospital geral, escola de condução, clube de vídeo). Uma função será tanto ou mais central, quanto mais especializada for, ou seja, mais rara” (INE, 2004: 9);

- O lugar central é “o ponto do espaço geográfico onde se exercem funções centrais” (Gaspar, 1981: 52), isto é, um ponto central relativamente à população que recebe os bens centrais;

- O raio de eficiência de um bem central (*range*) é “a distância limite que as populações se deslocam para obter esse bem central, isto é, a distância para além da qual existem poucas probabilidades de que alguém se desloque para adquirir esse bem. Varia com o grau de raridade e a frequência da utilização de bens” (Gaspar, 1981: 52);

- A área de influência de lugar central (*hinterland*) é o domínio exercido por uma cidade sobre o espaço envolvente, em consequência da sua oferta de bens e serviços, quantidade e variedade de equipamentos coletivos, etc., ou seja, é definida pelo território que se encontra funcionalmente dependente de si, para um determinado número de funções (Salgueiro, 1992). A dimensão desta área, depende da qualidade e raridade desse serviço e das condições de acessibilidade;

- A centralidade²⁹, representa “o grau em que determinado centro urbano exerce funções centrais” (Christaller, 1993: 18, citado por Lopes, 1979: 221).

²⁸. A forma como o bem central é distribuído pode variar. “Na maior parte dos casos é o adquiridor que se desloca; noutros casos é o distribuidor que leva os bens aos locais de consumo ou redistribuição” (Gaspar, 1981: 50).

²⁹ Segundo Gaspar (1981: 52), entende por centralidade o “índice que representa a extensão, o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve”.

Depois de ficarmos cada um dos conceitos, é necessário também perceber como estes se interligam. As cidades são cada vez mais consumidoras do espaço, estando associado o seu crescimento a duas fases: a fase centrípeta que é o período de crescimento da cidade resultante da concentração demográfica e funcional e a fase centrífuga que é o período de desconcentração demográfica e funcional que tem promovido a crescente procura das periferias para construção de habitações e para a implantação da indústria e das atividades (figura 4). Estas duas fases, estão relacionadas com a expansão das cidades.

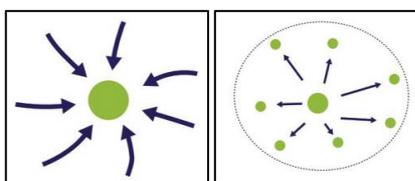


Figura 4 – Fases da expansão urbana

Fonte (adaptado de Lopes, Pinho & Queirós, 2014: 107)

Tal como podemos verificar pela figura 4, a fase centrípeta/ convergente (a primeira, na figura 4), concentra a população e as atividades económicas no interior do perímetro urbano, gerando uma configuração urbana compacta e com limites bem definidos. Enquanto, a fase centrífuga/divergente (a segunda, na figura 4), caracteriza-se por uma desconcentração urbana, ou seja, deslocação da população do centro para a periferia, gerando uma urbanização sem limites definidos.

. Cada lugar pode exercer a sua influência sobre áreas mais ou menos extensas, designadas por áreas de influência (por exemplo, a área de influência de um porto é a região que é servida por esse porto). A extensão da área de influência de uma cidade ou lugar central é condicionada por fatores de cariz económica, física e social: quanto mais raro é o bem ou a função, maior é a área de influência da cidade ou outro lugar, em relação a esse bem (por exemplo, a área de influência de uma padaria é muito menor que a área de influência de um *stand* de automóveis ou a área de influência de um estabelecimento de ensino secundário, é menor que a de um estabelecimento de ensino superior); quanto maior e mais importante for a cidade ou outro lugar central, maior será a quantidade de bens por ela fornecidos, logo maior será a sua área de influência e quanto melhor for a rede de transportes e as características físicas da região, maior será a sua área de influência (figura 5).

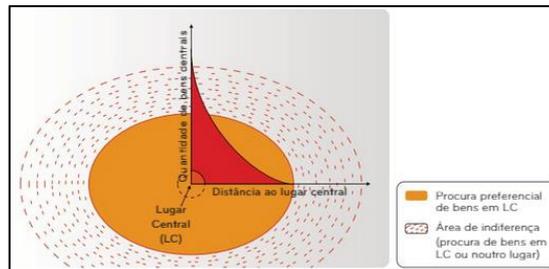


Figura 5 – Relação entre a distância de um lugar central e a quantidade de bens por ele fornecido

Fonte (adaptado de Lopes, Pinho & Queirós, 2014: 158)

A delimitação das áreas de influência dos diferentes lugares é uma tarefa complicada, contudo é relevante para o processo de planeamento, especialmente, no que diz respeito aos serviços públicos, como o ensino ou a saúde. Deste modo, acresce a quantidade e a qualidade de funções centrais, das unidades funcionais e dos bens centrais (sejam eles vulgares ou raros), que oferecem aos seus habitantes, como a todos que se encontram na sua área de influência.

Tal como referido anteriormente, os bens centrais podem ser agrupados em bens vulgares, que correspondem a uma função de utilização frequente, e na maioria dos casos pode-se adquirir em qualquer lugar central e com alguma facilidade. São exemplos, a mercearia, o sapateiro, a padaria e o café) e os bens raros, que correspondem a uma função rara, sendo que a sua utilização não é frequente, pelo que, normalmente, só se encontram nos centros urbanos, e alguns deles nas grandes cidades, ou seja, só são acessíveis em determinados lugares centrais. Assim, as lojas de instrumentos musicais, os hospitais especializados, as universidades, os médicos especialistas, os *stand* de automóveis, os bancos, as companhias de seguros, o comércio de luxo são exemplos de funções raras. A diferenciação entre os produtos ou serviços raros e vulgares, reside na maior ou menor frequência de utilização, na maior ou menor facilidade de os obter e, conseqüentemente, no seu raio de eficiência.

A cada função central, corresponde uma área de influência, sendo essa área tanto maior quanto mais raro for o bem ou o serviço prestado. Cada função, possui um determinado raio de eficiência, ou seja, a distância máxima/limite que as populações estão dispostas a percorrer para adquirir um bem ou serviço, quer devido ao tempo gasto, quer aos custos de transporte utilizado na sua deslocação. A exemplo, o raio de eficiência dos bens vulgares é muito pequeno, não ultrapassando grosso modo, os dois a cinco quilómetros, sendo a sua área de influência muito reduzida. Contrariamente, o raio de eficiência de bens raros é muito elevado, sendo por isso a sua área de influência muito grande, podendo mesmo atingir o território nacional ou mesmo alargar-se ao exterior.

A quantidade de bens disponibilizados por um lugar central diminui, à medida que aumenta a distância a esse lugar central, devido ao aumento do tempo de deslocação e do custo de transporte, o que faz com que muitos bens e serviços em vez de serem adquiridos no lugar central, são obtidos noutros locais. Por outro lado, a cada função corresponde um limiar de mercado³⁰. Porém, uma mesma função tem um limiar mínimo e um limiar máximo, ou seja, uma função tem uma área mínima, com um número mínimo de consumidores necessários para que certos bens sejam rentáveis, e por outro lado, tem uma área máxima, aquela na qual a função é ainda mais atrativa, ou seja, correspondendo a toda uma área na qual a função ainda é atrativa, mas a partir da qual o bem por ela fornecido será procurado noutra lugar central (Lopes, 1979), (figura 6).

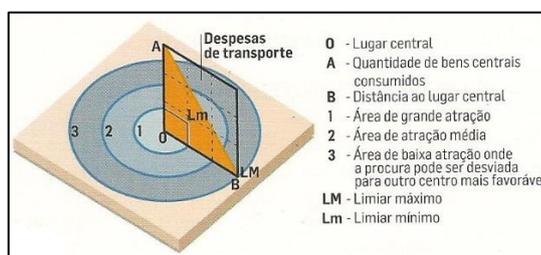


Figura 6 – Raio de eficiência de um bem central

Fonte (adaptado de Lopes, Pinho & Queirós, 2014: 158)

A área de influência de cada um dos lugares resulta da importância que estes apresentam, sendo por isso possível estabelecer uma hierarquia dos lugares de um determinado território (a rede urbana). Quanto maior a hierarquia de um lugar, maior é a sua área de influência. Assim sendo, o lugar central, isto é, a área que fornece serviços e produtos a toda a sua área de influência, exerce funções centrais, ou seja, exerce qualquer atividade económica e social que fornece bens centrais, constituídos por todos os bens obtidos num lugar que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve. Os lugares centrais hierarquizam-se de acordo com a sua centralidade, que está diretamente relacionada com a quantidade de bens e serviços que um lugar disponibiliza, isto é, quanto maior a quantidade de produtos e serviços que oferece, maior a sua centralidade.

A hierarquia dos lugares centrais consiste na classificação ordenada, segundo a sua importância, a qual engloba diversos níveis ou ordens. Enquanto os de ordem inferior, oferecem

³⁰ O limiar de mercado é o limite de uma área mais ou menos extensa, para lá da qual é pouco provável que a respetiva população se desloque a um determinado lugar central para adquirir determinados bens (Lopes, 1979).

apenas bens vulgares, os de ordem superior apresentam um leque, relativamente, diversificado de bens raros. Logo, os centros urbanos de ordem inferior correspondem aos de menor centralidade e os centros urbanos de ordem superior, são os que apresentam maior centralidade, apesar de disporem de bens e serviços vulgares, oferecem, também, bens e serviços raros. Por outras palavras, a área de influência de um lugar central de nível inferior, que corresponde neste caso ao número 1 na figura 7 (por exemplo, uma aldeia) está incluída na área de influência de um lugar central de nível imediatamente superior que corresponde ao número 2 na figura 7 (neste caso, uma vila), e assim sucessivamente.

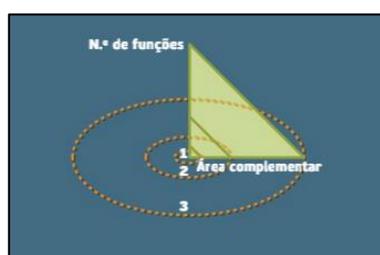


Figura 7 – Área de influência de três lugares centrais de níveis diferentes

Fonte (adaptado de Lobato & Oliveira, 2015: 133)

Então, os lugares centrais de nível mais elevado são menos numerosos do que os de nível, imediatamente, inferior e possuem uma área de influência bastante extensa, possuindo um grande índice de centralidade e os lugares com menor capacidade de atração não dispõem de funções com nível tão elevado, logo possuem reduzida área de influência e fraco índice de centralidade. A centralidade está assim diretamente associada com a quantidade de bens que um lugar disponibiliza, isto é, quanto maior a quantidade de produtos e serviços que oferece, maior será a centralidade de um lugar.

A “Teoria dos Lugares Centrais”, foi concebida com o fundamento de esclarecer a emergência de concentrações urbanas, baseando-se para tal no estudo da localização das atividades económicas, busca justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros urbanos e de modo indireto o relacionamento entre eles, que segundo a teoria se processa precisamente de forma hierárquica, em que os centros de ordem superior desempenham todas as funções de nível inferior. “Um dos princípios básicos enunciados por Christaller evidencia que assim como os bens centrais afins tendem a agrupar-se em funções centrais, estas também se reúnem em lugares, dando origem a uma hierarquia: um lugar central de ordem superior a outro, dispõe em princípio de todas as funções deste” (Gaspar, 1981: 17). Ou seja, o lugar A tem as

funções do lugar A, B, C, D, E; o lugar B tem as funções do lugar B, C, D, E; o lugar C possui as funções do lugar C, D, E; o lugar D detém as funções do lugar D e E e o lugar E apenas possui as funções do lugar E (Gaspar, 1981: 17). O que quer dizer que o lugar central A detém o nível mais baixo, e o lugar A ocupa o topo da hierarquia. Logicamente podemos referir que existe um maior número de lugares do tipo E que do tipo D, mais do que D que do C e assim continuamente. De acordo com a teoria de Christaller, um determinado centro será tanto mais central, quanto mais funções especializadas prestar e, conseqüentemente, quanto maior for a sua área de influência.

Esta teoria considera também, a perspectiva da minimização das distâncias percorridas pelos consumidores. Portanto, os consumidores e produtores à luz da teoria, buscam percorrer a menor distância possível: os primeiros para obterem bens e serviços de que necessitem, enquanto os segundos para atingirem o número de consumidores necessários à sua escala de produção. Desta forma, “a minimização das distâncias é um princípio básico em que assenta a Teoria dos Lugares Centrais” (INE, 2004: 10).

Tal como já foi referenciado anteriormente, para além de Christaller também Losch (economista alemão) propôs uma teoria por volta dos anos 40, um tanto parecida e que não difere, fundamentalmente, da de Christaller³¹.

A contextualização da “Teoria dos Lugares Centrais” à luz do século XXI, impõe reflexão e coloca em discussão a questão da hierarquização. Contrariamente ao defendido por Christaller, um centro urbano que preste uma função de uma determinada ordem (nível de especialização), não presta obrigatoriamente todas as funções de ordem inferior, o que faz com que “ a hierarquia tradicional dos centros urbanos comece a ser complementada como uma hierarquia de rede³², com vários níveis, caracterizada e definida pela sua capacidade de estabelecer relações de interação com as diferentes componentes do sistema urbano” (Nunes, 2010: 13).

As cidades, e genericamente, as áreas urbanas, seja qual for a sua dimensão desenvolvem entre si uma importante teia de relações de complementaridade, ou seja, relações entre lugares

³¹ Losch tal como Christaller “ consideram que partindo de um território ideal com densidades uniformes, sem barreiras físicas ou humanas e com acessos iguais em qualquer sítio, se chega a uma organização dos sítios, ou dos lugares que oferecem bens centrais, com base triangular e com áreas de mercado hexagonais” (Gaspar, 1981: 19). Contudo em ambas as teorias, coexistem diferenças marcantes, em relação á formulação geométrica dos sistemas, pois em Christaller cada lugar central é o ponto de encontro das áreas de influência de três ou mais lugares centrais, enquanto em Losch os lugares centrais são colocados no interior das áreas de influência de outros centros ou nos limites lineares dessas áreas.

³² Que falaremos ainda neste subcapítulo.

através dos quais bens e serviços são trocados, tendo em vista a satisfação das respectivas necessidades. A natureza dessas relações é muito variada, podendo ser, particularmente, de índole económica, social e cultural. O conjunto de cidades unidas entre si por relações de complementaridade designa-se de “rede urbana” ou “sistema urbano”³³. Entende-se assim por rede urbana, “um conjunto hierarquizado dos centros urbanos e respetivos territórios adjacentes ligados por relações de ordem hierárquica a um centro principal” (Salgueiro, 1992: 105).

Quando falamos em rede urbana, temos que entender que a sua existência só é possível se existir uma rede hierarquizada ou relativamente hierarquizada e uma relação de dependência ou complementaridade, em termos funcionais, entre cidades e entre estas e as áreas rurais limítrofe. Podemos dizer que uma rede urbana só é hierarquizada se tiver:

- Um pequeno número de cidades de grande dimensão, através de uma repartição espacial relativamente afastada. Estas são as que possuem um maior número de funções e as mais raras exercendo uma forte influência sobre um território nacional. No caso de Portugal, falámos das grandes cidades, Lisboa e Porto;

- Um maior número de cidades de média dimensão, inseridas entre as cidades de grande dimensão, com as quais estabelecem grandes fluxos. Estas são caracterizadas por um intenso dinamismo funcional e crescimento populacional;

- Um número ainda maior de pequenas cidades, na área de influência das cidades de média dimensão.

A força atrativa e polarizadora da cidade sobre o meio envolvente é um efeito das suas características: funcionais (relacionadas com o número e complexidade das funções desenvolvidas) e demográficas (através do total da população). Estes dois fatores definem de modo exato a extensão da área de influência e o grau de internacionalização das redes urbanas.

As redes urbanas (em função, por exemplo, do ponto e vista demográfico e funcional, da extensão e intensidade da sua área de influência e do seu grau de internacionalização) podem assumir distintos tipos:

- Monocêntricas ou Macrocéfala, quando um país é dominado por uma grande metrópole que monopoliza a vida económica, cultural e social. São muito características dos países em vias de desenvolvimento, pois nos países desenvolvidos, em virtude do desenvolvimento dos meios de transporte e da especialização crescente das cidades, têm perdido importância. Estas são fortemente centralizadas e hierarquizadas, em que a aglomeração principal se destaca

³³ Um sistema urbano é o sistema integrado de cidades, desde as mais pequenas às grandes cidades, que estabelecem relações de complementaridade entre si.

demográfica, económica e funcionalmente das restantes;

- Polarizadas ou Polinucleadas, quando em torno da capital regional e a uma distância relativamente regular surgem cidades de diferentes níveis hierárquicos, dando origem a uma rede mais ou menos densa;

- Bipolares ou bicéfalas, são uma variante do tipo macrocéfalo, neste caso um país é dominado por duas grandes metrópoles, que ocupam o topo da hierarquia e repartem entre si as funções de nível superior;

- Multipolares, quando existem várias metrópoles no topo da hierarquia que repartem entre si as funções superiores, de nível económico, político, financeiro, etc.;

- Policêntricas, rede urbana constituída por aglomerados urbanos de diferentes dimensões, havendo fortes relacionamentos interurbanos, relações de interdependência e complementaridade. Aqui as aglomerações urbanas principais mantêm uma posição demográfica relativamente equilibrada e com uma complementaridade funcional e económica significativa. A rede urbana é menos contrastante entre si (Delfante & Pelletier, 2000: 115 a 118).

A rede urbana para Christaller, tinha uma estrutura hierárquica rígida, onde se posicionava uma cidade em função da sua dimensão e do número de funções urbanas que prestavam, mas onde não ocorreria complementaridade entre cidades do mesmo nível, ou seja, num sistema urbano tipo christalleriano, as cidades distribuem-se segundo uma hierarquia na qual a influência e as relações se processam em função da dimensão (figura 8). É uma rede hierarquizada, na qual o centro de maior nível hierárquico tem uma localização central.

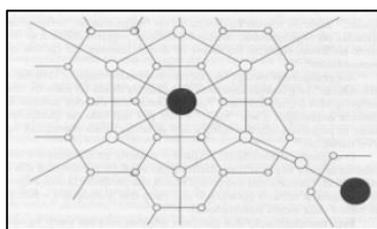


Figura 8 – Rede urbana christalleriana

Fonte (adaptado de Ascher, 1998: 18 referido por Silva, 2006: 5)

Este modelo de Christaller, apresenta bastantes limitações, porque já não explica em plenitude o fenómeno urbano atual. O crescente processo de urbanização conduziu à multiplicação de vários centros dentro da mesma área urbana, capazes de fornecer os mesmos bens e serviços que o centro original. A urbanização da sociedade, a industrialização, e o

aumento das acessibilidades e da mobilidade de bens, pessoas e capitais, deu lugar às noções de rede urbana ou sistema urbano.

A avaliação tradicional da hierarquia urbana (modelo christalleriano), dá lugar a uma avaliação baseada no conceito de rede de cidades³⁴, rede em nós ou arcos (*hubs* e *spokes*), para se referir à crescente articulação económica, social e política existente entre cidades, como resultado da expansão do processo de industrialização e de urbanização, na tentativa de deter as relações estabelecidas entre cidades no interior de uma rede (Ascher, 1998 referido por Nunes, 2010: 14). Num sistema urbano metropolitano, apenas as cidades maiores (*hubs*), mantêm relações diretas com diversas outras, enquanto as menores estão apenas ligadas diretamente a uma cidade principal (figura 9).

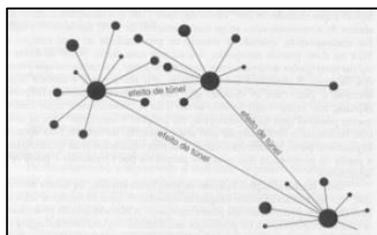


Figura 9 – Rede urbana em *hubs* e *spokes*

Fonte (adaptado de Ascher, 1998: 18 referido por Silva, 2006: 5)

Concluindo, podemos referir que atualmente a estrutura urbana opera no quadro de uma rede de cidades, ou seja, no quadro de todas as cidades e centros urbanos de um território. Com a propagação do fenómeno de urbanização e o desenvolvimento de novas centralidades, a hierarquia urbana tem mudado de significado (Marques, 2002: 42). A hierarquia actual, não tem o mesmo significado que tinha há uns 30 anos, ainda que as redes de cidade se organizem de modo hierárquico, sendo que “a crítica da teoria dos lugares centrais assenta na crítica a uma hierarquia fundada em áreas de mercado justapostas” (Marques, 2002: 42). Os serviços mais básicos têm vindo a encontrar-se na proximidade dos serviços e bens mais raros, originando complementaridades e acrescentando os níveis de concorrência com as lógicas de organização tradicional. As hierarquias urbanas são construídas através de análises estatísticas do número de funções e interações funcionais. Hoje, o seu uso no planeamento é muitas vezes, meramente, instrumental, com finalidade de subdividir o território em unidades mais pequenas e atribuir funções diferenciadas aos centros urbanos.

³⁴ A rede de cidades é uma associação de cidades com vista à valorização das complementaridades existentes entre elas.

2.4. Vivências urbanas policêntricas

Relacionado ao conceito de rede urbana ou de cidades, aparece o conceito de policentrismo no qual têm assentado as dimensões e os princípios gerais das políticas de ordenamento do território nacional (PNPOT – Lei nº58/2007) e comunitário através da CEC – ESDP, 1999; EDEC, 1999 e CEMAT, 2000, (Nunes, 2010: 17).

Devido à crescente complexificação dos sistemas urbanos, resultante, basicamente, do aumento das comunicações e melhoria das acessibilidades mundiais, o modelo hierarquizado e monocêntrico de Christaller (região com um centro), progride para um modelo urbano policêntrico (região com vários centros), que tem vindo a ganhar importância gradual. O modelo monocêntrico é um modelo de uma cidade com apenas um centro (figura 10), com elevadas densidades populacionais (população concentrada), em que o crescimento se desenvolve fundamentalmente neste centro. Este é um modelo que já não é aplicável à maior parte das cidades da Europa, pois a deslocação para as proximidades é bastante marcada, já operam num sistema policêntrico (Gomes, 2009: 27 a 28).

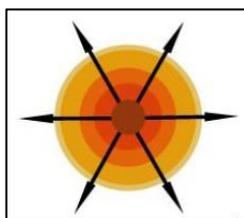


Figura 10 – Modelo Monocêntrico

Fonte (adaptado de Gomes, 2009: 28)

Já o modelo policêntrico (figura 11), assemelha-se a uma forma dispersa, espontânea e descentralizada do espaço urbano. Detém um centro forte e vários subcentros, ou seja, caracteriza-se pela existência de múltiplos centros, com várias densidades populacionais.

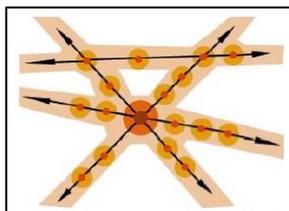


Figura 11 – Modelo Policêntrico

Fonte (adaptado de Gomes, 2009: 31)

A evolução do sistema urbano determina-se, num passado recente “pela transição do modelo da cidade monocêntrica tradicional para a moderna região urbana policêntrica” (Nunes, 2010: 17), ou seja, a antiga cidade central deu lugar ao fenómeno urbano policêntrico (cidade em rede).

A estrutura urbana monocêntrica dominou até por volta dos inícios dos anos 70, em que múltiplos autores consideravam-na dominada pela existência de um *CBD*, possuindo três tipos de utilidades: serviços no *CBD*, habitação nas áreas suburbanas e agricultura na periferia circundante. As considerações à volta do padrão de uso e das rendas do solo em torno do centro da cidade monocêntrica revelaram-se insuficientes, o que levou à existência de cidades com um crescimento urbano periférico, policêntrico e incontinuo.

O policentrismo, a nível interurbano ou regional está ainda em desenvolvimento, apesar das suas referências existirem desde a década de 70, após a 2.^a Guerra Mundial³⁵. De forma, a contrariar os grandes desequilíbrios de desenvolvimento entre os países da UE, promoveu-se entre outras coisas, políticas territoriais assentes no modelo de policentrismo urbano, como modo de superar as disparidades de desenvolvimento e crescimento económico entre os países que constituíam o denominado “ Pentágono Europeu” (Londres, Paris, Hamburgo, Milão e Munique) e os países mais periféricos, fortalecendo as noções de cooperação e complementaridade urbanas, oferecendo maior solidez e consistência à UE. Assim sendo, foi aprovado pelo Conselho Informal de Ministros de Ordenamento do Território dos Estados-Membros da UE, o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC). Este documento estratégico, introduziu o conceito de policentrismo, como modelo capaz de promover um equilíbrio no desenvolvimento territorial da UE (Ramos, 2014: 21). Porém, antes do EDEC impulsionar a noção de policentrismo, vários autores já o tinham analisado, atribuindo-lhe todavia, diferentes denominações: Meijers & Romein (2003: 274, citado por Marreiros, 2010: 5) referiam os exemplos de “rede de cidades”; das “cidades em rede” (Camagni, 1993, citado por Marreiros, 2010: 5); “das regiões metropolitanas polinucleadas” (Dieleman & Faludi, 1998 citado por Marreiros, 2010: 5) ou dos “*clusters* de cidade” (CEC, 1999 citado por Marreiros, 2010: 5).

É então, consensual e aceite que foi com o EDEC (1999), que se inscreveu o conceito

³⁵ A partir daqui todos os tratados assinados pelos países então integrantes da UE, inclinavam-se especialmente sobre a forma de cooperação e organização da UE, enquanto entidade governativa dos países que a compunham, definindo as suas competência e organizando a adesão de novos países, e instituindo as normas de como se organizaria a integração económica, política e social.

singular de policentrismo em documentos políticos e estratégicos de natureza oficial e institucional (Marreiros, 2010: 5). O EDEC pretende e deseja um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território da UE, entre todos os Estados - Membros, determinando como finalidades fundamentais a coesão social, económica e territorial, e o aumento da competitividade económica do território europeu no mercado mundial.

Através destes pressupostos, o EDEC definiu três grandes finalidades para o espaço europeu: “desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado e de uma nova relação cidade-campo; garantia de uma igualdade de acesso às infraestruturas e ao conhecimento e desenvolvimento sustentável, gestão inteligente e preservação da natureza e do património cultural” (Ramos, 2014: 22). A política manifestada no EDEC, sugeria impulsionar uma visão mais policêntrica do espaço europeu, no sentido de avançar para “uma estrutura urbana descentralizada, baseada numa hierarquia de cidades em todo o território da UE”, (EDEC, 1999: 22). O cenário de um território europeu policêntrico, visa assim a coesão económica e social e a redução de assimetrias de desenvolvimento entre regiões desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas (EDEC, 1999: 22).

Não sendo um conceito novo, o policentrismo nunca havia sido investigado corretamente, nem mesmo pelo EDEC que lhe concedeu um estímulo acrescido e projetou-o para o meio do debate técnico-político, em volta de assuntos territoriais e da organização dos sistemas urbanos.

Os estudos realizados pela *ESPON* (*European Observation Network, Territorial Development and Cohesion*), analisaram o sistema urbano europeu com vista à avaliação do policentrismo³⁶, e definiram o modelo urbano policêntrico como “um conjunto harmonioso e multi - escalar de cidades, em que cada uma delas desenvolve competências e capacidades difíceis de serem produzidas noutras áreas, criando-se deste modo, um intercâmbio baseado na complementaridade funcional entre cidades que lhes possibilita manter posições salientadas na concorrência internacional” (Nunes, 2010: 30).

O *ESPON* liga ao conceito de policentrismo duas particularidades complementares: a morfologia do espaço (número de cidades e hierarquia existente) e as relações funcionais em áreas urbanas (redes, fluxos e cooperação), (ESPON, 2005: 3). Em Portugal, quer o PNPT

³⁶ De maneira a aclarar e esclarecer o conceito de policentrismo, desenvolveu-se no âmbito do Project 1.1.1 “Potentials for polycentric development in Europe – Critical dictionary of polycentricity European urban networking (Annex report A) do ESPON, programa que em português se denomina por “Rede de Observação Europeia, Desenvolvimento Territorial e Coesão”, criado em 2004 e feita nova revisão em 2005, que teve como objetivo principal descrever e ilustrar o policentrismo e tudo aquilo que o vulgarizou a nível territorial, ou seja, serviu para desenvolver pesquisas em torno das perspetivas de desenvolvimento da base territorial, fundamentalmente, em volta da conceção de policentrismo urbano.

(Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), quer o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território), assimilaram o modelo de desenvolvimento urbano policêntrico idealizado pela Europa, com finalidade de promover o desenvolvimento sustentado do território nacional e regional. Na abordagem de que o padrão policêntrico da organização do território é um modelo multi - escalar, isto é, que se coloca às escalas europeia e nacional, regional e local, são apresentados três níveis espaciais de policentrismo (ESPON, 2005: 3 a 4 e 22), verificados na figura 12:

- Macro (a nível europeu), este promove a inclusão de várias regiões globais, para além do designado “Pentágono” de Londres, Paris, Hamburgo, Milão e Munique;

- Meso (a nível inter - regional), este integra as regiões–cidade e salienta a complementaridade funcional entre elas (duas ou mais cidades devem completar-se funcionalmente oferecendo aos seus cidadãos e empresas nas suas áreas de influência, acesso a um conjunto de funções urbanas que, normalmente, só pode se oferecido por cidades hierarquicamente superiores, mas em vez de competir para construir as mesmas funções, estas devem cooperar entre si), designando-as de *PIA* “*Polycentric Integration Areas*”(Áreas Policêntricas de Integração);

- Micro (intra - regional), melhora o desempenho económico, a conetividade e a cooperação, assumindo importância as chamadas *FUA* “*Functional Urban Areas*” (Áreas Urbanas Funcionais).

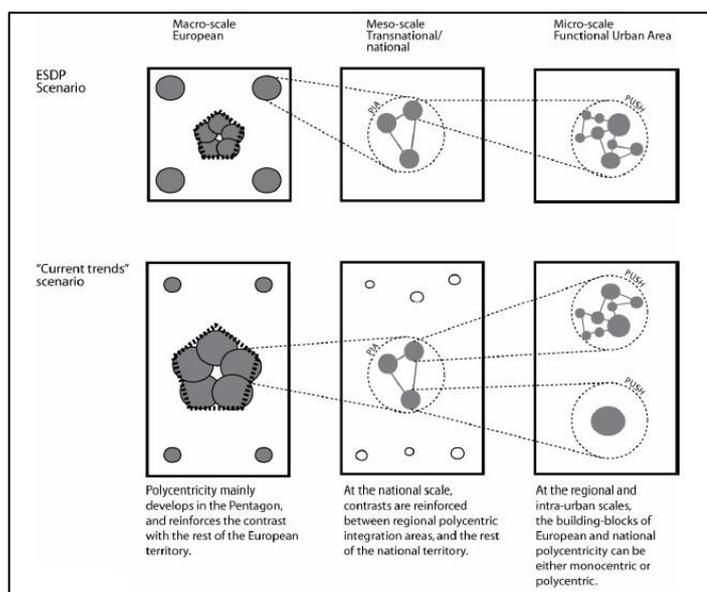


Figura 12 – Potencial do policentrismo a todas as escalas espaciais

Fonte (adaptado de ESPON, 2005: 23)

A figura 12, permite-nos verificar que no cenário atual, o policentrismo acontece, particularmente, nas áreas “*core*” (núcleo) do espaço europeu, nacional e regional, intensificando-se o contraste com o resto das áreas do sistema urbano. À escala micro a configuração territorial do sistema urbano tanto pode ser monocêntrica como policêntrica (Nunes, 2010: 20). Na ótica da *ESPON* e do *ESDP* (*European Spatial Development Perspective*), sobre o cenário de desenvolvimento futuro do policentrismo é de destacar, ao nível da escala micro e meso, o papel das *PIA* como sendo áreas de sobreposição das áreas *PUSH* (*Potential Urban Strategic Horizon*) presentes nas chamadas *FUA*. Nesta tendência, a noção de policentrismo para o território europeu é mencionado como um paradigma alternativo ao da concentração metropolitana em volta das grandes cidades, sobretudo do chamado “Pentágono” (núcleo do espaço comunitário que reúne capacidades, aptidões e riqueza e que dispõe em causa a coesão e sustentabilidade da UE), (Nunes, 2010: 21).

O policentrismo, surge como modelo capaz de esclarecer a estrutura urbana contemporânea nos países competitivos e globalizados; revela ser mais capaz de promover um maior equilíbrio no desenvolvimento urbano, social e económico do território e aparece como consequência da existência de um conjunto de centros urbanos englobados no sistema urbano, com um alto potencial de atratividade, competitividade e de internacionalização (Nunes, 2010: 21). O conceito de policentrismo tal como já foi dito anteriormente, é um conceito ambíguo, e não é consensual, sendo que, não existe, ainda uma definição clara e exata e com robustez teórica e empírica do mesmo.

O policentrismo tal como o nome indica, é algo com vários centros. Tem implícito, a ideia de que numa área urbana de natureza metropolitana, se cria uma estrutura multinuclear composta por núcleos urbanos periféricos, com os quais o centro urbano principal estabelece uma sequência de relações e de competência, embora as relações de cariz económica definidas por esses núcleos, possam ser independentes da cidade central (Nunes, 2010: 21).

O padrão policêntrico, caracterizado por Camagni (Nunes, 2010: 23) de “concentração descentralizada”, possibilita e um lado manter as vantagens competitivas dos centros urbanos e de outro lado, enfraquecer as desvantagens inerentes às grandes concentrações urbanas, através do “reforço das relações intra - periféricas e da redução da dependência da cidade central”. Enquanto, instrumento de organização territorial, o policentrismo não tem apenas uma única forma de ser realizado nem um único padrão de construção. Resulta de dois procedimentos essenciais, como é possível observar pela figura 13, (ESPON, 2005: 46 a 47):

- O institucional (com base na cooperação voluntária). Sendo que aqui, as cidades podem ou não ser complementares em relação às funções urbanas, ou seja, a complementaridade funcional não é um pré-requisito para a cooperação. O importante é que duas ou mais cidades desenvolvam projetos comuns, com objetivo de trocar conhecimentos, melhores práticas, construírem estratégias e compartilhem equipamentos e infraestruturas culturais, sociais, de transporte, etc.. Isto é, o denominado policentrismo de cooperação (significa que há acordo de parcerias);

- O estrutural é o efeito de um desenvolvimento espacial espontâneo. Este procedimento, está relacionado com a organização territorial através de padrões espaciais de relações e fluxos económicos e funcionais. Este processo, pode ser identificado como transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, fluxo de informação e financeiros, etc. Ou seja, é o chamado policentrismo de fluxos (movimentos de pessoas e fluxos).

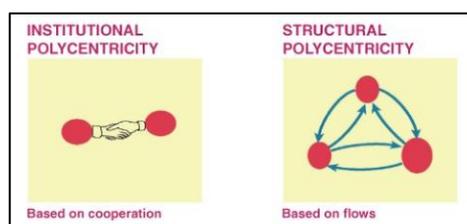


Figura 13 – Dois processos principais do policentrismo: o institucional e o estrutural

Fonte (adaptado de ESPON, 2005: 47)

Tanto um como outro processo salvaguardam, a dimensão espaço-funcional, político-institucional e cultural que particularizam os territórios onde possivelmente será empregue (Marreiros, 2010: 6). O policentrismo pode ser compreendido segundo dois aspetos complementares (figura 14), (ESPON, 2005: 45 a 46):

- Um morfológico, que define a distribuição das áreas urbanas de um determinado território);

- Um relacional, com base nas redes de fluxos e de cooperação entre as áreas urbanas em diversas escalas.

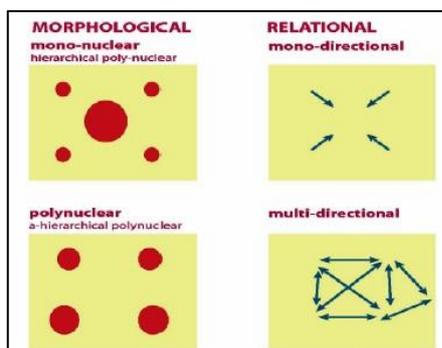


Figura 14 – Dois aspectos complementares do policentrismo: o morfológico e o relacional

Fonte (adaptado de ESPON, 2005: 46)

Conforme ilustra a figura 14, dentro do aspecto morfológico importa verificar o estabelecimento ou não de processos hierárquicos manifestados de duas formas: uma mononuclear (com um nó, cidade dominante e várias cidades periféricas/dependentes) e uma polinuclear (com nós de dimensão idêntica, ou seja, nenhuma cidade dominante). Já no âmbito do aspecto relacional, das relações e fluxos estabelecidos, podem ser orientados de maneiras diferentes entre centros: um mono - direcional (as relações são, preferencialmente, orientadas para um centro, isto é, os centros urbanos dependem de um centro) e um multidirecional (as relações não têm orientação óbvia, ou seja, não há relações de dependência entre os sistemas).

Vários autores particularizam na teoria, um conjunto de condições presentes num determinado espaço territorial, de modo a ser classificado como “Região Urbana Policêntrica” (RUP), (Nunes, 2010: 25):

- “Conjunto de centros urbanos separados por terra aberta, agrupados segundo um padrão (linear, circular);
- Limite máximo de separação dos centros urbanos³⁷ ou a distância máxima entre dois centros mais afastados e limite mínimo à separação dos centros urbanos³⁸;
- Dimensão dos centros urbanos superior à região de referência (para um dado espaçamento entre centros urbanos) e conseqüentemente, maior potencial de população e rendimento;
- Inexistência de ordenação hierárquica entre os grandes centros urbanos;
- Nível de interação ou de ligação significativo entre os centros urbanos, especialmente, em termos de mercado de trabalho, movimentos pendulares e trocas comerciais;

³⁷ Por exemplo, uma hora de viagem entre centros vizinhos.

³⁸ Por exemplo, distância em quilômetros.

- Os centros urbanos, tendem a ser especializados, podendo a especialização ser semelhante ou diferente entre eles”, (Nunes, 2010: 25 a 26).

O policentrismo é um conceito, que não obstante a sua definição não ser consensual, tem vindo a ganhar, de modo gradual, importância no quadro estratégico, institucional e político nas últimas décadas. Contudo, ainda não consegue obter efeitos tão evidentes e precisos que possam afirmá-lo como padrão que se operacionaliza com relativa facilidade. É necessário, procurar formas de pôr em destaque as potencialidades por ele promovidas e torná-lo visível, a nível da coesão e equilíbrio territorial.

2.5. Justiça espacial

Hoje em dia, a cidade demonstra-se como sendo desigual e em que o processo de urbanização tem produzido e aprofundado muitas das presentes desigualdades e injustiças na cidade. Ainda que esse cenário, seja persistente na realidade contemporânea, muito esforço teórico tem sido concretizado, no sentido de se pensar a cidade inclusiva, justa e igualitária para todos os cidadãos.

Antes de mais é necessário, definir o conceito de justiça. Sendo assim, a justiça é um termo amplo e possui muitas definições, sendo muitas vezes concorrentes e, substancialmente, diferentes, ou seja, não são consensuais entre quem a define. Ou seja, Edward Soja³⁹ refere entre outras coisas, que a palavra justiça tem origem latina “jus” e significa leis e direitos. Para Lisa Brawley (2009: 27, citado por Guerra, Marques, Matos & Ribeiro 2014: 2), o conceito da justiça integra “uma componente prática do projeto ou processo em construção, que passa pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do estatal e económico em vários aspetos da vida”, tais como a segregação cada vez mais gradual e progressiva, a vigilância nas áreas urbanas, a obtenção privada das infraestruturas de carácter público, a tendencial militarização de fronteiras nacionais e municipais e a ausência de mobilidade da população. De tal forma, caminhámos para um sentido, um significado de justiça que deve ser amplo, abrangendo e alcançando a liberdade, igualdade, equidade (três pilares essenciais da justiça na cidade), a democracia deliberativa, os direitos civis, sociais e políticos, não se limitando esta abrangência somente no campo das leis e direitos, porém relaciona-se com a reprodução da vida nos mais variados campos.

Interpretado à luz da perspectiva de John Rawls, o conceito de justiça associa-se

³⁹ Edward Soja (1941 – 2015) foi um geógrafo norte – americano que lecionou na Universidade da Califórnia (Los Angeles), foi autor de diversos livros importantes para a geografia urbana, económica e planeamento urbano.

diretamente à noção de equidade, como verdadeira aceção de justiça. Esta conceção de justiça, a como equidade foi apresentada em 1971, por John Rawls⁴⁰ na sua obra *“A Theory of Justice”*, sendo depois feita uma reformulação na sua obra *“Justice as Fairness”* (Justiça como equidade). Assim Rawls, refere que o princípio básico da justiça é a “garantia da maximização dos padrões mínimos do bem-estar, maximização dos mínimos sociais” (Diogo, 2010: 9). Desta maneira, a existência de desigualdade de oportunidades leva ao aumento de oportunidades daqueles que possuem menos.

O princípio básico de John Rawls, baseia-se em dois critérios: a averiguação das desigualdades sociais e económicas deve resultar na atribuição de benefícios aos mais desfavorecidos (critério de diferença) e cada cidadão tem direito ao mesmo grau de liberdade que acaba onde começa a liberdade do outro, sendo que os graus de liberdade de cada um são interdependentes (critério de liberdade).

Foi na primeira década do século XXI, que surgiram reflexões variadas acerca do conceito de justiça espacial. O seu surgimento pode ser baseado, na literatura associada aos conceitos de justiça ambiental, focada no estudo da relação entre as condições ambientais de um território e o capital social, económico e cultural dos seus habitantes. A justiça social⁴¹, tem a ver, essencialmente, embora não exclusivamente, com o tratamento que, por comparação, diferentes indivíduos recebem: porque há-de A ter direitos que B não tem, porque há - de o rendimento de C ser muito mais alto do que o de D e assim sucessivamente. A justiça social é a distribuição justa de benefícios que são adquiridos através da cooperação social.

Na verdade, quando falamos de justiça espacial é fulcral o contributo de Edward Soja, com as suas obras *“The City and Spatial Justice”* (2009) e *“Seeking Spatial Justice”* (2010). Na primeira Soja tem como finalidade explicar porque é crucial do ponto de vista teórico e prático a dimensão espacial da justiça, não apenas na cidade, mas também a nível global e local. Na segunda publicação referida, Soja *“argues that justice has a geography and that the equitable distribution of resources, services, and access is basic human right”* (Soja, 2010), ou seja, argumenta que a justiça tem uma geografia e que a distribuição equitativa dos recursos, serviços e o seu acesso é um direito humano básico.

⁴⁰ John Rawls foi um professor de filosofia política norte-americano na Universidade de Harvard.

⁴¹ Segundo David Miller (1998: 325), a teorização da justiça social teve início realmente nos primeiros anos do século XX, sendo que segundo este o primeiro livro sobre justiça social foi publicado em Nova Iorque, em 1900, denominado de *“Social Justice”*, tendo como seu autor Westel Willoughby. Actualmente, não podemos falar de justiça social sem dar destaque a David Harvey.

Um dos autores, que Soja considera como fundamental é David Harvey ⁴². Desde logo, Soja concorda com Harvey sobre o processo e não só nos resultados do que será um território justo. Para Harvey, a “justiça territorial” (termo que ele utiliza) condiz com uma distribuição socialmente justa, que é obtida de modo justo.

Segundo Soja (2009), tudo indica que o primeiro uso do termo específico “justiça espacial”, que ele encontrou foi na tese de doutoramento do geógrafo político John O’Laughlin, intitulado de “*Spatial Justice and the Black American Voter: the Territorial Dimension of Urban Politics*”, concluído no ano de 1973. O conceito de justiça espacial é entendido como um aspeto integrado da justiça social e política, numa determinada área geográfica. O termo específico de justiça espacial não era aplicado até muito recentemente, sendo que, presentemente, ainda há alguma controvérsia entre geógrafos e urbanistas, na utilização explícita do adjetivo “espacial” ao descrever a busca de justiça e democracia nas sociedades contemporâneas (Soja, 2009: 56). O significado “espacial” possibilita-nos e pressupõe “avaliar tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer a nível qualitativo” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 2). Ao analisamos factos da realidade a várias escalas em que vivemos, compreende-se nitidamente a causalidade espacial da justiça, particularmente, sempre que existem indivíduos que não possuem capacidade de agir sobre a variável espacial, e por outro lado, adquirir espacialidades variadas e múltiplas conforme as suas necessidades (Soja, 2009: 32 a 33). A organização político-administrativa do território é sem dúvida, uma causa fundamental de injustiça, que diferencia os níveis de acesso das populações, a bens e serviços, com a participação política (Soja, 2009: 34).

Concluindo, se pensarmos bem, muito dos problemas e vantagens que temos, seja a nível individual seja coletivamente, esclarecem-se em parte pelo lugar onde estamos e a nossa vida dependem (não só mas também) do espaço em que ela é vivida. Soja, apresentou a adoção do termo específico de justiça espacial, referindo que, “o foco nos aspetos espaciais ou geográficos da justiça e da injustiça é o ponto de partida para iniciar uma justa e equitativa distribuição no espaço, dos recursos sociais e das oportunidades de usufruir dos mesmos” (Fori, 2008: 5). Assim, podemos dizer que a justiça espacial depende também das representações que os habitantes têm relativamente ao seu acesso e grau de satisfação face a serviços, bens, equipamentos e lazeres na cidade (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 5).

⁴² David Harvey é um geógrafo britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da “*City University of New York*”. Henri Lefebvre foi um filósofo e sociólogo francês.

Capítulo 3 – Qualidade de vida

Ao longo dos anos, o tema qualidade de vida tem sido alvo de grande atenção, tanto ao nível do desenvolvimento teórico, como ao nível do discurso empírico, sendo usado, frequentemente, no senso comum consagrando-se assim como um tema de crescente relevância, em todas as análises e políticas de gestão e planeamento territorial, particularmente, à escala das cidades.

Partimos da realização de um enquadramento conceptual sobre o conceito de qualidade de vida, de modo a avaliar e analisar a sua evolução, tendo presente a necessidade de o perceber para compreender no segundo ponto, a qualidade de vida urbana. Assim, serão apresentadas algumas abordagens de vários autores sobre estas temáticas, visto que, actualmente, não existe uma unanimidade universal, quanto à definição exata do conceito qualidade de vida e aos modos de o medir e avaliar.

O facto de a qualidade de vida manifestar-se como um alvo de atenção por parte de várias disciplinas (no âmbito da ciências sociais, da medicina, da psicologia, entre outras), considerada umas vezes na condição individual e outras vezes ao nível das sociedades, contribuindo para a propagação de noções e perspectivas por vezes muito diferentes. Desta forma, inicia-se uma análise do conceito mais envolvente, alargada e multidimensional, segundo diversos contextos. Sendo assim, de entre as várias perspectivas e contributos teóricos e metodológicos fulcrais para o trabalho desenvolvido nesta dissertação, destacamos os trabalhos mundiais de Allardt (1976, 1981,1993), Gough (1982), Setién (1993), Nussbaum e Amarya Sen (1993), Grayson e Young (1994), Nuvolati (1998), Hancock (2000), Veenhoven (2002), Philips (2006), Sirgy et. al (2006), entre outros. Quanto a publicações portuguesas destacam-se a de Marques (2002), Martins & Santos (2002), Ferrão (2004) e Martins (2011).

De seguida, procura-se fazer um breve resumo acerca da qualidade de vida urbana, aclarando e definindo o conceito, mas sobretudo, a importância da temática. Nos últimos pontos, pretendo analisar as abordagens objetiva e subjetiva da qualidade de vida.

3.1. O conceito

O conceito de qualidade de vida tem-se mostrado ser um desafio contínuo, sendo que em Portugal, o 5º artigo da “Lei de Bases do Ambiente” (Lei 11/87 de 7 de Abril), define qualidade de vida como “ resultado da interação de múltiplos fatores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem-estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação

culturais, bem como, em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de fatores inter-relacionados, que compreendem designadamente: a capacidade de carga do território e dos recursos; a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres; um sistema social que assegure a posterioridade de toda a população e os consequentes benefícios de Segurança Social e a integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma e não como agente de degradação”.

Ao longo de várias leituras acerca do tema encontramos, precisamente, referências face à ausência de consensos relativos à definição de qualidade de vida. A complexidade de concetualizar a qualidade de vida, reflete-se numa primeira instância e em larga medida, pelo seu carácter multidimensional, que remete para todo um conjunto de particularidades tanto materiais como imateriais, que contribuem para que os indivíduos se sintam bem e se realizem no seu quotidiano.

Uma outra perspetiva é que pelo seu carácter intrínseco, o termo qualidade de vida é muito sensível ao fator tempo, acompanhando as alterações das necessidades, dos modelos culturais e dos valores, o que faz com que origine uma dificuldade circunstancial em estabilizar o seu significado. A acrescentar a estes fatores, emerge ainda o facto de ser uma conceção trabalhada por diversas disciplinas académicas (cada uma delas com uma atenção própria, derivado das suas próprias origens mais recentes).

Rogerson (1995, referido por Martins, 2011: 14), refere que existe um desentendimento epistemológico, o que leva na verdade a que a expressão qualidade de vida assuma uma multiplicidade de aceções, tais como: bem-estar individual ou de grupos, satisfação com a vida, felicidade, nível de prosperidade de uma sociedade, condições de vida e amenidades de um território ou mesmo condições de saúde de uma população.

O conceito qualidade de vida é um tema crucial em muitas análises políticas e sociais, considerando-se como um termo, frequentemente, usado para definir a qualidade ou características das condições de vida humana, tendo em conta elementos essenciais como: saúde, educação, bem-estar físico ou psíquico ou todos os aspectos, que se refiram às condições de vida individual ou coletiva (Santos, 2011:10).

Nos seus primórdios, a investigação em qualidade de vida surge, directamente, ligada aos sistemas de indicadores sociais, então em fase de grande implementação e expansão (Martins & Santos, 2002: 3). No término do século XIX, os trabalhos da *Statistical Society of London – The Condition of the People* e a obra de Charles Booth sobre Londres foram marcos consideráveis,

sendo assim as duas primeiras abordagens acerca da qualidade de vida (Gayson e Young, 1994 citado por Marques, 2002: 455). Mas é historicamente e sobretudo, a partir de meados dos anos 60 do século XX, que surge o conceito qualidade de vida, ganhando uma crescente difusão e constituindo um objeto de estudo de grande importância e atenção. É ainda nesta altura, que se inicia um debate público em torno daquela que passa a ser uma realidade evidente, ou seja, o crescimento económico (que se vinha a registar) e o próprio desenvolvimento não se traduzem, necessariamente, na melhoria generalizada das condições de vida das populações (Martins, 2011: 15). O que quer dizer que, o desenvolvimento económico aparece como alternativa paradigmática do crescimento económico, enquanto o Estado-Providência surge como forma de reforçar o bem-estar social através da facilidade no acesso à saúde, educação, emprego, habitação, segurança, cultura, desporto e lazer.

O paradigma da “modernização” é, implacavelmente, colocado em causa, devido a uma diferença cada vez mais notória entre os países ricos e os países pobres. Nos países ricos, torna-se claro e visível, a existência de desequilíbrios internos de cariz social, concretamente, focos de pobreza em locais mais urbanizados e aumento da criminalidade, tal como a degradação de certas áreas. Por outro lado, nos países considerados mais pobres, cabe aos Estados facilitar e propiciar o acesso dos indivíduos à saúde, educação, emprego, segurança, habitação, cultura, desporto e lazer, de modo que os indivíduos se sintam satisfeitos, realizados e acima de tudo felizes. Desta forma, a qualidade de vida irá exibir uma “visão multidimensional” (Ferrão, 2004: 4, citado por Ribeiro, 2011: 12).

Tal como a temática, começou a ganhar forte interesse face a uma corrente economicista, que até 1960 defendia, principalmente, o crescimento económico como modo de desenvolvimento das sociedades, e que investigava o crescimento e desenvolvimento através do aumento do Produto Interno Bruto (PIB ou rendimento per capita). É depois da década de 60, que vários autores iniciam a sua preocupação, relativamente, a aspetos do bem-estar humano, e começam-se a dar importância sobre uma declaração realizada pelo presidente dos EUA, Lyndon Johnson, que em 1964 sustentou a ideia de que o progresso social não poderia ser medido através do balanço dos bancos, mas através da qualidade de vida concedida aos seres humanos, empregando assim, pela primeira vez, a expressão “Qualidade de Vida”, sendo que é a partir daqui, que se deixa para trás a visão economicista aceite até à data.

Concomitantemente, é a partir dos anos 60/70 que as conceções urbanas começam a destacar-se e a marcar os estudos referentes à qualidade de vida, sendo que desde aqui houve uma análise profunda acerca das desigualdades inter-urbanas (entre cidades) e intra-urbanas

(dentro de cidades), iniciando-se uma nova fase nos estudos das condições de vida humana.

Apenas nos finais da década de 70, num contexto em que as “lacunas de uma perspectiva puramente económica do desenvolvimento começavam a revelar-se por demais evidentes” (Berger-Schmitte & Noll, 200: 8 citado por Ferrão, 2004: 5), emergem novos focos sobre o conceito de qualidade de vida. Aparece assim, uma visão da qualidade de vida, que passa a valorizar o envolvimento e participação dos indivíduos na vida comunitária.

A década de 80, fica marcada por um conjunto de políticas urbanas que vão salientar e realçar a relevância dos indicadores sociais e o bem-estar subjectivo, é colocado em opção às condições de vida objetivas das pessoas, isto é, ressalta no conceito qualidade de vida, os sentimentos do próprio ser humano em relação à sua experiência de vida, contraditando-se apenas, a questão da qualidade de vida, no que se refere às boas características habitacionais, ao acesso à educação e aos serviços públicos, entre outros fatores objetivos (Veiga, 2014: 29):

É nos anos 90 que “ os discursos em torno da competitividade impõe-se e a análise da qualidade de vida remetem sobretudo para a caracterização dos espaços ou grupos excluídos” (Marques, 2002: 456).

Ultimamente, têm-se manifestado algumas preocupações sobre a qualidade e vida, no âmbito em que a necessidade imaterial se sobrepõe às dimensões materiais, dado que nem todos os indivíduos precisam das mesmas necessidades básicas, variando de pessoa para pessoa, e existem cidadãos sensíveis e recetivos a valores muito variados e com níveis de exigência muito díspares, além de que, com a intensa globalização, sucedem-se os discursos referentes à intensificação de disparidades socioeconómicas intrínsecas aos novos processos de urbanização. O problema é que a sociedade atual é marcada por um forte individualismo, dificultando a operacionalização do conceito, que deriva de uma diversidade de fatores.

Atualmente, apesar de se ter tornado um termo vulgar no nosso vocabulário, a verdade é que a noção de qualidade de vida, ainda não alcançou um sentido concreto, preciso e claro. A procura da definição de um conceito tão vasto como o da qualidade de vida coloca dois problemas: o primeiro, tem a ver com a questão das dimensões e o segundo, refere que a qualidade de vida permanece na certeza de uma noção sem fronteiras estabelecidas (Rodrigues, 2008: 20). Causas como o envelhecimento geral da população, processos migratórios a nível global e novas preocupações ambientais, toda elas com intensas implicações nas sociedades urbanas modernas, fazem com que temáticas referentes à qualidade de vida tenham uma forte importância a nível social.

A sequência de conceções e definições do termo qualidade de vida, aparecem nas mais

variadas obras e são referidas e citadas pelos mais variados autores, salientando que as abordagens à qualidade de vida, não são, conceitualmente, consensuais. Uma primeira contribuição é a de Erik Allardt (1976, 1981 referido por Martins & Santos, 2002: 4), que destaca a distinção entre condições de vida objetivas e subjetivas, estudando a qualidade de vida em quatro pontos de vista:

- O primeiro, denominado de “nível de vida”, relacionado com necessidades materiais (necessidades humanas básicas);

- O segundo, chamado claramente de “qualidade de vida”, ligado às condições de vida imateriais, ou seja, carizes mais relacionadas com o ser humano propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc.;

- O terceiro, Allardt chama de “satisfação”, referente aos conhecimentos subjetivos das condições de vida e da qualidade de vida;

- Por fim, um aspeto que ele designa por “felicidade”, que resulta da perceção subjetiva da qualidade de vida.

Uma segunda abordagem é a de Gough⁴³ (1982 referido por Martins & Santos, 2002: 4), que aborda a questão da qualidade de vida fazendo a diferenciação entre as chamadas “necessidades” e os chamados “desejos”. As necessidades, possuíam um ponto de vista mais coletivo e universal, enquanto os desejos estariam mais ligados com a esfera individual. Esta diferença é uma pressuposição relevante, já que, sendo as necessidades mais do âmbito coletivo, teriam uma resolução, fundamentalmente, política, e logo decorrente da intervenção dos poderes públicos. Como a parte dos desejos é mais de natureza individual, a sua resolução passaria mais pelo âmbito económico, pelo mercado.

Amartya Sen (1993 referido por Marques, 2002: 463), também deu o seu contributo acerca da qualidade de vida, sendo que o princípio central de Sen, assenta na liberdade humana, que é a coisa mais valiosa que há, sendo o desenvolvimento⁴⁴, um processo de expansão dessa liberdade, tendo em atenção a melhoria da qualidade de vida e das liberdades individuais, “porque a liberdade é a âncora do desenvolvimento” (Ribeiro, 2011: 16). A liberdade preenche assim, um lugar central no processo de desenvolvimento por dois motivos: “qualquer julgamento sobre o progresso só faz sentido se for relacionado com as próprias liberdades individuais” e “o avanço no desenvolvimento depende da possibilidade de as pessoas se

⁴³ Esta abordagem é, eventualmente, menos aplicável à sociedade contemporânea, porque no que diz respeito aos desejos, mais de carácter individual, é de pensar se hoje em dia a sua resolução não passará também, muito pelos poderes públicos, e por conseguinte, pelo foro político e não só pela esfera económica (Martins & Santos, 2002: 5).

⁴⁴ Consiste em ultrapassar todas as formas que limitam as escolhas individuais e reduzem as possibilidades de agir.

tornarem agentes desse mesmo desenvolvimento” (Marques, 2002: 463).

Sen fez ainda, uma abordagem ao bem-estar e ao conceito de capacidade, para apresentar as combinações que cada indivíduo pode fazer ou ser na sua vida. A capacidade reflecte, assim, a liberdade de escolha, ou seja, uma pessoa pode escolher entre os vários e distintos modos de vida. Assim sendo, Amartya Sen ao referir o conceito de capacidade “valoriza a faculdade (isto é, a liberdade substancial) que as pessoas têm a viver a sua vida como desejam e a necessidade de melhorar os recursos à sua disposição para o conseguirem” (Marques, 2002: 464). Esta vertente, distingue-se da “visão utilitarista”, porque aí os objetos valorizados andam em torno de proveitos individuais, como o prazer, felicidade, satisfação de desejos. Na ótica das capacidades, são valorizadas as liberdades e não tanto os meios de vida ou os meios de liberdade (como por exemplo, os rendimentos ou recursos). “Quando se fala em capacidades e realizações/sucessos, não se pretende afirmar que estas acontecem sempre por mérito pessoal, pois podem ser facilitadas ou dadas por políticas” (Marques, 2002: 464), sendo que o que está em causa é as pessoas poderem ou não ter qualidade de vida e não tanto ver se beneficiam as possibilidades que têm ou tinham. Pois, quando não aproveitam, não têm mais qualidade de vida porque não querem, porém a capacidade existe (Marques, 2002: 464).

Martha C. Nussbaum e Amartya Sen publicaram em 1993, *“The Quality of Life”*, resultado de uma conferência concretizada em Helsínquia, em Julho de 1988, na sequência de um estudo para o *“World Institute for Development Economics Research” (WIDER)* da *“United Nations University”*⁴⁵. Esta obra, por si só, esteve na origem de um importante debate sobre as abordagens utilitarista e as abordagens das capacidades, em que o bem-estar é analisado em termos da satisfação das necessidades (abordagem da utilidade) ou buscando saber a capacidade das pessoas acederem aos recursos (abordagem da capacidade). Tanto uma abordagem como outra, não se demonstraram, suficientemente, capazes de esclarecer o conceito de qualidade de vida, pois a “liberdade, a capacidade e a escolha genuína não estão generalizadas como se crê” (Marques, 2002: 462).

Nussbaum (1993 referido por Marques, 2002: 462), apresenta uma lista de funções humanas básicas, criadas por Aristóteles, válidas para todos os seres humanos:

- A mortalidade, todos os seres humanos têm de enfrentá-la, além do seu significado;
- O corpo, nomeadamente, o facto das vontades ligadas a um paciente estarem muito

⁴⁵“É um tratado interdisciplinar, onde estão sobretudo representados os filósofos e os economistas, mas também sociólogos, matemáticos e outras áreas das ciências sociais e das humanidades de diversos países, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Finlândia, Suécia e México” (Marques, 2002: 462).

reduzidas;

- O prazer e a dor, particularidades universais;
- A capacidade cognitiva, a maior parte dos seres humanos procuram o conhecimento;
- A filiação, os seres humanos são por natureza animais sociais;
- O humor, (o humor e o jogo são duas das necessidades na vida de um ser humano);
- A razão prática, os seres humanos com ou sem cultura, tentam traçar e planejar as suas vidas e o modo como devem viver e acuar;
- Experiências na primeira infância, (desejo, prazer, perda, dor, sofrimento e gratidão).

A abordagem concetual de Erik Allardt (1993, referido por Marques, 2002: 465 a 467) é, especialmente, conhecida pela noção de bem-estar. A palavra bem-estar significa estar ou sentir-se bem. Através da experiência escandinava, Allardt realiza uma sistematização das temáticas da qualidade de vida, à volta de três dimensões, Ter, Amar e Ser, onde cada uma usufrui de um sistema de indicadores próprios. O “Ter”, diz respeito às condições/necessidades materiais pessoais (por exemplo, ar, água, nutrição, proteção face ao clima, ambiente, etc.) e poder ser avaliado através de indicadores relativos a recursos económicos (por exemplo, rendimento e riqueza), às condições de habitação (por exemplo, amenidades e espaço disponível), ao emprego (falta de qualificação e emprego), às condições de trabalho (medidas de stress, hábitos físicos, temperatura no local de trabalho, ruído, etc.), à educação, à saúde (apoios à saúde ou ausência de níveis de saúde) e indicadores de ambiente (grau de deposição de enxofre no ar, acidificação do solo, etc.). O conceito “Amar” (ou “Estar”), está ligado com as necessidades sociais, ou seja, de relacionamento com os outros (família, amigos, etc.) e de formação de identidades sociais, tais como, relacionamentos e contactos na sociedade local, ligações à família e parentes, padrões ativos de amizade ou até convivência com colegas de trabalho, direciona-se, fundamentalmente, para a interação social. O “Ser”, está relacionado com a necessidade de crescimento pessoal, isto é, com a necessidade de integração na sociedade, assim como, a necessidade de viver em harmonia com a natureza. Esta dimensão, pode ser estudada, através da participação nas atividades políticas e da intensa participação na vida familiar e social, das oportunidades para atividades de lazer, dos ensejos para uma vida e trabalho com significado e para apreciar e usufruir da natureza. Allardt, usa indicadores objetivos e subjetivos para as três dimensões, como iremos sistematizar no quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores de bem-estar

Elementos a medir	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
Ter (necessidades materiais e pessoais)	1. Medidas objetivas do nível de vida e das condições ambientais.	4. Sentimentos subjetivos de insatisfação/satisfação com as condições de vida.
Amar (necessidades sociais)	2. Medidas objetivas das relações com as outras pessoas.	5. Infelicidade /felicidade: sentimentos subjetivos face às relações sociais.
Ser (necessidades de crescimento pessoal)	3. Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza.	6. Sentimentos subjetivos de alienação ou crescimento pessoal.

Fonte (adaptado de Allardt, 1993: 93, citado por Marques, 2002: 466)

Sétien (1993, referido por Veiga, 2010: 30), define qualidade de vida em três esferas de análise: aspetos materiais/aspetos imateriais; aspetos individuais/aspetos coletivos e aspetos objetivos/aspetos subjetivos.

Gayson e Young (1994, referido por Marques, 2002: 457), beneficiavam a concetualização em torno das pessoas e dos lugares. Os estudos tinham como principais finalidades: refletir o “bem-estar pessoal” para avaliar o nível de satisfação das pessoas relativo aos lugares; comparar as “condições de vida” (*live ability*), comparando os lugares, através de um grupo de indicadores que se supõe, poderão refletir as assimetrias da qualidade de vida; dar destaque às diferenças de rendimentos e capacidades de consumo e avaliar as tendências evolutivas das comunidades.

Outro grande contributo teórico foi o de Nuvolati (1998, referido por Martins & Santos, 2002: 5), seguindo os domínios da avaliação de Allardt (1971, 1981), este autor analisa a qualidade de vida baseando-se em cinco grandes dimensões, concebendo o cruzamento da dicotomia individual/coletiva com a dicotomia material/imaterial. A primeira, diz respeito aos aspetos materiais colectivos, em termos de disponibilidade de bens e serviços (aspetos relativos), por exemplo, assistência social, a saúde, a instrução obrigatória, o comércio que existe nas áreas urbanas; a segunda, é denominada de aspetos materiais individuais, que tem a ver com a condição familiar e pessoal das pessoas (por exemplo, rendimento e riqueza de cada um, o mercado laboral, etc.); a terceira, referente aos aspetos imateriais coletivos, que diz respeito às atividades de lazer, serviços de recreação, desporto, serviços de ocupação dos tempos livres; a quarta, está relacionada com os aspetos imateriais individuais, por exemplo, relações interpessoais, as familiares, com os amigos, a participação dos cidadãos ou o acesso à

informação e por último, a quinta dimensão refere-se ao “contexto geral”, que está associada com as particularidades da paisagem e do clima, e as características do património histórico e arquitetónico, do espaço em análise.

Um outro autor muito importante para a concetualização da qualidade de vida é Trevor Hancock (2000, referido por Ferrão, 2004: 26), que concetualiza a qualidade de vida nas dimensões qualitativas e quantitativas desenvolvidas a nível individual⁴⁶ e a nível coletivo⁴⁷ (quadro 4).

Quadro 4 – Componentes da qualidade de vida

Dimensões	Nível individual	Nível coletivo
Subjetivas/Qualitativas (perceções)	Perceções sobre a própria vida e seus condicionalismos.	Perceções sociais sobre a comunidade e o grau de participação e capacidade de influenciar as decisões sobre os desígnios de cada comunidade.
Objetivas/Quantitativas (condições)	“Status” funcional, grau de instrução, literacia, rendimento, acesso a bens e serviços.	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde pública e desempenhos das políticas públicas.

Fonte (adaptado de Hancock, 2000: 3, citado por Ferrão, 2004: 26)

Pelo quadro 4, nota-se que a qualidade de vida é um conceito dinâmico e multidimensional, “que nas várias versões possíveis procura integrar, não só, as condições e formas de adequação às circunstâncias materiais (dimensões objetivas), como as perceções individuais e coletivas dessas mesmas circunstâncias (dimensões subjetivas), dando ênfase à qualidade em detrimento da quantidade e incluindo componentes da qualidade de vida, simultaneamente, tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, individuais e coletivas” (Gossweiner, Pfeiffer & Richter, 2001, Coob, 2000, Berger-Schmitt e Noll, 2000, citado por Ferrão, 2004: 26). Para além das abordagens concetuais referidas e analisadas anteriormente, existem outros autores que também concetualizam o termo qualidade de vida.

Manso & Santos (2007, referido por Santos, 2011: 15 a 16), mencionam várias razões pelas quais se desenvolveram, no decorrer dos anos, tantos esforços para definir e estudar qualidade de vida. Em conjunto, estes dois autores julgam que se tornou, gradualmente, necessário:

⁴⁶ Por exemplo, o grau de satisfação com a vida, perceções de bem-estar e saúde.

⁴⁷ Como exemplo, a capacidade de participação cívica e a capacidade de influenciar os desenvolvimentos sociais.

- Primeiro, avaliar o dinamismo económico das sociedades, uma vez que é observado como um estímulo de bem-estar, daí a razão pela qual o PNB (Produto Nacional Bruto) é ainda, globalmente, utilizado como indicador de bem-estar;

- Segundo, comparar grupos, sendo que é importante constatar o nível de vida dos grupos de indivíduos dissemelhantes, num certo momento, assim como ao longo do tempo;

- Terceiro, comparar locais, isto é, ter uma opinião sobre diferentes realidades /cidades, distritos, países;

- Quarto, analisar a sustentabilidade do bem-estar, sendo, extremamente, interessante ter uma noção de qualidade de vida que uma população consiga preservar sob diferentes políticas⁴⁸;

- Quinto, medir a denominada “análise de custo-benefício social” e se se verificar que uma política contribui positivamente para o bem-estar, esta deve ser aceite, caso contrário, deve ser, consecutivamente, rejeitada.

Seguramente, existiram outras razões que fundamentam a necessidade de encontrar uma noção, mas estas cinco razões cruciais, permitiram resumir, convenientemente, os motivos de procura por parte de pesquisadores, de uma definição, de um método de avaliação e de dimensões a considerar.

Martins & Santos (2004: 3 a 4), consideram que na noção de qualidade de vida, podem ser analisados três domínios diferentes:

- O primeiro, distingue aspetos materiais (relativos às necessidades básicas humanas, por exemplo condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, isto é, de âmbito, fundamentalmente, físico e estrutural) e aspetos imateriais (associados ao ambiente, ao património cultural e ao bem-estar);

- O segundo, faz uma distinção entre aspetos individuais (referentes à condição económica, à condição pessoal e familiar dos indivíduos e relações pessoais) e aspetos coletivos (diretamente ligados com os serviços básicos e os serviços públicos);

- Por último, o terceiro domínio, permite fazer uma diferenciação entre aspetos objetivos (estes seriam corretamente apreendidos da definição de indicadores de natureza quantitativa) e os aspetos subjetivos⁴⁹ da qualidade de vida. Estes remetem para a perceção subjetiva que os seres humanos têm acerca da qualidade de vida e que é, luminosamente, muito distinto de

⁴⁸ É necessário saber se o nível de bem-estar de uma determinada população, é ou não, modificado mediante a prática de políticas alternativas.

⁴⁹ Os aspetos subjetivos são de grande importância: os indicadores de qualidade de vida têm distintas traduções, de acordo com a estrutura socioeconómica da população e, logo, o mesmo indicador pode ser percecionado e percebido de modos diferentes, por diferentes estratos socioeconómicos.

pessoa para pessoa e de estrato social para estrato social.

Deste modo, podemos concluir que todas as perspectivas são únicas, que existem distintas traduções para o conceito, mas nenhuma é mutuamente exclusiva (Santos, 2011: 15). Contrariamente, podem ser complementares, e cada uma delas pode sofrer várias desagregações, de acordo com o indivíduo, a comunidade ou o investigador, que busque definir qualidade de vida (figura 15).



Figura 15 – Perspetivas analíticas do conceito de qualidade de vida

Fonte (adaptado de Santos, 2011: 15)

Em súpula, existe uma contínua concetualização do termo qualidade de vida no decorrer dos anos e “tendo em conta que as abordagens para o conceito de qualidade de vida podem ser múltiplas, não existe nenhuma definição completa (Santos, 2011: 13).

Desde as primeiras conceções que existem várias perspetivações, cada uma delas, válida e com uma definição própria. O quadro 5, permite-nos verificar quatro das muitas abordagens possíveis, e simultaneamente, podemos atentar o quão diferente podem ser as suas conceções (Santos, 2011: 13).

Quadro 5 – Conceções da qualidade de vida e bem-estar

Abordagem	Conceção
Biológica	“Perceção que o indivíduo possui da afeção física, a capacidade que supõe ter de realizar determinadas tarefas. Esta abordagem, centra-se nos estados de saúde física do indivíduo. Estudado, maioritariamente, pelas ciências da saúde: neste campo encontraram-se muitas vezes estudos relacionados com a qualidade de vida do indivíduo doente”.
Cultural	“Conceito, intimamente, ligado com a educação na infância, com os hábitos e valores transmitidos, o que interfere na personalidade do indivíduo e interfere, também, na sua qualidade de vida futura. Perspetiva abraçada pela Sociologia e psicologia, onde tentam discriminar a influência da educação no bem-estar do indivíduo enquanto ser social”.

Económica	“O conceito surge ligado à satisfação de todas as expectativas económicas e materiais. É no entanto, subjetivo uma vez que depende de cada indivíduo, pois as expectativas esperadas de satisfação económica variam de indivíduo para indivíduo. As ciências económicas estudam a qualidade de vida no âmbito da posse de bens materiais. Os estudos que consideram a qualidade de vida um conceito económico, tendenciosamente procuram indicadores de riqueza para a caracterizar”.
Psicológica	“Na perspetiva psicológica, qualidade de vida é auto - estima, é equilíbrio mental, é felicidade é satisfação, é ter boas expectativas em relação ao futuro. Na psicologia a qualidade de vida passa pela saúde mental adquirida pela perceção de bem-estar mental que induz a uma sensação de felicidade, daí que os estudos desta ciência passem sobretudo pela análise da felicidade”.

Fonte (adaptado de Santos, 2011: 14)

O conceito qualidade de vida é por tudo isto “sincrético”, pois este pode ser, mutuamente acessível, simples e confuso, a sua aceção não é consensual, porém ostenta aspetos que são partilhados pela generalidade dos investigadores, especialmente, o seu carácter multidimensional (Oliveira, 2007, referido por Santos, 2011: 14).

3.1.1. A qualidade de vida urbana

No conjunto das análises e estudos dedicados à temática qualidade de vida é evidente, nos últimos anos mais, especificadamente, a partir da década de 90, uma focalização gradual da investigação em volta da realidade urbana (ou seja, passa a dedicar uma maior atenção às cidades). Assim, atualmente a questão urbana adota contornos extremos, quer a nível da extensão que atingiu, mensurável através do crescimento exponencial da população a viver em cidades, quer a nível das dificuldades e questões da sustentabilidade que se aplicam a um universo basicamente urbano, quer ainda, em termos da qualidade de vida nas cidades (Mendes, 2004, referido por Rodrigues, 2008: 13).

À escala global, observa-se o reforço da concentração das populações em cidades, este facto justifica, claramente, o argumento da consolidação de uma vertente de investigação autónoma, acerca da qualidade de vida urbana, a qual se articula, no entanto, um outro identicamente relevante, que tem a ver com o reconhecimento de que a urbanização contemporânea (variadas vezes intensa e desordenada), é ela a própria causadora de um conjunto de problemas e disfuncionamentos internos, cujo efeito nas condições de vida dos indivíduos, importa conhecer e calcular.

Depois desta abordagem ao conceito de qualidade de vida, continua a dúvida e incerteza do que se deve considerar como qualidade de vida urbana. Segundo Santos (2011: 25), uma

tradução literal remete qualidade de vida urbana, para as condições de vida na cidade ou no espaço de vida urbana, tendo consciência de que a população urbana, tem vindo a crescer de modo exponencial. Percebe-se que “ a cidade é uma aglomeração de produção num espaço limitado, mas é, também, uma forma de povoamento, um lugar na paisagem dotado de características peculiares em termos de forma e paisagem” (Domingues, Marques & Salgueiro, 2005: 176, citado por Santos, 2011: 25).

Devido a tantas alterações no foro social, relacionadas com o fenómeno da urbanização, o termo qualidade de vida urbana ganha força, por causa das preocupações acentuadas depois da II Guerra Mundial, quer pela reconstrução e requalificação das cidades, quer pela inquietude relativa à perda iminente e progressiva da qualidade de vida urbana.

Segundo Santos (2011: 26), em 1984 na “*Beyond Health Care Conference*”, em Toronto, aparece pela primeira vez a expressão “Cidades Saudáveis”, que no ano de 1986 avança com o “Movimento das Cidades Saudáveis”⁵⁰. Simões e Gaspar (2007, referido por Santos, 2011: 26) revelam que foi Leonard Duhl (da Universidade de Berkley), quem expôs o conceito e debate acerca do tema qualidade de vida urbana, agregada à ideia de que a promoção da saúde das populações, requeria a priori, a conceção de ambientes residuais e de trabalho, saudáveis e prósperos. Duhl, julga que o amadurecimento do conceito “Cidade Saudável” se deve ao distinto progresso da conceção da saúde, que vê o seu foco passar do cidadão para a sociedade, e do reconhecimento do gradual interesse da cidade como espaço, onde vários fatores decisivos da saúde confluem e se inter-relacionam.

A qualidade de vida urbana considerou-se um desafio, dando origem no ano de 1993, à concretização da “Primeira Conferência das Cidades Saudáveis”, programa este que converge com o projeto das “Cidades Sustentáveis”, criado pela Comissão Europeia, que procura integrar lentamente, discussões da qualidade de vida nos seus instrumentos de planeamento. Para além deste projeto, no prefácio do livro que uniu as comunidades apresentadas na “Primeira Conferência Internacional sobre Qualidade de Vida em Cidades”, concretizada em Singapura, no ano de 1998 (Low, Yuan & Yuen, 1999 referido por Martins, 2011: 90), proferia-se que “*increasingly countries all over the world, both develop and developing, have found that they cannot ignore the effects of rapid urbanisation on their citizens, especial on how the environment and growth is affecting the health and weel-being of people or what is generally*

⁵⁰ De modo estrutural, relativamente à Europa, o “Projeto das Cidades Saudáveis” unifica-se na rede europeia das cidades saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS) e nas redes nacionais das cidades saudáveis. A primeira rede é composta por cidades de vários países da Europa (fazendo parte já 1200 cidades europeias, sendo que 21 delas são portuguesas), nomeadas depois de um processo de candidatura que envolve a resposta a um conjunto de critérios de designação e legibilidades indicados pela OMS.

referred to s quality of life”.

Iniciativas e ações como estas, mostram como a temática adquiriu uma crescente importância, devido à consciencialização da relevância das cidades no planeamento, ligado a uma maior exigência, por parte dos indivíduos, com as suas condições de vida.

Fonseca Ferreira (2005: 29, citado por Martins, 2011: 91 a 92), interroga-se acerca do significado da atual conceção da qualidade de vida urbana e diz que “de facto a qualidade de vida urbana está a tornar-se, no século XXI, numa das questões nucleares do governo dos povos e cidades”. Um dos maiores desafios do presente e do futuro, seja a compatibilização entre o progresso económico, a justiça social e o equilíbrio ecológico. E isto, com particular incidência nas cidades.

A nível europeu, a relevância atribuída à elevação da qualidade de vida dos que habitam nas cidades, encontra-se pensada em múltiplos compromissos políticos, que têm vindo a ser alcançados a partir da década de 90, nos distintos níveis de governação, desde o europeu ao local (o quadro 6, apresenta alguns desses projetos).

Quadro 6 – A qualidade de vida urbana na agenda política da Europa

Compromisso	Objetivos
Tratado da União Europeia (versão consolidada em 2008)	“Promover a paz, os seus valores e o bem – estar das suas populações”.
Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS) da União Europeia (revista em 2006)	“Identificar e desenvolver as ações que permitam à UE atingir uma melhoria contínua da qualidade de vida, quer das gerações presentes, quer das gerações futuras, através de comunidades sustentáveis capazes de gerir e usar eficientemente os recursos e extrair o potencial de inovação ecológico e social da economia, assegurando a prosperidade, a proteção ambiental e a coesão social”.
Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis 2007) e Acordo de Bristol (2005)	O primeiro compromisso “visa estabelecer uma elevada qualidade nos domínios do desenho urbano, arquitetura e ambiente” e o Acordo de Bristol “define comunidades sustentáveis como lugares em que as pessoas queiram viver e trabalhar, no momento presente e no futuro”.
Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano da UE (2006)	“Quatro em cada cinco cidadãos europeus vivem em áreas urbanas e a sua qualidade de vida é diretamente influenciada pelo estado do ambiente urbano. Uma elevada qualidade do ambiente urbano também contribui para a prioridade da renovada Estratégia de Lisboa para, fazer da Europa um lugar mais atrativo para trabalhar e investir”.

<p>Carta de Aalborg – Cidades Europeias para a Sustentabilidade (1994)</p>	<p>“Integrar o desenvolvimento ambiental com o desenvolvimento social e económico para melhorar a saúde e a qualidade de vida dos nossos cidadãos”.</p>
---	---

Fonte (adaptado de EEA, 2009: 9, citado por Martins, 2011: 92)

A nível nacional, e de acordo com Martins & Santos (2002: 14 a16), um exemplo de um modelo⁵¹ de análise de qualidade de vida urbana foi proposto pela Câmara Municipal do Porto, que se baseia em quatro grandes domínios:

- Um primeiro domínio, foi intitulado de “Condições ambientais”, e associa-se ao ambiente em geral, que alude para os aspetos naturais e físicos das áreas urbanas (ar, água, verde, resíduos, etc.);

- O segundo, denominado de “Condições materiais coletivas”, refere-se aos equipamentos e infraestruturas ligadas com as condições coletivas de vida na cidade, em termos da saúde, ensino, cultura, desporto, apoio social, transportes, comércio e serviços, ou seja, aborda indicadores associados às condições existentes nas áreas urbanas, comuns para todos, e que influenciam, naquelas áreas, a vivência da cidade;

- O terceiro, designado de “Condições económicas”, tenciona analisar a cidade, enquanto núcleo de atividade económica, e os assuntos daí resultantes relacionados às condições individuais de vida na cidade, rendimento e consumo, habitação, mercado de trabalho, e mesmo a dinâmica económica;

- O último domínio, denominado de “Sociedade”, inclui os indicadores relacionados à dimensão social da cidade e ao relacionamento entre os indivíduos, isto é, aspetos referentes às opções individuais e à participação dos cidadãos.

Para cada um destes domínios, foram escolhidos vários indicadores de índole quantitativa, que foram juntados em quatro áreas temáticas, que não são configuradas neste trabalho, mas cuja importância justifica a sua apresentação na figura 16.

⁵¹ Este modelo resultou da reflexão realizada a partir da revisão bibliográfica e consumada, considerando não só as perspetivas mais tradicionais a nível da definição e da avaliação da qualidade de vida, mas igualmente, as abordagens emergentes que procuram redefinir a própria noção e adaptá-la às mudanças da sociedade atual, assim como, do estudo de experiências anteriores e de projetos recentes em cursos noutros países, com finalidades operacionais semelhantes (Martins & Santos, 2002: 14).

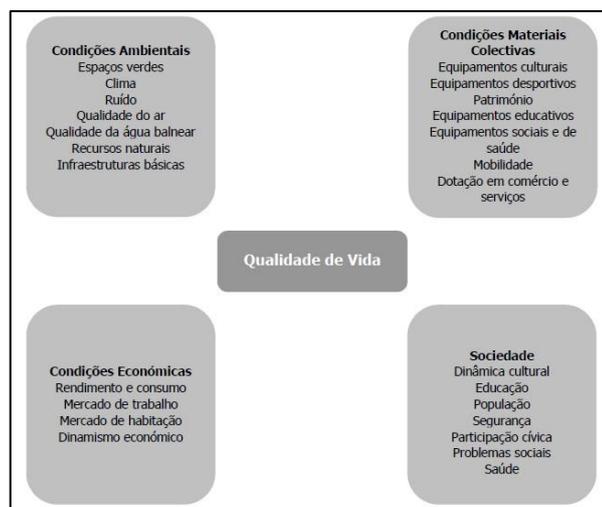


Figura 16 – Sistemas de informação da qualidade de vida urbana da Câmara Municipal do Porto

Fonte (adaptado de Martins & Santos, 2002: 15)

Assim, as cidades devem assegurar a justiça social no acesso aos serviços e aos equipamentos, segurança e democracia, promovendo, também, a densidade social e cultural.

Alguns autores, têm vindo a inclinar-se sobre esta temática, fundamentando a grande importância motivada pela problemática da qualidade de vida urbana, com o facto de esta apelar à complexidade dos assuntos que marcam a sociedade contemporânea, não só a nível material, como imaterial.

A investigação atual a respeito da qualidade de vida urbana, confronta-se desta maneira com o desafio da procura de novos modelos de abordagem, que tenham em conta, profundas mutações económicas, sociais e tecnológicas em curso que, precisamente, se têm vindo a manifestar de forma, especificadamente, expressiva à escala das cidades (Martins & Santos, 2002: 8).

No ponto anterior foi exposto algumas das dificuldades que se traduzem na análise do termo qualidade de vida, nomeadamente, o problema da multidimensionalidade do conceito, entre outros. Quando o estudo, recai sobre a realidade urbana, diversas questões se colocam, inter-relacionando-se com as referidas, anteriormente, e outras (Martins & Santos, 2002: 9):

- Uma primeira questão, diz respeito ao impacto, particularmente, explícito no caso das cidades, de todo um conjunto de alterações recentes, ao nível da economia e da sociedade, que forcem repensar e reconsiderar, o quadro analítico tradicional. A perspetiva constante da qualidade de vida é realizada com a ligação a uma série de domínios temáticos, sendo que estes, hipoteticamente, cobrem áreas de influência sobre as condições de vida dos cidadãos e compõe

o referencial para a construção de indicadores, com base em dados estatísticos (medida mais objetiva) ou para o lançamento de inquéritos à população (medida mais subjetiva);

- Uma outra questão, refere-se ao facto de se aceitar muitas das dimensões materiais e imateriais consideradas, tradicionalmente⁵², que continuam a interferir, directamente, nas condições de vida dos indivíduos, tornando-se cada vez mais claro o peso crescente de novas dimensões que, peculiarmente em contextos urbanos, se projetam com maior visibilidade, mas cuja influência na qualidade de vida não é, nesta altura, mensurável. Dois exemplos evidentes de dimensões decorrentes, podem ser o grau de abertura e diversidade sociocultural da cidade ou o valor patrimonial e da qualidade cénica da paisagem urbana;

- A terceira questão metodológica, de indiscutível relevância na análise da qualidade de vida nos meios urbanos, cinge-se com a própria escala de análise. A condição urbana particularizara-se por uma grande heterogeneidade de práticas e ocupações do solo e por uma ampla multiplicidade funcional. O estudo da diferenciação intra – urbana, com o cálculo de medidas de dispersão de diferentes variáveis, revela-se neste contexto imprescindível;

- Por último, também é óbvio, nas investigações acerca da qualidade de vida urbana, a necessidade de não considerar os centros urbanos, como espaços limitados, mas contrariamente, não perder de vista o conjunto de interações que existem entre estes e o seu território envolvente, o que pode fazer levantar algumas questões particulares, do ponto de vista da análise⁵³.

Em suma, não é nada fácil esclarecer plenamente o conceito de qualidade de vida urbana, pois incorre-se sempre numa definição, excessivamente, simples. Falar em qualidade de vida urbana, significa olhar para as condições de vida, felicidade e satisfação do habitante urbano, cuja qualidade de vida dependerá, também, do ambiente urbano, presenteado pela cidade e pelo grau de desenvolvimento sustentável da mesma (Santos, 2011: 27). Nas grandes cidades é relevante pensar sobre o que está a ser feito, na segurança, na mobilidade, no ambiente, nas indústrias criativas, na cidadania, na arquitetura, e como pode ser escrita a história do urbanismo. A solução para tantas dificuldades é simples e acessível, e foi já pesquisada por

⁵² Segundo o relatório final “*Evaluating the Quality of Life in Europe Regions and Cities*” (European Union, 1999), referido por Martins & Santos (2002: 9 a 10), depois de uma leitura acerca do tema, referem-se dez domínios principais: população, rendimentos e riqueza, condição de saúde, habitação, disponibilidade de serviços, crimes e problemas sociais, emprego e condições de trabalho, ambiente (poluição, clima e tráfego), relações interpessoais e participação cívica.

⁵³ Uma das questões prende-se com a necessidade de na interpretação de resultados, entrar em linha de conta com os conceitos como o de “população utilizadora” e não apenas de população residente ou quando se analisam dotações em certos equipamentos e serviços, como hospitais e universidades (servindo uma população muito superior aquela que reside na cidade).

vários autores, passando, especialmente, pela construção de “cidades sustentáveis”, baseada no respeito pela qualidade de vida urbana.

3.1.2. Abordagem objetiva e subjetiva

Tal como já foi referido anteriormente, o conceito qualidade de vida na fase inicial da sua investigação aponta, permanentemente, e em larga medida para o difícil estabelecimento de um consenso “que vá muito para além do reconhecimento de que se trata de uma construção multidimensional, que remete para um conjunto de dimensões da existência humana que a generalidade das pessoas valoriza na perspetiva de uma experiência de vida gratificante” (Martins, 2011: 21). Este problema, fixa-se na existência de várias formas de debater o conceito, sendo que estas adotam distintas metodologias e ferramentas para a sua análise empírica, acabando por apresentar resultados, nem sempre acessíveis e simples de associar e interpretar.

Martins (2004: 1), refere que para “estudar esse conceito complexo ao qual se associam múltiplas dimensões sociais, económicas e ambientais, duas vias principais têm vindo a ser adotadas no plano metodológico”. Assim, um dos debates centrais na análise e estudo relativo ao termo qualidade de vida é travado à volta da escolha, que é assumida para conduzir a abordagem objetiva e subjetiva (figura 17):

- A abordagem objetiva, visa a caracterização da situação objetiva⁵⁴ das condições de vida e bem-estar, em que se beneficia do uso de dados de natureza estatística, agregados em indicadores mais ou menos elaborados, frequentemente, escolhidos após a construção de modelos concetuais da qualidade de vida, em que se reconhecem e relacionam entre si as várias temáticas consideradas, acertadas para o estudo em causa;

- A abordagem subjetiva, valoriza a avaliação subjetiva⁵⁵ da qualidade de vida, ou seja, o grau de satisfação expresso pelos cidadãos face à sua própria experiência. Ultimamente, apesar dos custos elevados deste tipo de abordagens (que envolvem indispensavelmente a realização de inquéritos de terreno, em que as populações são diretamente auscultadas), baseadas na perceção

⁵⁴ Isto é, os que se baseiam na recolha e análise de dados estatísticos alusivos a determinadas unidades territoriais (países, regiões, cidades, com finalidade constante de particularizar as condições de vida locais, materiais e não materiais, individuais ou coletivas), contudo podem, igualmente, destinar-se à avaliação do quadro de oportunidades que esses territórios oferecem para os que cidadãos alcancem os seus objetivos pessoais (Marques, 2004, referido por Martins, 2004: 5). Trata-se em qualquer um dos casos, por uma perspetiva, eminentemente, objetiva (determinados autores chamam atenção para os limites desta objetividade, pois a própria escolha dos indicadores e a sua leitura introduzem, essencialmente, elementos de subjetividade a estas análises).

⁵⁵ A abordagem subjetiva, baseia-se naqueles que têm por base inquéritos diretos à população. Aqui tratando-se de estudos que procuram, medir o grau de satisfação dos inquiridos, referentes à sua qualidade de vida global ou com as diferentes realidades do âmbito social, económico e ambiental, em que estão inseridos.

dos indivíduos têm vindo a multiplicar-se. A valorização crescente da perspetiva subjetiva, explica-se em larga medida pelo reconhecimento da influência crescente de uma forte participação pública, ao nível dos processos de decisão relativos com os governos do território (Martins, 2004: 1 a 2).

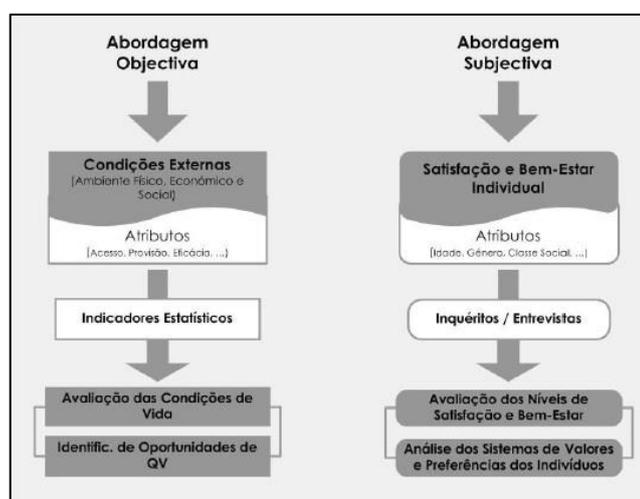


Figura 17 – Medidas e métodos para avaliação da qualidade de vida

Fonte (adaptado de Martins, 2004: 5)

A avaliação do tipo objectivo, tem vindo nos últimos anos a ser privilegiada nas diversas iniciativas da avaliação da qualidade de vida a várias escalas, por outro lado, têm-se assistido a uma atitude de desconfiança e receio, por parte da utilização de medidas subjetivas. Segundo Veenhoven (2002, citado por Martins, 2004: 6), algumas das principais considerações para esta menor utilização da análise subjetiva, são as seguintes:

- “Tratam-se de medidas instáveis. As percepções dos indivíduos variam, apreciavelmente, no tempo, variação essa que está longe de poder ser explicada pela alteração das condições reais;

- Tratam-se de medidas incomparáveis. Os critérios, os valores, as experiências de vida, as próprias escalas mentais são distintos de pessoa para pessoa, daqui resultando uma impossibilidade evidente de comparação das apreciações subjetivas;

- Tratam-se de medidas ininteligíveis. Sendo o processo, que determina a apreciação que cada indivíduo faz sobre a sua qualidade de vida global ou relativa a um dado domínio, muito complexo, envolvendo mecanismos de natureza cognitiva, mas também, mecanismos efetivos e emotivos”.

Para além deste tipo de limitações verifica-se ainda que, muitas vezes, as perceções dos indivíduos não estão diretamente relacionadas com a situação objetiva com base na qual estes constroem a sua perceção⁵⁶. O grau de satisfação que as pessoas exprimem, relativamente, à sua condição financeira, não está diretamente relacionado com o rendimento real auferido, sendo sobretudo, determinado pelas suas aspirações e trajetórias de vida.

Através de várias noções de qualidade de vida, a abordagem dos indicadores sociais e por outro lado, a abordagem do bem-estar subjetivo, levam a resultados diferentes que a análise empírica, permitiu já comprovar, não estar diretamente associados. Um exemplo, exposto amiúde, para demonstrar esta conclusão, é a do elevado crescimento nos países desenvolvidos na segunda metade do século XX, não dando lugar a um avanço idêntico dos níveis de satisfação e felicidade da população (Phillips, 2006, referido por, Martins, 2011: 21 a 22). Os que valorizam a participação dos cidadãos, auferem de uma vantagem que lhes permite a obtenção de informação relativo ao interesse, que estes concebem aos diversos âmbitos da qualidade de vida, representando um relevante suporte para a definição de políticas e para a criação de propósitos de longo prazo, amplamente, partilhados por todos.

Ao contrário deste tipo de argumentação continuar válido, a ideia de combinação das duas abordagens, tem vindo a ganhar força e adesão, confiando-se numa conceção mais prometedora para uma mais completa avaliação da qualidade de vida. De salientar, que se verifica, necessariamente, a utilização de medidas subjetivas nos casos em que os indicadores objetivos se revelem limitados na sua capacidade de atrair os fenómenos e as realidades que se tenciona avaliar. Contrariamente, as condições objetivas não determinam diretamente o bem-estar subjetivo e as desigualdades existentes entre ambas, foram já muito analisadas.

Zapf (1984, referido por Martins, 2011: 22), sugere uma outra proposta (apresentada no quadro 7) para a conceitualização das desigualdades entre estas duas abordagens, propondo quatro categorias de bem-estar individual.

Quadro 7 – Categorias de bem - estar individual

Condições de Vida Objetivas	Bem - Estar Subjetivo	
	Bom	Mau
Boas	Bem-Estar	Dissonância
Más	Adaptação	Privação

Fonte (adaptado de Zapf, 1984, citado por, Martins, 2011: 22)

⁵⁶ Um bom exemplo, diz respeito aos rendimentos pessoais.

Tal como se observa pelo quadro 7, existe duas situações em que se verifica uma divergência entre os resultados da abordagem objetiva e subjetiva. Quando o autor, se refere a “dissonância”, diz respeito àqueles indivíduos, que apesar de usufruírem de boas condições de vida a nível objetivo, se manifestam insatisfeitos, e relativo à situação designada por “adaptação”, refere-se as pessoas que se encontram muito satisfeitas com as suas condições de vida, embora, do ponto de vista objetivo, estas não sejam muito favoráveis. Pelo contrário, também se observa, nos dois restantes quadrantes situações, em que as circunstâncias de vida objetivas dos cidadãos e os sentimentos que estes expressam sejam concordantes: quando se verifica uma conjugação positiva (categoria relativa ao “bem - estar”) e quando se observa uma ligação negativa (categoria denominada por “privação”).

Tanto a avaliação objetiva como a subjetiva, possuem os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, tornando-se crucial compreender justamente, em que contextos e face a que objetivos, cada uma delas se mostra mais benéfica e adequada. Martins (2011: 23) sintetiza num quadro (quadro 8) as limitações e pontos positivos das duas abordagens, guiando-se num artigo citado por Diener e Such (1997).

Quadro 8 – Pontos fortes e fracos das abordagens objetiva e subjetiva, segundo Diener e Such

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Indicadores Sociais	Objetividade	Falíveis
	Tradução dos ideais normativos	Subjetividade das escolhas das variáveis e dos métodos de cálculo
	Multidimensionais	Dificuldade em estabelecer níveis ótimos e <i>trade-offs</i> entre valores
Indicadores de Bem-Estar Subjetivo	Tradução dos sentimentos das pessoas	Instáveis
	Flexibilidade metodológica	Imprevisíveis
	Facilidade de comparação entre domínios (a mesma métrica)	Importância relativa

Fonte (adaptado de Diener & Such, 1997, citado por Martins, 2011: 23)

Segundo o quadro 8, em primeiro lugar podemos referir que a objetividade constitui, por si só, um valor que se encontra integrado nos indicadores sociais. Os indicadores sociais, não estando fundamentados em perceções individuais, mas em medidas estatísticas são por norma, facilmente, definidos e quantificados, o que numa ótica mais técnica simplifica as análises comparativas a nível temporal e entre diferentes unidades espaciais (Martins, 2011: 23). Quanto

aos indicadores sociais, refletirem as ideias normativas da sociedade, e não, unicamente, as aspetos que colaboram para a felicidade individual torna-os, de outra maneira, ferramentas capazes de dar conta de uma série muito mais variada de condições que, num sentido social correspondem a valores, amplamente, partilhados. Porém, aos indicadores sociais é, da mesma forma reconhecida um conjunto de limitações. Um desses pontos fracos, é consequência de as medidas serem falíveis, ou seja, expostas a problemas associados com o próprio processo de medição dos fenómenos, podendo mesmo pôr em causa a sua presumível objetividade e utilidade⁵⁷. Outra das limitações, tem a ver com o facto de a seleção das variáveis e dos métodos de cálculo comprometer escolhas, inevitavelmente, subjetivas⁵⁸. A última limitação, reconhecida sobre indicadores sociais diz respeito “as dificuldades de estabelecer, de um modo evidente, limiares desejáveis para os indicadores, sendo que um exemplo curioso, é o da esperança média de vida, a qual está relacionado a um valor que não fornece constatação, o prolongamento da vida humana” (Martins, 2011: 24).

Relativamente aos indicadores subjetivos, o que se apresenta como ponto mais forte é sem dúvida, o de traduzirem os sentimentos das pessoas a respeito das suas próprias condições e experiências de vida (o que não pode ser captado e entendido através da abordagem objetiva). Para além deste ponto forte, outras vantagens podem ser mencionadas: a sua capacidade de ajustamento nas situações em que se detetam problemas metodológicos na sua construção é, na generalidade, maior do que no caso dos indicadores sociais e outro ponto forte tem a ver, com a facilidade com que os indicadores subjetivos (como é o caso dos níveis de satisfação), podem ser utilizados, para efetuar comparações entre as apreciações individuais referentes a distintos domínios (rendimento, vida familiar, ambiente,...), o que não ocorre quando se utilizam indicadores objetivos representados, normalmente, em unidades de medida distintas (Martins, 2011: 25). No entanto, os indicadores subjetivos, também incluem pontos mais fracos e apreciações mais negativas: em primeiro lugar, tratam-se de medidas instáveis, visto que vários

⁵⁷ Por exemplo, “quando se recorre à taxa de criminalidade registada para avaliar os níveis de insegurança verificados numa cidade pode, ou não, estar a usar-se uma medida adequada. Com efeito, em contextos socioculturais em que muitos dos incidentes criminais, não são reportados às autoridades policiais, esta taxa de criminalidade pode traduzir valores que estão longe de corresponder à realidade que se vive. Pode mesmo acontecer, que a taxa calculada se aproxime de valores registados num outro centro urbano, em que os níveis de insegurança são realmente mais baixos, mas em que exista um comportamento generalizado de denúncia da ocorrência de crimes” (Martins, 2011: 24).

⁵⁸ Usando o exemplo da taxa da criminalidade, claramente, que a objetividade deste indicador fica posto em causa, quando ele é usado para equiparar país, que não possuem o mesmo entendimento, a nível dos tipos de crimes que devem ser julgados para propósito da determinação da taxa.

fatores⁵⁹, podem ter influência a nível da satisfação ou de felicidade, que é exposto em dado momento e de outro lado, são consideradas medidas imprevisíveis, dado que podem observa-se “diferenças nas apreciações dos indivíduos que partilham idênticas condições e circunstâncias de vida objetivas, por interferência de diferentes causas, como sejam a própria genética, o temperamento e a personalidade e os valores culturais, mas também processos de adaptação, associados a aspirações e expectativas” (Martins, 2011: 25).

Veenhoven (2002: 35, referido por Martins, 2011: 25), refere que existe confrontos entre medidas objetivas e subjetivas, revelando dois tipos de diferenças:

- A primeira diferença, em termos de essência do que é realmente e, efectivamente, medido;
- A segunda diferença, fixa-se com a própria avaliação.

Sendo que, as diferenças a nível da essência do que é medido e o modo de medição, podem não ser coincidentes. A figura 18, abaixo representada, menciona todas as combinações possíveis.

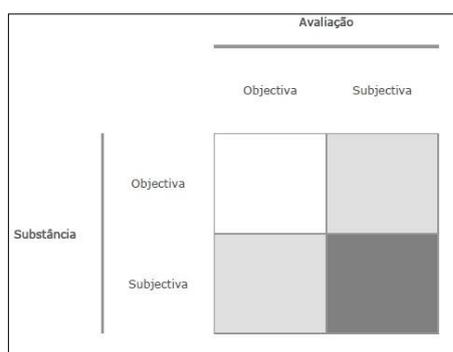


Figura 18 – Configurações das diferenças objetivo / subjetivo, segundo Veenhoven

Fonte (adaptado de Veenhoven, 2002: 36, citado por, Martins, 2011: 26)

Através da figura 18, podemos dizer que nos dois quadrantes superiores inscrevem-se aspetos extrínsecos como a condição física ou posição social, sendo que o quadrante superior esquerdo diz respeito a “aspetos cuja substância é objetiva com avaliações de natureza objetiva (por exemplo, a riqueza material de um indivíduo, contabilizada através do valor da sua conta bancária)” e o quadrante superior direito “poderia figurar a avaliação de riqueza de uma pessoa, consoante a sua própria apreciação individual” (Martins, 2011: 26). Os dois quadrantes

⁵⁹ Um dos fatores, diz respeito á situação concreta em que a apreciação do individuo é feita, variações do humor ou situações de vida transitórias (Martins, 2011: 25).

inferiores, são relativos a aspetos subjetivos, como a identidade, a felicidade ou a confiança, podendo ser realizadas neste caso, medições tanto de carácter objetivo como subjetivo, sendo que no quadrante inferior esquerdo observa-se “ uma combinação entre o aspeto subjetivo com a medida objetiva, um exemplo, seria o de avaliar a felicidade através da taxa de suicídio” e no quadrante inferior direito “ um aspeto subjetivo como uma avaliação subjetiva, como seria a situação em que se medisse a felicidade auto-revelada” (Martins, 2011: 26). De destacar que Veenhoven, salienta a intensidade de cor, para marcar as situações em que as medidas subjetivas suscitam maiores incertezas e reticências, as quais, de acordo com o autor, são as que acumulam críticas de índole distinta.

Em sùmula, para aqueles que privilegiam a abordagem objetiva, as particularidades de uma “vida boa” para as populações, fundam a preocupação central. Por outro lado, para os “subjetivistas”, a qualidade de vida dos indivíduos está associada com os seus estados subjetivos, aquilo que se deve procurar é que as sociedades seja compostas por cidadãos cada vez mais satisfeitos e felizes, sendo os próprios cidadãos a dar conta do seu bem-estar, exprimindo sentimentos, em funções dos seus próprios padrões.

Segunda Parte – Desenvolvimento Empírico

A segunda parte deste documento é inteiramente dedicada à pesquisa empírica realizada no âmbito da dissertação. Esta parte da dissertação será estruturada em três seguimentos importantes vinculados com o modelo teórico-metodológico proposto no capítulo anterior. Deste modo, e atendendo ao enquadramento concetual desenvolvido, nesta parte da dissertação apresentamos uma proposta teórico-metodológica às vivências urbanas e qualidade de vida, assente em duas abordagens/dimensões analíticas: uma objetiva e outra subjetiva. A nível objectivo (quantitativo), a análise vai-se alicerçar na elaboração de um sistema de informação por freguesia, que será testado para a AMP⁶⁰ e um outro sistema de informação geográfico por concelho, que será também avaliado para a AMP. Já a nível subjectivo (qualitativo), a reflexão vai-se basear num inquérito realizado a residentes em Portugal, onde foi seleccionado, apenas o Grande Porto⁶¹.

A abordagem objetiva, integra neste estudo: o quarto capítulo, remete-mos para as condições individuais, através de um teste realizado para a AMP (por freguesia), que procura sistematizar uma série de indicadores relativos às características sociais (indivíduos), para tipificar os territórios urbanos (esta dimensão é estruturante do ponto de vista da avaliação das vivências urbanas e da qualidade de vida dos indivíduos) e o quinto capítulo, que se refere à oferta urbana, também numa análise realizada para a AMP (por concelho), analisa, essencialmente, a distribuição de equipamentos e serviços de vários setores, que nos permite de forma genérica verificar no território em estudo, as áreas com maior ou menor oferta, assim como os setores com maior variedade, de forma a tipificar também os territórios urbanos.

A abordagem subjetiva, inclui o sexto e último capítulo, em que pretende avaliar os hábitos e locais de consumo e lazer da população residente no Grande Porto, bem como analisar os graus de satisfação dos residentes, a nível da oferta de serviços e equipamentos vários e parques verdes, relativamente ao seu território de proximidade residencial.

⁶⁰ A Área Metropolitana do Porto abarca dezassete municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

⁶¹ O Grande Porto engloba seis concelhos: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Capítulo 4 – Caracterização social dos indivíduos da AMP

Neste capítulo vai-se fazer uma análise às vivências urbanas e qualidade de vida, através das características sociais dos indivíduos, que de certo modo reflete as oportunidades e as capacidades de escolha dos indivíduos, as vivências urbanas são diferentes dependendo das características sociais dos indivíduos, que condicionam ou não o ter acesso às funções urbanas. O grande objectivo é identificar as diferenciações territoriais e os territórios mais vulneráveis em termos sociais. Assim sendo, este capítulo fundamenta-se, segundo três domínios:

- A estrutura etária dos indivíduos residentes na AMP, com vista à análise da faixa etária jovem (indivíduos dos 0 aos 24 anos) e idosa (indivíduos com 65 anos ou mais), pois por exemplo, o envelhecimento fragiliza as capacidades físicas e mentais dos indivíduos quando já mais envelhecidos, ao invés do que acontece quando se é mais jovem;

- A escolaridade dos indivíduos residentes na AMP, em que se analisa os indivíduos que possuem o ensino superior e o ensino inferior ao básico (indivíduos que não sabem ler nem escrever, do 1º ciclo e 2º ciclo do ensino básico), pois influencia ou potencia as capacidades e as oportunidades de acesso ou de escolha dos indivíduos;

- O desemprego dos indivíduos residentes na AMP, o que implica o acesso ao trabalho ou não, que é determinante na integração social e nos rendimentos dos indivíduos e das suas famílias.

Face a esta identificação foram escolhidos indicadores sociais capazes de ilustrar estes três domínios. Assim sendo, foi-nos disponibilizado pelo CEGOT uma base de dados (referente à informação disponível no INE dos Censos da população de 2011), com os indicadores sociais essenciais para esta análise, que serão identificados, consecutivamente, em cada subcapítulo. Depois de seleccionados todos os indicadores, foram realizados cálculos, para ficarmos a saber o peso e a taxa de cada um dos indicadores.

Em termos metodológicos, com o programa *ArcGIS* (extensão *ArcMap*) vamos começar por cartografar o peso e a taxa de cada variável, que foram escolhidas para cada domínio, por freguesia na AMP, referente a 2011, bem como, será realizada uma breve análise dos mesmos. Por conseguinte, na realização da restante cartografia a repartição das classes foi construída a partir da análise de *clusters*, primeiro pelo método hierárquico (*Hierarchical Cluster*), para com a ajuda do dendograma percebe-mos a sequência hierárquica de *clusters* obtidos pela combinação (ou divisão) de *clusters* existentes e só depois foi aplicado o método não – hierárquico (*K-Means Cluster*), em que o *k* é o número de clusters identificado pelo analista,

número esse já definido pelo método hierárquico, no software *SPSS*. No final de cada domínio, será construída uma síntese territorial (também conseguida através da análise de *clusters*), que cruza todas as variáveis necessárias para sua análise. No entanto, ainda antes desta síntese territorial, realizaremos uma outra síntese territorial com a taxa e o peso, de cada indicador necessário à análise. Além do mais serão expostos, no seguimento do estudo de cada mapa temático, todos os *outputs* resultantes da análise *cluster* pelo método não – hierárquico, onde se encontram identificadas as variáveis que constituem cada síntese territorial, assim como a definição e a cor das classes que as compõem.

Os valores mais favoráveis, relativamente, à cartografia terão cores vermelhas e as menos favoráveis cores azuis, sendo que em alguma “peças cartográficas” os valores médios ou valores aproximados serão retratados pela cor amarela. A opção por esta combinação cromática deve-se ao facto de que, a cor “ é um tipo de símbolo cartográfico que, quando utilizada com conhecimento, pode contribuir muito para a legibilidade e eficácia do mapa... pois enquanto variável visual, a cor propriamente dita (ou tonalidade) tem propriedade seletiva, sendo mesmo neste aspeto a melhor variável visual, principalmente, em mancha” (Fernandes, 2008: 38). Deste modo, na cartografia temática, geralmente, opta-se por usar a cor vermelha para situações positivas (com uma conotação quente), o amarelo para situações intermédias (conotação otimista), e o azul para os valores abaixo da média (com uma conotação fria).

Com este capítulo, pretende-se indicar as áreas onde as características dos indivíduos podem condicionar as vivências urbanas e a qualidade de vida, ou seja, verificar em termos espaciais as vulnerabilidades sociais que predominam nas freguesias da AMP.

De modo a obter uma melhor leitura, relativamente, aos mapas temáticos, que vão ter uma dimensão mais reduzida no decorrer deste capítulo (devido à extensão da dissertação), apresentamos em anexo⁶², um mapa cartográfico com melhor visibilidade acerca da localização das freguesias e concelhos, e ainda em anexo⁶³ reproduzimos todas as taxas por concelho, relativamente, à AMP, de cada indicador estudado.

4.1. Estrutura etária

A evolução dos vários indicadores demográficos (como taxa de natalidade, taxa de mortalidade e mortalidade infantil, taxa de fecundidade, os movimentos migratórios, a taxa de crescimento migratório, entre outros) refletem-se na estrutura etária da população. O

⁶² Ver anexo 3.

⁶³ Ver anexo 4.

envelhecimento da população, representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes das sociedades modernas do século XXI. O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, é evidente em todo o território nacional. Desta forma, iremos avaliar como se distribui a população jovem e idosa pelas freguesias da AMP.

Para a análise deste domínio, foram utilizados os seguintes indicadores sociais:

- População residente com idade entre os 0 e 24 anos⁶⁴;
- População residente com idade entre os 25 e 64 anos⁶⁵;
- População residente com 65 ou mais anos de idade.

Sendo que, por conseguinte, foram calculados as respetivas taxas e pesos⁶⁶ por indicador, para por sua vez, serem concretizadas todas as “peças cartográficas” essenciais ao estudo da estrutura etária. Neste domínio, apenas foram avaliados, individualmente (taxa e peso), os jovens e os idosos.

De acordo com os Censos de 2011, a AMP detém uma taxa de indivíduos com idades entre os 0 – 24 anos (26,5%), sendo superior ao valor nacional, que é de 25,8%, sendo de destacar o concelho da Paredes (com 31,4%), Póvoa do Varzim (28,5%) e Trofa (28,4%), como os que possuem valores superiores de população jovem, valores esses mais altos do que o valor médio da AMP e de Portugal.

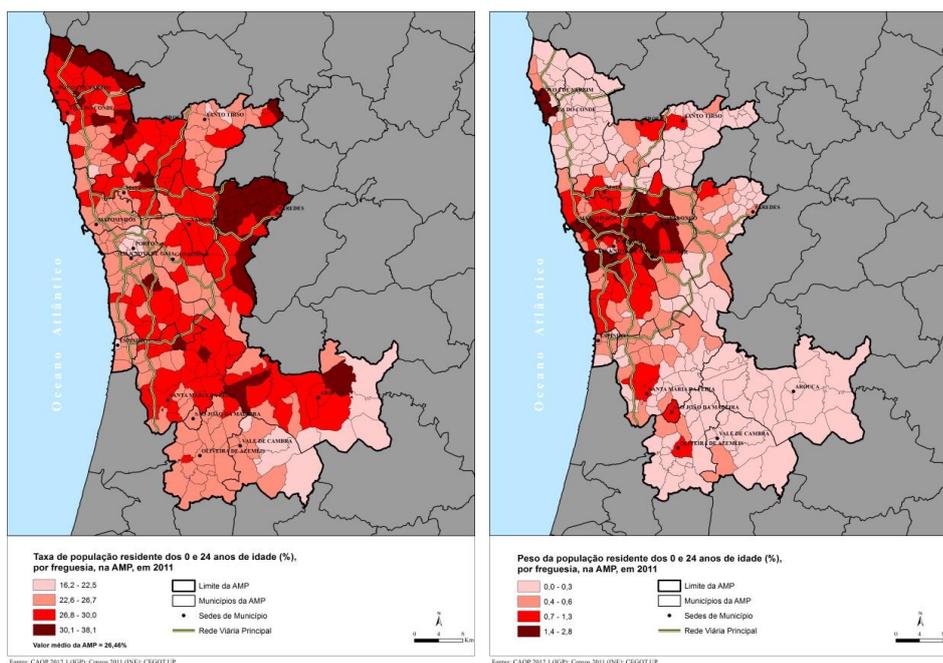
A população residente com 65 ou mais anos, face ao total da população residente a nível nacional, corresponde a cerca de 19%. A nível da AMP, este valor é de 16,26%, ressaltando como municípios onde se ostentam valores com maior expressão do fenómeno do envelhecimento, o concelho do Porto (23,2%), Vale de Cambra (21,1%) e Espinho (20,6%), valores superiores, aos da AMP e Portugal. e em contraste com os concelhos com mais população jovem. Assim sendo, podemos referir que na AMP, evidencia-se a concentração de uma população relativamente jovem, em comparação com a população mais idosa, tal como nos revela as figuras 19 e 21.

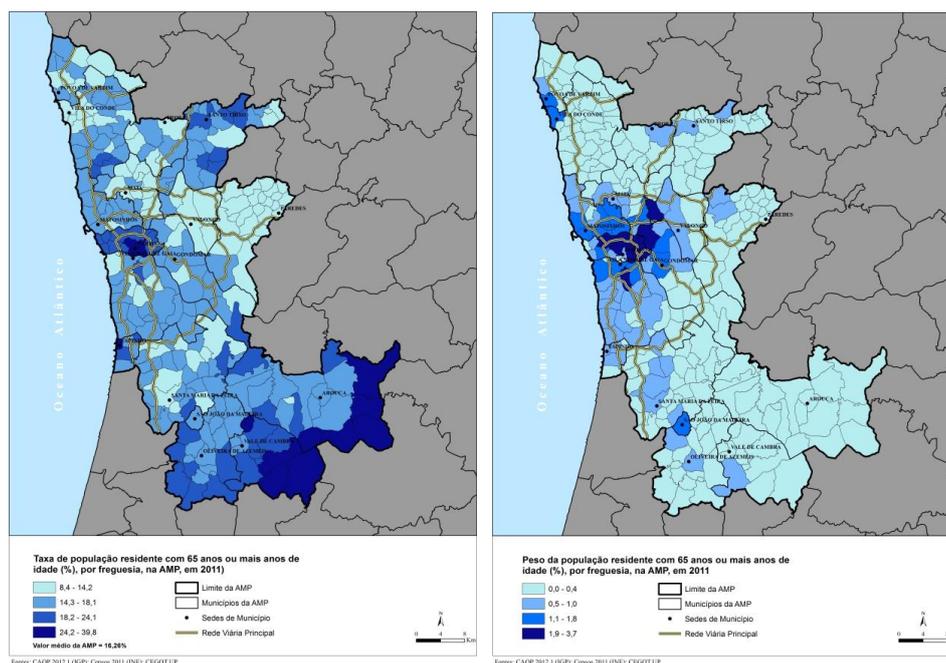
⁶⁴ Este indicador é o conjunto de vários indicadores, que surge na base de dados disponibilizada, repartido por idades, ou seja, dos 0 aos 4, dos 5 aos 9, dos 10 aos 13, dos 14 aos 19, dos 20 aos 24 anos de idade.

⁶⁵ Este indicador social, só será utilizado na síntese territorial do domínio da estrutura etária.

⁶⁶ A taxa de cada um destes indicadores, calculou-se da seguinte maneira: o primeiro indicador, (população residente dos 0 – 24 anos) / (população residente) *100; o segundo indicador, (população residente dos 25 – 64 anos) / (população residente) *100 e o terceiro indicador, (população residente com 65 ou mais anos) / (população residente) *100. Enquanto, o peso calculou-se da seguinte forma: para o primeiro indicador, (população residente dos 0 – 24 anos) / (total da população residente dos 0 – 24 anos) *100, o segundo indicador, (população residente dos 25 – 64 anos) / (total da população residente dos 25 – 64 anos) *100 e o terceiro indicador, (população residente com 65 ou mais anos) / (total da população residente com 65 ou mais anos) *100.

Na perspetiva dos pesos (figuras 20 e 22), tanto do lado da população jovem como do lado da população mais envelhecida, a leitura territorial é relativamente homogénea, isto é, verifica-se claramente, que é nas freguesias do município do Porto e nas freguesias dos municípios envolventes a este (Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia), onde se localiza a maior parte da população residente da AMP, daí os pesos da população jovem e idosa se concentrarem sobretudo nestas áreas.





Figuras 19, 20, 21 e 22 – Taxas e pesos da população residente dos 0 aos 24 anos de idade e população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011

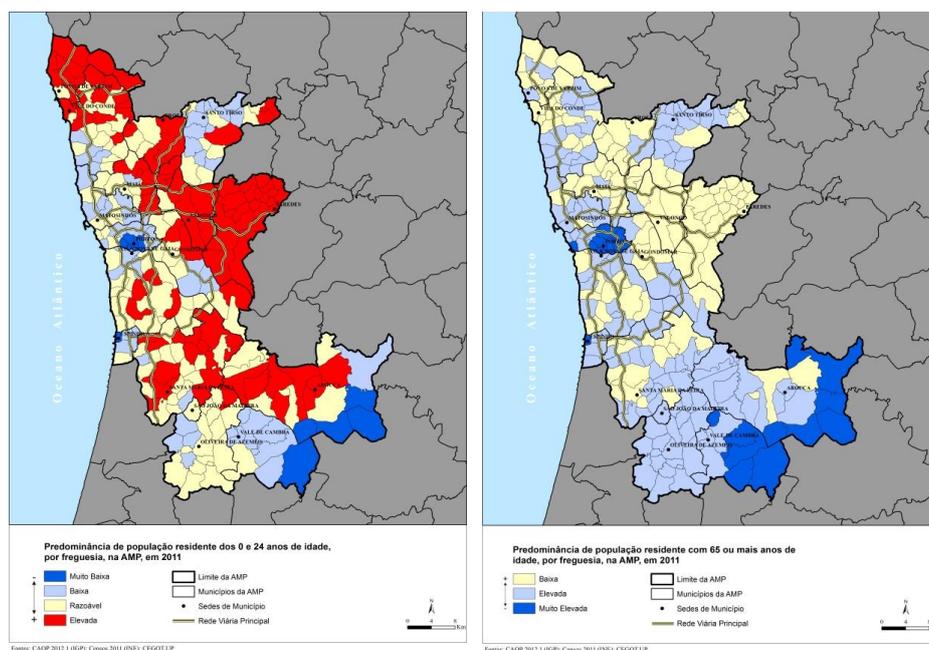
Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Analisando, a distribuição da população residente dos 0 - 24 anos de idade e a população residente com 65 ou mais anos (figuras 20 e 22), verificámos um padrão espacial relativamente heterogéneo, refletindo a extensão territorial deste fenómeno, isto quer dizer que existe grandes contrastes espaciais.

Primeiramente, verifica-se que é no interior da AMP, onde predomina, maioritariamente, os residentes dos 0 – 24 anos de idade (figura 23 e quadro 9). Evidencia-se, que a predominância de jovens é “elevada” em todas as freguesias que compõem o município de Paredes; seguido da maior parte das freguesias que constituem Póvoa do Varzim, assim como acontece no município de Valongo; nas freguesias da parte Norte do concelho de Vila do Conde; parte Este e Sul da Trofa e também da Maia e por último, observa-se também uma prevalência da população jovem em algumas freguesias de Santa Maria da Feira e Arouca. Sendo que, a predominância considerada “muito baixa” se encontram nas áreas, onde se sobressai a população mais envelhecida, tal como iremos analisar de seguida.

No que refere, à predominância da população residente com 65 ou mais anos (figura 24 e quadro 10), evidencia-se que os valores considerados “muito elevados” se encontram, sobretudo na maior parte das freguesias do concelho do Porto (Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Foz,

Massarelos, Miragaia, Paranhos, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória); em parte das freguesias, que englobam o concelho de Vale de Cambra e em contraste, com a população jovem, o concelho de Arouca identifica, especificamente na sua parte Sul e Este, freguesias com níveis muito elevados de residentes idosos.



Figuras 23 e 24 – Síntese territorial (*cluster* simples com taxa+peso) da população residente com idades entre os 0 – 24 anos e da população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadros 9 e 10 – *Outputs* resultantes da síntese territorial da população residente com idades entre os 0 – 24 anos e da população residente com 65 ou mais anos, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe			
	Muito Baixa	Baixa	Razoável	Elevada
Taxa de população residente dos 0 aos 24 anos de idade (%)	18,8	23,8	26,3	31,5
Peso da população residente dos 0 aos 24 anos de idade (%)	0,3	0,4	0,4	0,3

Variáveis	Cluster / Classe		
	Baixa	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente com 65 ou mais anos de idade (%)	12,9	17,4	27,7
Peso da população residente com 65 ou mais anos de idade (%)	0,3	0,4	0,7

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

4.1.1. Síntese territorial do domínio da estrutura etária

Concluída, a cartografia individual (taxa e peso) de dois dos indicadores selecionados para o domínio da estrutura etária e a análise da síntese territorial em conjunto com a taxa e o peso de cada indicador, verifica-se a necessidade de fazer uma síntese territorial mais generalizada, devido à existência de freguesias que apresentam níveis muito elevados de concentração de populações potencialmente mais condicionadas.

Em termos gerais, podemos considerar, e tal como nos apresenta a figura 25, cinco classes, em função das características da população residente:

- As classes “**Muito Jovem**” e “**Jovem**” – são as classes que aparentemente apresentam melhores níveis de estrutura etária da população residente com idades entre os 0 – 24 anos (quadro 11). Em termos territoriais estas classes, estão fortemente representadas, nas freguesias dos concelhos de Paredes, Póvoa do Varzim, Trofa, Valongo, Maia e Vila do Conde. De modo mais disperso, estes níveis encontra-se salientes, também, nas freguesias dos concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Arouca;

- A classe “**Intermédia**” – é a classe que supostamente apresenta níveis de estrutura etária com domínio da população mais adulta, essencialmente, dos 25 aos 64 anos de idade (quadro 11). A nível territorial, esta classe domina, claramente, em todas as freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis e no concelho de São João da Madeira. Sendo que, se encontra ainda dispersa, por algumas freguesias do Porto (parte ocidental, essencialmente), Santo Tirso, entre outras;

- As classes “**Muito Envelhecido**” e “**Envelhecido**” – apresentam níveis de envelhecimento muito elevados (quadro 11), sendo que em termos territoriais aparecem, em algumas freguesias do concelho de Arouca, Porto (parte oriental) e Vale de Cambra e na freguesia sede do concelho de Espinho.

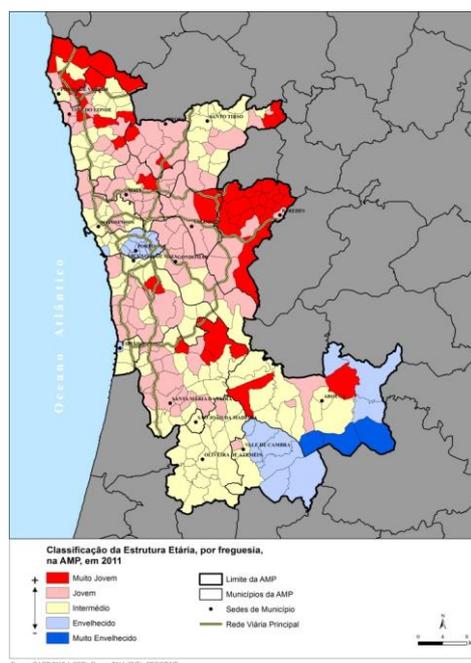


Figura 25 – Síntese territorial (*cluster* complexo com todas as taxas) do domínio da estrutura etária, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadro 11 – *Output* resultante da síntese territorial do domínio da estrutura etária, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe				
	Muito Jovens	Jovens	Intermédios	Envelhecidos	Muito Envelhecidos
Taxa de população residente dos 0 aos 24 anos de idade (%)	31,4	27,2	25,8	21,2	16,5
Taxa de população residente dos 25 aos 64 anos de idade (%)	56,4	58,9	56,6	52,6	46,7
Taxa de população residente com 65 ou mais anos de idade (%)	12,2	13,9	17,7	26,1	36,9

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

4.2. Escolaridade

O crescimento e desenvolvimento económico de um país, e a capacidade de dar resposta a novos desafios e de inserir-se com competitividade no mercado internacional dependem, em grande medida, do nível de instrução e da qualificação profissional. Apesar, de existir uma

melhoria e uma evolução positiva nas últimas décadas, em relação aos níveis de instrução, a verdade é que, em Portugal, os níveis de instrução e qualificação profissional são, relativamente, reduzidos quando comparados com outros países europeus. Assim sendo, iremos analisar a forma como se distribui a população com ensino inferior ao básico, em contraste com a população com ensino superior completo.

Na análise desta dimensão foram usados os seguintes indicadores sociais:

- População residente com ensino inferior ao básico⁶⁷;
- População residente com ensino básico e secundário completo⁶⁸;
- População residente com ensino superior completo⁶⁹.

Depois de selecionados os indicadores sociais, essenciais à análise do domínio da escolaridade, tal como ocorreu no domínio da estrutura etária, foram calculados as respetivas taxas e pesos⁷⁰, mas somente acerca da população residente com ensino inferior ao básico e população residente com ensino superior completo, para que possamos depois prosseguir para a sua análise.

Segundo os Censos de 2011, a AMP detém uma percentagem de indivíduos com ensino inferior ao básico (54,1%), superior ao valor nacional (50,8%). Ainda, no que se refere à AMP, a taxa de população com ensino inferior ao básico é, relativamente, maior nos concelhos de Arouca (65,1%), Paredes (62,6%) e Santo Tirso (60,4%), valores esses superiores aos da AMP e, também, a nível nacional.

Enquanto, no que se refere à população residente com ensino superior completo (12,3%), esta apresenta uma percentagem inferior ao do nível nacional, que é de 13,7%. De destacar, como municípios da AMP que registam valores elevados de ensino superior, o Porto (25,1%), Matosinhos (17,7%) e Vila Nova de Gaia (14,6%), claramente, superiores à média da AMP e nacional. Desta forma, é assim possível verificar pelas figuras 26 e 28, que a população

⁶⁷ Este indicador é a junção de três indicadores sociais: população residente sem saber ler nem escrever; população residente com o 1º ciclo do ensino básico completo e a população residente com o 2º ciclo do ensino básico completo.

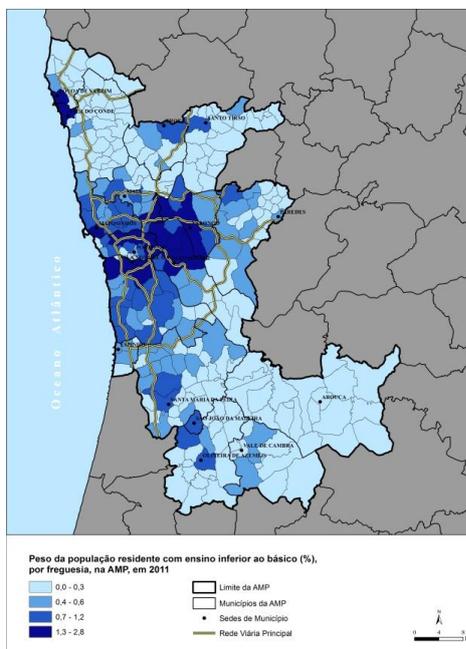
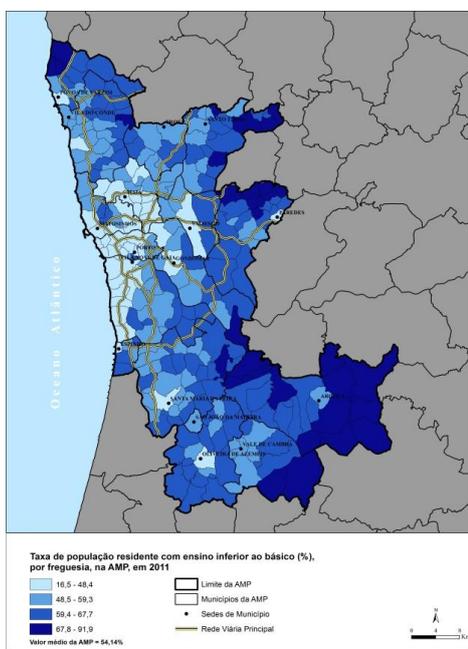
⁶⁸ Este indicador também é a conjugação de três indicadores: número de indivíduos residentes com o 3º ciclo do ensino básico completo; número de residentes com ensino secundário completo e número de residentes com ensino pós-secundário.

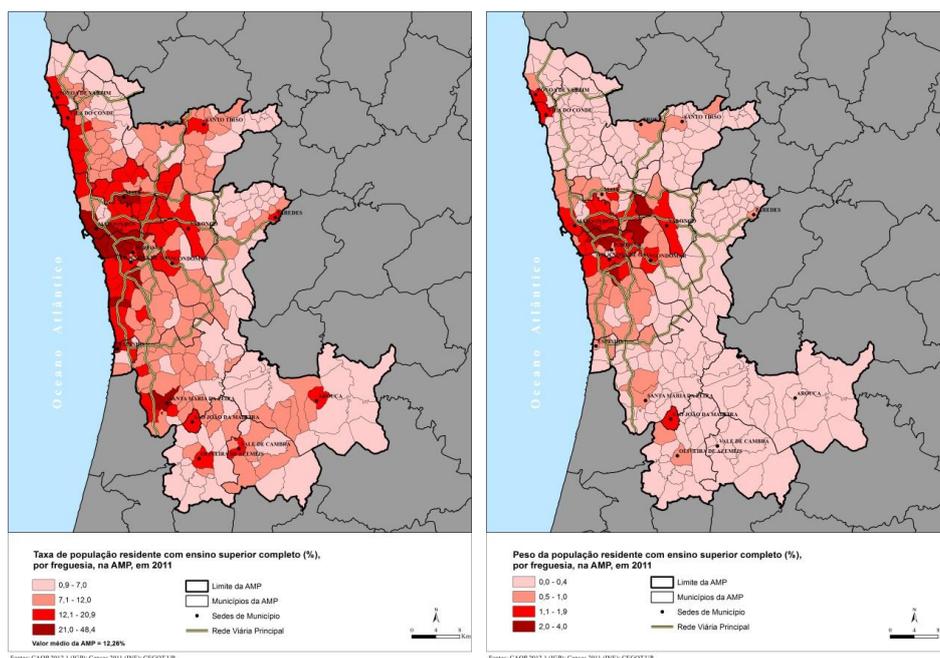
⁶⁹ Estes três indicadores, só serão apenas utilizados na síntese territorial do domínio da escolaridade.

⁷⁰ A taxa de cada um destes indicadores calculou-se da seguinte maneira: o primeiro indicador, (população residente com ensino inferior ao básico) / (população residente) *100; o segundo indicador, (população residente com ensino secundário completo) / (população residente) *100 e o terceiro indicador, (população residente com ensino superior completo) / (população residente) *100. Enquanto, o peso calculou-se da seguinte forma: para o primeiro indicador, (população residente com ensino inferior ao básico) / (total da população residente com ensino inferior ao básico) *100, o segundo indicador, (população residente com ensino secundário completo) / (total da população residente com ensino secundário completo) *100 e o terceiro indicador, (população residente com ensino superior completo) / (total da população residente com ensino superior completo) *100.

residente da AMP, ainda se encontra com um nível de instrução bastante baixo, tendo como consequência, a sua baixa preparação e qualificação profissional no mercado de trabalho, o que faz com que não possuam capacidades e habilidades para realizar funções de foro mais específico. No entanto de ressaltar, que a média de indivíduos com ensino superior completo é, claramente, positiva e bastante significativa, no valor médio nacional.

Relativamente, aos pesos destes dois indicadores sociais sobre escolaridade (figuras 27 e 29), podemos salientar o que foi dito anteriormente, em relação aos pesos da população jovem e envelhecida, ou seja, é nas freguesias do concelho do Porto e sua coroa metropolitana (Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia), onde pesam mais estes indicadores, devido como já foi esclarecido, à massa populacional ali residente.





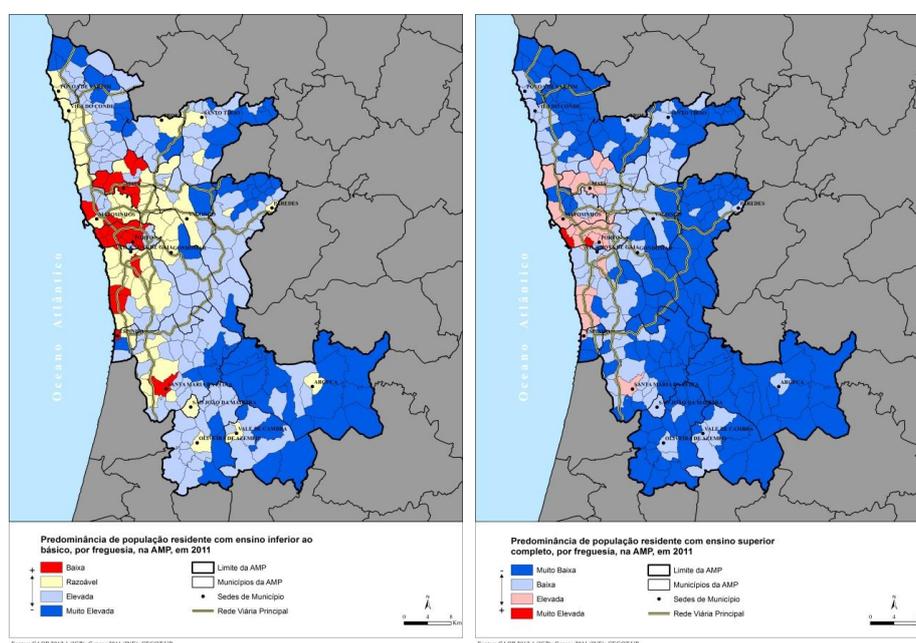
Figuras 26, 27, 28 e 29 - Taxas e pesos da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Segundo Ribeiro (2011: 47), “ a menor ou maior escolaridade condiciona as capacidades de escolha dos indivíduos”. Numa análise às figuras 30 e 31, evidenciamos desde logo uma matriz espacial, com um contraste marcado entre o litoral e o interior da AMP, sendo que no litoral, aparentemente, parece concentrar pessoas com um nível de escolaridade mais avançado, ao contrário do interior da AMP, em que sobressai, nitidamente, uma predominância de população residente com ensino inferior ao básico.

Deste modo, analisando a distribuição da população residente com ensino inferior ao básico (figura 30 e quadro 12), verificámos que os níveis considerados “muito elevados” se encontram, maioritariamente, nas freguesias de Arouca, Vale Cambra, Santo Tirso e Trofa. De modo mais disseminado, mas também com freguesias que se encontram neste nível, estão os concelhos de Paredes, Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Santa Maria da Feira (apesar de na freguesia onde se localiza a sede de concelho, os níveis de ensino são muito positivos). De referir, que esta população residente, que se encontra nas freguesias dos concelhos mencionados em cima, têm níveis de baixo acesso ao ensino superior. Contrariamente, é nas freguesias dos municípios onde se localiza os níveis mais baixos de ensino inferior ao básico, que se verifica os melhores valores no que diz respeito ao ensino superior.

Em contrapartida, e salientando o referido anteriormente, é nas freguesias dos concelhos do litoral da AMP, que se concentra a predominância “mais elevada” da população residente com ensino superior completo (figura 31 e quadro 13), particularmente, nas freguesias mais ocidentais do município do Porto (Foz, Nevogilde e Massarelos, não descartando as restantes que possuem também valores elevados de escolaridade, excetuando a freguesias de São Nicolau e Sé, seguido de Vitória e Miragaia e Campanhã, onde os valores ainda são baixos). Em algumas freguesias da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, os valores de escolaridade são positivos.



Figuras 30 e 31 – Síntese territorial (*cluster* simples com taxa+peso) da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadros 12 e 13 – *Outputs* resultantes da síntese territorial da população residente com ensino inferior ao básico e ensino superior completo, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe			
	Baixa	Razoável	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente com ensino inferior ao básico (%)	38,2	50,5	60,3	69,6
Peso da população residente com ensino inferior ao básico (%)	0,7	0,7	0,3	0,2

Variáveis	Cluster / Classe			
	Muito Baixa	Baixa	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente com ensino superior completo (%)	6,1	12,2	23,2	40,5
Peso da população residente com ensino superior completo (%)	0,1	0,5	1,7	1,2

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

4.2.1. Síntese territorial do domínio da escolaridade

Terminada, a leitura espacial da cartografia individual (taxa e peso) de dois dos indicadores selecionados para o domínio da escolaridade e a análise da síntese territorial em conjunto com a taxa e o peso de cada indicador, confirma-se a necessidade de fazer uma síntese territorial mais generalizada, em resultado da existência de freguesias que ostentam níveis muito elevados de centralização de populações potencialmente mais condicionadas.

Na generalidade, podemos considerar, e tal como nos mostra a figura 32, quatro classes, em função das características da população residente:

- As classes **“Muito Baixa”** e **“Baixa”** – são as classes que, aparentemente, ostentam baixos níveis de escolaridade (quadro 14), prevalecendo a população residente com ensino inferior ao básico, mas também supomos que nestas áreas exista parte da população com o ensino básico completo. Dentro dos parâmetros territoriais, evidencia-se, claramente, que é na faixa do interior da AMP que se encontram, as freguesias com esta classificação, destacando-se: a maior parte das freguesias do concelho de Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Paredes (exceto a sede de município);

- As classes **“Muito Elevada”** e **“Elevada”** – apresentam níveis de escolaridade muito elevados, onde se concentram, particularmente, a população residente com ensino superior completo, mas também com ensino secundário completo (quadro 14). Desta feita, em termos espaciais estas classes, manifestam-se sobretudo na parte litoral da AMP, especialmente, nas freguesias dos municípios do Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia; nas sedes sede de Espinho e Santa Maria da Feira, sendo que estas também evidenciam outras freguesias com classificação “elevada” assim como na parte ocidental do concelho de Vila do Conde. No entanto, se repararmos na figura 32, praticamente todas as freguesias onde se localizam as sedes de concelho, detêm ou uma classificação “muito elevada” ou “elevada”.

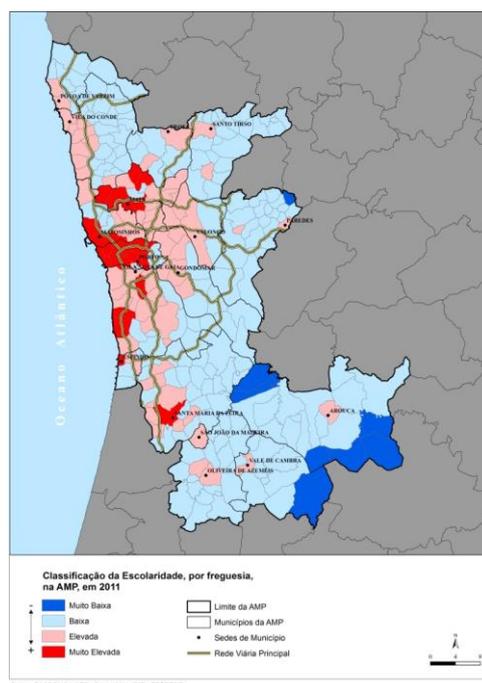


Figura 32 – Síntese territorial (*cluster* complexo com todas as taxas) do domínio da escolaridade, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadro 14 – *Output* resultante da síntese territorial do domínio da escolaridade, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe			
	Muito Baixa	Baixa	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente com ensino inferior ao básico (%)	80,3	63,1	51,3	38,3
Taxa de população residente com ensino secundário completo (%)	16,4	29,9	35,4	35,8
Taxa de população residente com ensino superior completo (%)	3,2	7,0	13,3	25,9

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

4.3. Desemprego

O desemprego manifesta-se de forma diferenciada, consoante a localização geográfica, as regiões, os países, as atividades económicas, políticas e sociais. Em Portugal, o aumento do desemprego, constitui um problema que tem vindo a agravar-se, sendo que está relacionado com

um série de fatores desde a crise económica que tem afetado a União Europeia, a partir sensivelmente de 2001, com um conjunto de empresas a falir e outras a extinguirem muitos postos de trabalho; a insuficiente qualificação e formação profissional da população portuguesa, que apesar de ter vindo a melhorar, ainda persistem, significativamente; a concorrência por parte de países com mão-de-obra mais baratas até às transformações que se verificaram na organização do trabalho. O nosso passado recente, ilustra a persistência do problema do desemprego com uma tendência crescente. No contexto atual, o emprego é primordial para garantir os recursos económicos das famílias e constitui uma proteção ao risco de pobreza, e um fator muito relevante de integração na sociedade. Desta maneira, vamos averiguar de que forma é que o desemprego se distribui pelas freguesias na AMP.

Quanto ao domínio do desemprego foram abrangidos os seguintes indicadores sociais:

- População residente empregada;
- População residente desempregada à procura do 1º emprego;
- População residente desempregada à procura de novo emprego⁷¹;
- População residente desempregada.

Logo, escolhidos os indicadores sociais principais à análise do domínio do desemprego, foram calculados as respetivas taxas e pesos⁷², relativas à população residente desempregada. Sendo, por conseguinte realizadas todos os mapas temáticos cruciais ao nosso caso estudo.

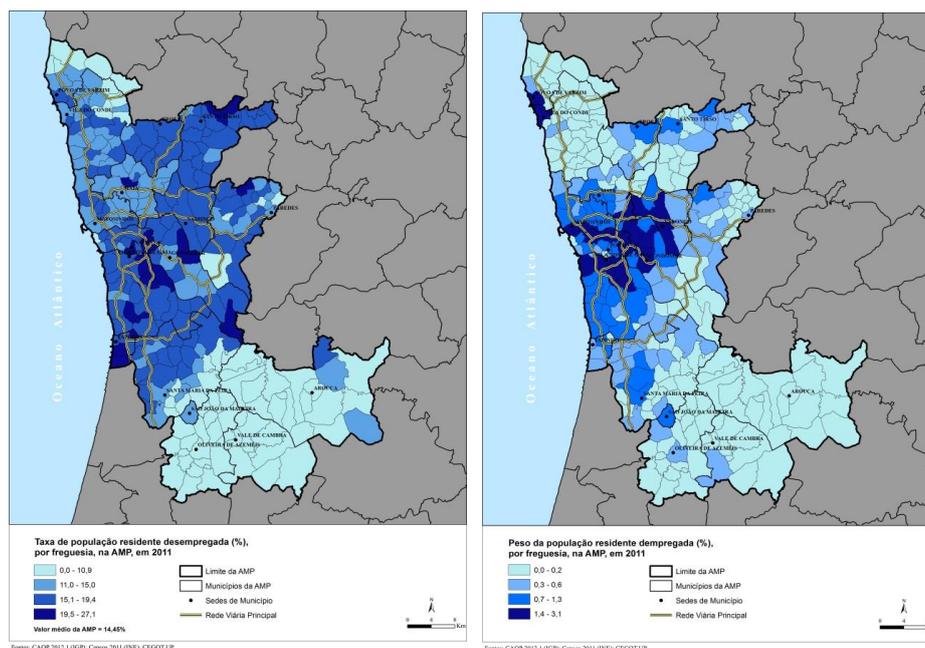
A AMP, de acordo com os Censos de 2011, detém uma taxa de desemprego (figura 33) elevada (14,5%), quando comparado com o valor nacional (13,2%). Porém, e segundo o anexo 4, a percentagem de população desempregada na AMP, regista os maiores valores no concelho de Espinho (18,4%), Vila Nova de Gaia (17,9%), Porto (17,6%) e Santo Tirso (17,4%), estes registam uma taxa de desemprego maior, do que a da AMP e a nacional. Enquanto, os melhores valores considerados mais baixos, se concentram nos municípios de Arouca (8,1%), Vale de Cambra (8,1%), Oliveira de Azeméis (8,9%) e São João da Madeira (11%), todos com taxas de

⁷¹ Estes quatro primeiros indicadores sociais, apenas foram utilizados para a síntese territorial do domínio do desemprego.

⁷² A taxa de cada um destes indicadores calculou-se da seguinte maneira: o primeiro indicador, (população residente empregada) / (população ativa) *100; o segundo indicador, (população residente desempregada à procura do 1º emprego) / (população desempregada) *100; o terceiro indicador, (população residente desempregada á procura de novo emprego) / (população desempregada) *100 e o quarto indicador, (população á procura do 1º emprego + população á procura de novo emprego) / (população ativa) *100. Enquanto, o peso calculou-se da seguinte forma: para o primeiro indicador, (população residente empregada) / (total da população empregada) *100, o segundo indicador, (população residente desempregada à procura do 1º emprego) / (total da população residente à procura do 1º emprego) *100; terceiro indicador, (população residente desempregada à procura de novo emprego) / (total da população residente desempregada à procura de novo emprego) *100 e o quarto indicador, (população residente desempregada) / (total de população residente desempregada) *100.

desemprego inferiores aos valores registados na AMP e a nível nacional.

Relativamente, ao peso da população residente desempregada (figura 34), podemos observar, de igual forma, que tal como acontece nos outros indicadores individuais da estrutura etária e da escolaridade, é no concelho do Porto e municípios circundantes que localiza o maior peso da população.



O padrão de distribuição da taxa de população residente desempregada (figura 35), de um modo geral transparece de certa forma uma dicotomia territorial, entre as freguesias localizadas nos concelhos mais a Sul da AMP (especialmente, a partir de Santa Maria da Feira) e os que se encontram no Norte e Centro da AMP, evidenciam as maiores taxas de população residente desempregada.

É nas freguesias dos concelhos de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e São João da Madeira, onde o fenómeno do desemprego, segundo a figura 35 e quadro 15, regista os níveis mais “razoáveis”, ou seja, os valores mais baixos de desemprego. Por outro lado, parte das freguesias dos concelhos Arouca, Santa Maria da Feira, Póvoa do Varzim e Vila do Conde, também detêm algumas freguesias, onde se assinalam, também, valores “razoáveis” de população desempregada e no concelho do Porto (as freguesias da Foz e Nevogilde).

Numa outra vertente, podemos verificar que os níveis com predominância “muito elevada” e “elevada” de desemprego, logo níveis de acesso ao mercado de trabalho inferior, se encontram na parte Norte e Centro da AMP, sendo de destacar as freguesias do município do Porto (freguesias de Miragaia, São Nicolau, Sé, Vitória e Campanhã), freguesias localizadas na coroa metropolitana, nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo, Maia e Matosinhos. Todavia, nos concelhos de Espinho, Santo Tirso e Trofa, existem algumas freguesias que se salientam, por possuírem níveis superiores do desemprego

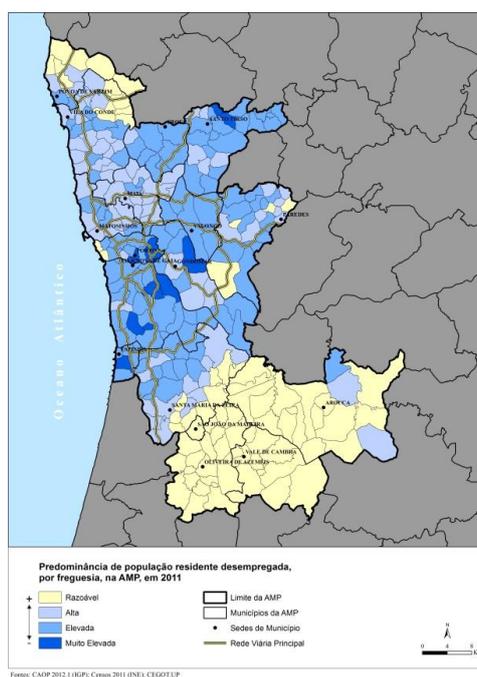


Figura 35 – Síntese territorial (*cluster* simples com taxa+peso) da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadro 15 – *Output* resultante da síntese territorial da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe			
	Razoável	Alta	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente desempregada (%)	4,4	13,8	17,3	23,3
Peso da população residente desempregada (%)	0,1	0,3	0,6	0,6

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

4.3.1. Síntese territorial do domínio do desemprego

Após, o estudo espacial da cartografia individual (taxa e peso) de dois dos indicadores seleccionados, para o domínio do desemprego e a análise da síntese territorial em conjunto com a taxa e o peso de cada indicador, confirma-se a necessidade de fazer uma síntese territorial mais generalizada, em consequência da existência de freguesias, que aparentam níveis muito elevados de centralização de populações, potencialmente mais influentes.

No geral, podemos considerar, e tal como nos mostra a figura 36, quatro classes, em função das características da população residente:

- As classes **“Razoável”** e **“Alta”** – apresentam níveis de desemprego, um tanto mais baixos e onde a população empregada é mais elevada (quadro 16). A nível territorial verifica-se, nitidamente, e tal como já foi referido, nas outras leituras espaciais relacionadas com o desemprego, são os concelhos do Sul da AMP, onde se encontram os níveis mais baixos de população residente desempregada, ressaltando todas as freguesias dos municípios de Oliveira de Azeméis, Arouca, Vale de Cambra e São João da Madeira;

- As classes **“Muito Elevada”** e **“Elevada”** – são as classes, que se associam a níveis elevados de desemprego, e ostentam os níveis mais baixos de população residente empregada (quadro 16). Desta feita, em termos espaciais estas classes, localizam-se, nomeadamente, no Norte e Centro da AMP, salientando-se as freguesias do concelho do Porto e dos concelhos do Grande Porto, bem como as freguesias do concelho de Santo Tirso e Trofa.

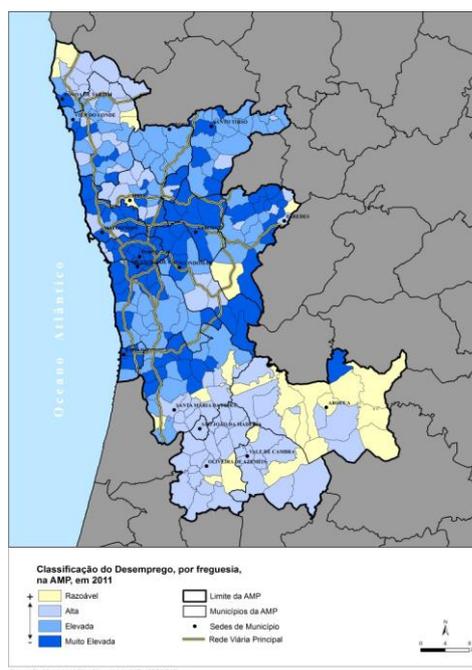


Figura 36 – Síntese territorial (*cluster* complexo com todas as taxas) do domínio do desemprego, por freguesia, na AMP, em 2011

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Quadro 16 – *Output* resultante da síntese territorial do domínio do desemprego, por freguesia, na AMP, em 2011

Variáveis	Cluster / Classe			
	Razoável	Alta	Elevada	Muito Elevada
Taxa de população residente empregada (%)	95,3	89,7	83,1	82,7
Taxa de população residente desempregada (%)	4,7	10,4	16,9	17,3
Taxa de população residente desempregada à procura do 1º emprego (%)	13,7	13,2	12,9	18,3
Taxa de população residente desempregada à procura de novo emprego (%)	36,3	86,9	87,1	81,7

Fonte (INE, Censos de 2011, Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Em termos globais e conclusivos, evidencia-se que as freguesias da AMP são muito heterogéneas em termos territoriais e sociais, e apresentam em algumas situações, elevados níveis de vulnerabilidade social, onde se pode salientar o seguinte:

- No domínio da estrutura etária, as freguesias da AMP evidenciam estruturas sociais com características mais jovens que os valores nacionais (um predomínio de população jovem, nas freguesias de Paredes e em toda a primeira Coroa Metropolitana e com um predomínio de população envelhecida, destacam-se as freguesias do concelho de Arouca e o centro do Porto);

- No domínio da escolaridade, apesar de todos nós sabermos que o ensino superior tem vindo a melhorar, a verdade é que na AMP, a maior parte da população residente, apresenta níveis elevados de ensino inferior ao básico, existindo, claramente, um contraste entre as freguesias do litoral / interior (em que o litoral, apresenta uma população residente com níveis elevados de ensino, ao contrário do interior, que obtém valores considerados muito baixos, com população residente com ensino inferior ao básico). Neste domínio, o Porto e a primeira Coroa Metropolitana, evidenciam-se com uma maior escolaridade;

- Por último, no domínio do desemprego, a AMP detém uma taxa, consideravelmente, muito elevada, havendo uma dicotomia territorial, marcada entre as freguesias do Sul da AMP (pela positiva, ou seja, detêm razoáveis níveis de população empregada) e as do Norte e Centro da AMP (pela negativa, isto é, contêm níveis muito elevados de população desempregada). Neste domínio, o problema estende-se por quase toda a AMP, sendo que o Sul metropolitano (particularmente, Arouca), sente menos o desemprego. Algumas freguesias do Porto e Valongo, destacam-se pela intensidade do fenómeno.

Capítulo 5 – Representação da oferta urbana – funções urbanas

Como já referimos anteriormente, neste segundo capítulo de desenvolvimento empírico, vai ser analisada a oferta urbana da AMP, isto é, vamos ficar a perceber como se distribuem pelo território da AMP, as funções urbanas e que equipamentos e serviços, a cidade presta aos seus habitantes, no domínio da saúde, do apoio social, da educação e formação, do conhecimento, da cultura do turismo, desporto e lazer, do comércio e serviços e dos serviços administrativos, de modo a tipificar a oferta urbana. Assim, ficaremos a entender quais os concelhos da AMP, que mais oferta proporciona aos seus residentes, e qual o domínio das funções urbanas que mais se evidencia.

Para a realização desta parte da dissertação, foi-nos disponibilizada uma base de dados do CEGOT, de 2015, com informação acerca do total de unidades funcionais por concelho da AMP e total de funções urbanas, mais o total de funções por domínio funcional, também, a nível concelhio⁷³. Com o *software ArcGIS* (extensão *ArcMap*), construí cada “peça cartográfica” (mapas temáticos de círculos proporcionais), tendo como base de fundo do mapa, o total das unidades funcionais por concelho da AMP, sendo por conseguinte, concretizado uma análise de *cluster* com classificação manual (sendo que, a cor mais escura significa o nível hierárquico com maior número de funções e daí, sucessivamente, para o nível hierárquico com menor número de funções urbanas, representado pela cor mais clara).

Sendo assim, no primeiro subcapítulo será realizado uma simples perceção por domínio funcional no território da AMP, sendo que no segundo e último subcapítulo será elaborado uma síntese territorial da diversidade funcional.

5.1. Uma breve perceção territorial por domínio funcional

As redes de serviços, equipamentos e comércio estabelecem um dos principais elementos estruturadores do território, pois cada equipamento, serviço e comércio integra uma centralidade, capaz de influenciar a hierarquização global da rede urbana (as hierarquias e as especializações urbanas estão, na maior parte das vezes, coligadas à força e às particularidades funcionais dos centros urbanos) e a “estruturação de redes define espaços dinâmicos de prestação de serviços e de reforço de complementaridades, áreas de influência e fluxos com

⁷³ Ver anexo 5.

intensidades diferenciais e inter-relações institucionais mais ou menos privilegiadas” (Fernandes & Marques, 2008: 21). Desta forma, podemos referir que no campo de ação do sistema urbano nacional, a equidade territorial e as condições de vida das populações podem depender de grosso modo destas redes, “da sua configuração e qualidade, da sua compatibilização com as redes de acessibilidades e transportes e da concertação entre áreas de intervenção pública e privada” (Fernandes & Marques, 2008: 22). A forma final do sistema urbano (modelo territorial) depende e, concomitantemente, influi as propostas particulares, de cada uma das redes setoriais, a nível da saúde, apoio social, educação e formação, conhecimento, cultura, turismo, desporto e lazer, comércio e serviços e administração.

Dado a grande oferta em termos de infraestruturas de equipamentos, serviços e comércio atuais, convém reconhecer, identificar, valorizar e promover redes, com finalidade de melhorar as condições de vida dos cidadãos e dos níveis de especialização existentes ou a fomentar (Fernandes & Marques, 2008: 22). Com um sistema urbano, assente numa hierarquia funcional, podem ser revelados princípios de organização territorial de tipo vertical, essencialmente, na definição de critérios de implantação de equipamentos, infraestruturas e serviços, que ajudem a população residente (construção de limiares mínimos de equidade territorial e a aceção de um modelo territorial, que garanta condições de vida básicas à população residente), (Fernandes & Marques, 2008: 22 a 23).

Desta feita, será seguidamente realizada uma análise funcional por domínio relativamente à AMP. No quadro 17, estão presentes todas as funções urbanas contempladas para cada domínio funcional.

Quadro 17 – Funções urbanas contempladas por cada domínio funcional

Domínio funcional (equipamentos e serviços)	Funções urbanas
Saúde	Hospital geral e especializado (SNS); hospital geral (SNS); hospital especializado (SNS); hospital público; hospital privado; centros de saúde; extensões dos centros de saúde; farmácias e postos farmacêuticos móveis; convenciados; atividades de medicina dentária e odontologia; atividades de enfermagem; atividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório; atividades de prática médica de clínica geral, em ambulatório; atividades termais; centros de recolha e bancos de órgãos e laboratórios de análises clínicas.
Apoio social	Creche; centro de atividades ocupacionais/ATL; lar e residencial para crianças e jovens; centro de acolhimento temporário (crianças e jovens); equipa de rua no apoio a crianças e jovens; intervenção precoce a crianças e jovens; centro de dia/centro de convívio de idosos; lar de idosos; serviço de apoio domiciliário (idosos); centro de atividades ocupacionais para deficientes; centro de atendimento/acompanhamento para deficientes; lar/residencial autónomo para deficientes; serviço de apoio

	domiciliário a deficientes; centro de atendimento/acompanhamento psicossocial para VIH/SIDA e equipa de intervenção direta para toxicodependentes.
Educação e formação	Escolas secundárias; escolas profissionais; centros de formação profissional de gestão direta e participada; CVRVCC (contidos na página da Direção – Geral de Formação Vocacional do ME) e centros para a qualificação e o ensino profissional; entidades formadoras acreditadas pelo Instituto para a Qualidade na Formação (IQF) e entidades formadoras acreditada pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho e Coordenações educativas (Direção Geral dos Estabelecimentos de Ensino).
Conhecimento	Escolas de ensino superior público universitário; escolas de ensino superior público não universitário; escolas de ensino superior privado universitário; escolas de ensino superior privado não universitário; incubadoras de empresas; centros e laboratórios de I&D e centros tecnológicos.
Cultura	Sala de espetáculos e sala de conferências/congressos; bibliotecas abertas ao público; parques de exposições; <i>ecran</i> de cinema; museu, jardim zoológico, botânicos e aquários; galeria de arte e exposição temporária e recintos de espetáculo. Com exceção das galerias de arte e exposição temporária, todas as outras funções centrais consideradas são de índole, eminentemente, pública.
Turismo	Hotéis de cinco e quatro estrelas; hotéis de três e duas estrelas; hotel/ apartamento (<i>aparthotel</i>); pousadas; pousadas da juventude e colónias de férias; parques de campismo e/ou caravanismo e turismo em espaço rural.
Desporto e lazer	Piscinas cobertas; piscinas descobertas; pavilhões desportivos; centros de equitação; circuito de manutenção; campos de golfe; campos de tiro; pista de <i>karating</i> ; pista de <i>motocross / autocross</i> ; campo de ténis e pista de atletismo.
Comércio e serviços	Agências de viagens; gabinetes de contabilidade e/ou consultoria de gestão; gabinetes de projetos de construção civil; centro de inspeção automóvel; posto de turismo; agência de aluguer de automóveis e outros veículos (<i>Rent-a-car</i>); centros comerciais (mais de 6000 m ²); comércio alimentar e misto e comércio não alimentar e misto.
Serviços administrativos	Repartição das finanças; corporação dos bombeiros; postos ou estações de correio; postos policiais (PSP, GNR); tribunais; alfândegas; postos de atendimento ao cidadão; CLAI (Centros Locais de Atendimento aos Imigrantes); Centros de Mediação de Conflitos (Ministério da Justiça); estabelecimentos prisionais; centros de emprego; equipas do IRS (Instituto de Reinserção Social)); governo civil; SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras); GAT's (<i>General Agreement on Trade in Services</i> , isto é, Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços); Direção de Estradas; Delegações de Viação; Delegações do IGT (Inspeção Geral do Trabalho); sedes das regiões de turismo; Direção Regional da Agricultura (Sede) e sub-regiões de saúde.

Fonte (Base de dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.1. Equipamentos e serviços de saúde

A oferta dos equipamentos e serviços de saúde é, genericamente, positiva. Uma leitura global, permite destacar o Porto (figura 37) como estruturador da rede de equipamentos da AMP, pois aufero dos melhores níveis de oferta de funções de saúde (nível 5), sendo de evidência nítida a sua importância, pois possui todas as funções urbanas apontadas acima. Assim, podemos referir que os maiores níveis de diversidade funcional no domínio da saúde coincidem com a principal cidade da AMP, que é o Porto. Contudo também Matosinhos, Póvoa

do Varzim, Santo Tirso, Valongo e Vila Nova de Gaia (nível 4) contribuem de igual modo para uma equidade territorial dos serviços de saúde na AMP. Desta forma, concentra-se uma relevante oferta de serviços de saúde que, independentemente, do seu nível hierárquico, associa-se a uma procura muito significativa, derivada em parte da poderosa concentração populacional, que estas áreas urbanas detêm. Contrariamente, Arouca, Gondomar e Vale de Cambra (nível 1) são os que possuem menor oferta em termos de equipamentos e serviços de saúde, alcançando-se assim, a ideia de que, alguma da população residente nestes concelhos, se desloca a outros concelhos para usufruir deste tipo de funções urbanas, essencialmente, àqueles concelhos em que a oferta é maior. Globalmente, o litoral está mais bem abastecido do que o interior, retratando a estrutura territorial do povoamento e tacitamente da procura.

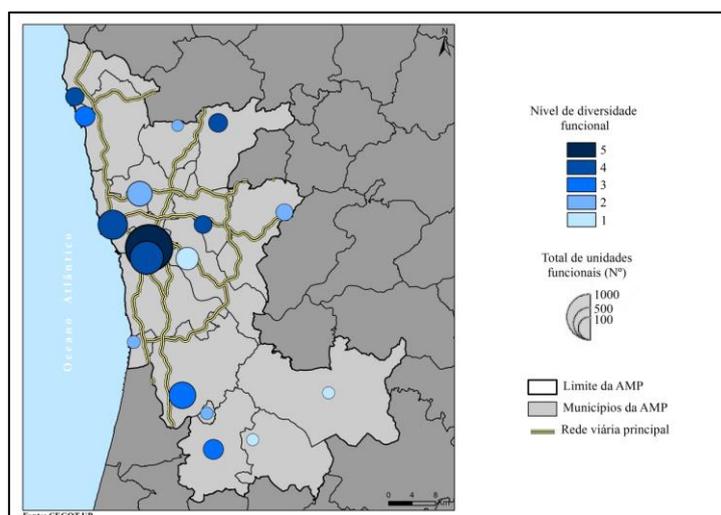


Figura 37 – Oferta de equipamentos e serviços de saúde, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.2. Equipamentos e serviços de apoio social

Mais uma vez, a distribuição de equipamentos e serviços de apoio social na AMP (figura 38), volta a destacar a importância do Porto, dada a diversidade funcional apresentada (nível 5). No entanto, apesar da forte centralização do Porto e de, novamente, uma inclinação para a litoralização, a cobertura de equipamentos e serviços de apoio social é, genericamente, positiva, dado que em todos os concelhos existe pelo menos cinco funções (anexo 5). De salientar que, Santa Maria da Feira e Vila do Conde, merecem um grande realce em termos de diversidade de serviços e equipamentos oferecidos, aparecendo no nível 4. Ao observar a figura 38, constata-se que os municípios circundantes ao Porto, isto é, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila

Nova de Gaia, possuem o mesmo nível de oferta funcional (nível 3). Com uma relativa fragilidade de funções neste setor, encontram-se Trofa e Vale de Cambra.

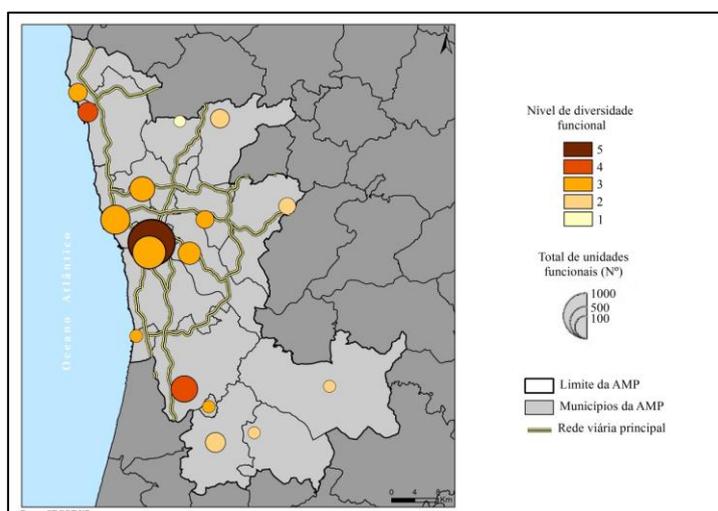


Figura 38 – Oferta de equipamentos e serviços de apoio social, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.3. Equipamentos e serviços de educação e formação

Em termos de equipamentos e serviços de educação e formação (figura 39), ressalta a macrocefalia do Porto, que detém todas as funções centrais consideradas, logo possui uma diversidade funcional, claramente, apreciável. Esta polarização, é fortalecida pela concentração funcional à volta da primeira coroa metropolitana (Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia), não esquecendo de Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde, cada concelho com cinco funções educacionais contempladas, aparecendo no nível 3. Enquanto, os concelhos de Espinho, Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa do Varzim e São João da Madeira (nível 2), se concentram num nível hierárquico intermédio, abrangendo 4 funções cada. Os concelhos de Arouca e Vale de Cambra, evidenciam uma oferta funcional, comparativamente, mais fraca, com um claro esvaziamento de oferta, sendo que a Sul da AMP, polariza, claramente, Santa Maria da Feira, contribuindo para o fortalecimento da equidade territorial, na oferta de serviços de educação e formação desta área que é, densamente, povoada e, fortemente, empregadora.

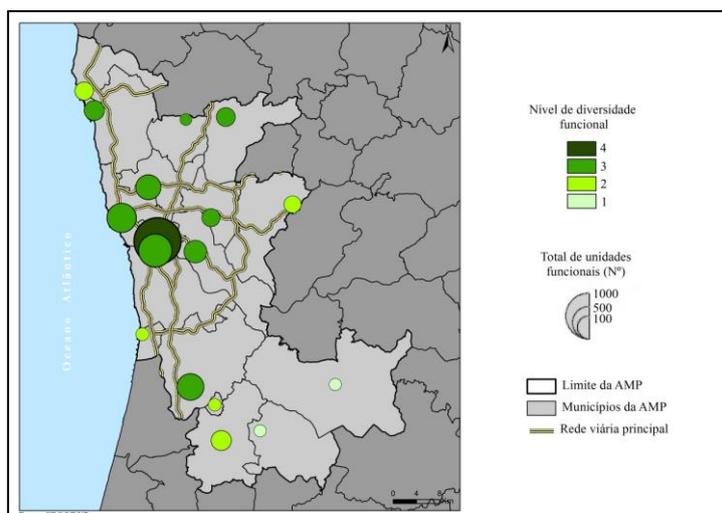


Figura 39 – Oferta de equipamentos e serviços de educação e formação, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.4. Equipamentos e serviços de conhecimento

Nas funções ligadas ao conhecimento (figura 40), emerge a ausência e escassez deste tipo de equipamentos e serviços, na maior parte dos concelhos da AMP⁷⁴, sendo que mesmo alguns desses concelhos encontram-se com uma oferta nula de funções⁷⁴. Porto e Matosinhos com um bom nível hierárquico, estão classificados no nível mais alto da diversidade de oferta funcional, tornando-se assim os dois concelhos mais expressivos, em termos de distribuição de equipamentos e serviços de conhecimento. Num plano secundário, salienta-se São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, com uma oferta funcional, relativamente, apreciável, possuindo mais de metade do número de funções assinaladas, equivalente a quatro funções cada. Com uma e duas funções apenas, encontram-se os concelhos avaliados no nível 2. Do resto, existem quatro municípios, Arouca, Gondomar, Vale de Cambra e Valongo, sem qualquer equipamento e serviço, referente ao conhecimento. Tal como ocorre nos equipamentos e serviços de saúde e de apoio social é, notoriamente, claro a concentração e presença das funções de conhecimento no litoral, sendo que à medida que avançamos para o interior a oferta deste tipo de equipamentos e serviços começa a ser menor.

⁷⁴ Ver anexo 5.

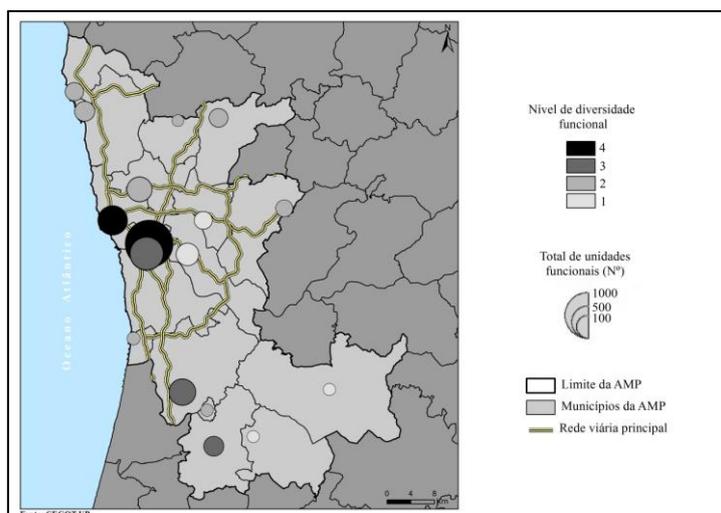


Figura 40 – Oferta de equipamentos e serviços de conhecimento, por concelho, na AMP, em 2015
Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.5. Equipamentos e serviços de cultura

Numa análise global das funções de cultura (figura 41), constata-se uma boa dotação e cobertura deste tipo de equipamentos e serviços, com um conjunto significativo de concelhos com oferta de todas as funções culturais contempladas, sobressaindo assim, Espinho, Gondomar, Matosinhos, Porto e Santa Maria da Feira (nível 4), tal como podemos observar pela figura 41. No nível seguinte, salientam-se, também, pela sua diversidade funcional os concelhos de Arouca, Maia, Oliveira de Azeméis, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, cada um com um total de seis funções, encontrando-se, relativamente, bem servidos. Destacam-se funcionalmente, com uma menor oferta de equipamentos e serviços culturais, os concelhos de São João da Madeira, Santo Tirso e Trofa.

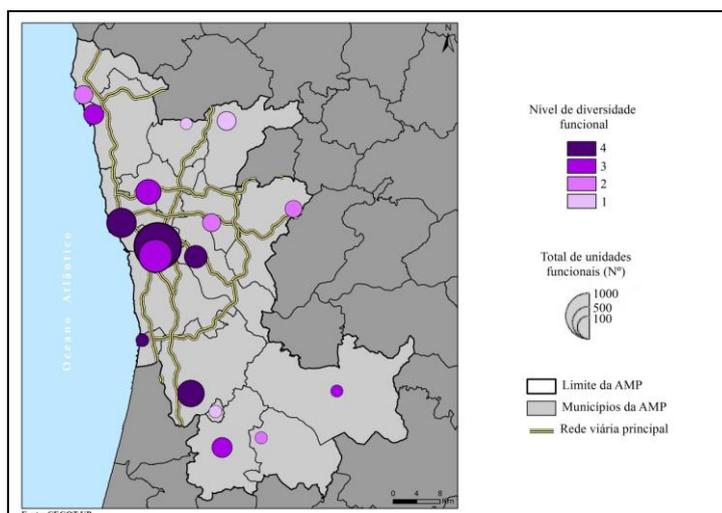


Figura 41 – Oferta de equipamentos e serviços de cultura, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.6. Equipamentos e serviços de turismo

Globalmente, nenhum concelho da AMP, possui o total das funções centrais apontadas acima. No entanto, nas funções associadas ao turismo (figura 42), emerge um bom nível de oferta no concelho do Porto, juntamente com Espinho (nível 4), adquirindo cada um o total de seis funções. Por sua vez, sobressai Póvoa do Varzim com uma oferta turística bastante apreciável. Sucessivamente, surge os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes e Vila do Conde, como concelhos com uma diversidade funcional mais fraca, incluindo apenas três das sete funções mencionadas. No entanto, destacam-se pelo menor número de funções presentes (apenas duas), Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra e Valongo, atingindo o nível hierárquico 1, tal como demonstra a figura 42.

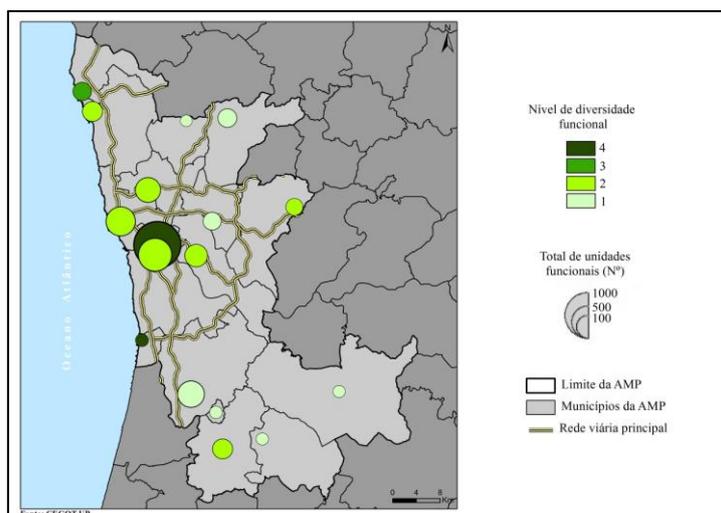


Figura 42 – Oferta de equipamentos e serviços de turismo, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.7. Equipamentos e serviços de desporto e lazer

Nas funções de desporto e lazer, ao contrário do que ocorre nas restantes análises funcionais, não é o Porto que se destaca pela diversidade de funções contempladas, mas sim Santa Maria da Feira (abrangendo dez das onze funções referidas anteriormente), aparecendo no nível maior de diversidade funcional, tal como nos apresenta a figura 43. Existe ainda, um conjunto de centros urbanos com um bom nível de cobertura e que se ressaltam, claramente, dos restantes, são o caso de Oliveira de Azeméis, Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (nível 4). Com uma aposta não muito continuada na atividade desportiva, encontra-se Trofa e Valongo, designadamente, com três e quatro funções cada (nível 1).

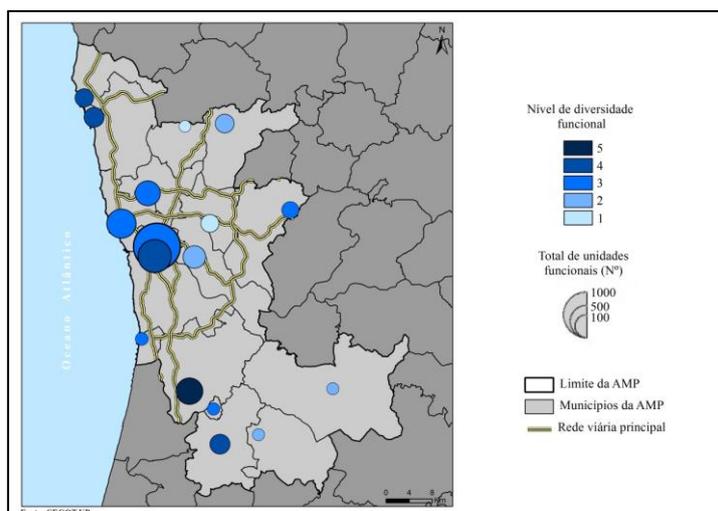


Figura 43 – Oferta de equipamentos e serviços de desporto e lazer, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.8. Comércio e serviços

Existe, uma quantidade significativa de concelhos com um elevado número de funções ligadas ao comércio e aos serviços (figura 44), apresentando porém um padrão de distribuição funcional com tendência de localização nos concelhos, com maior concentração do total das unidades funcionais, ressaltando, também, que são nesses mesmos núcleos urbanos, evidenciados na figura 44, que se encontra a maior concentração populacional. A análise funcional do mapa do comércio e serviços permite, desde logo, confirmar que são os concelhos Maia, Matosinhos, Porto, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia os melhores classificados, estando colocados no primeiro nível da diversidade funcional (nível 4), pois agregam uma boa variedade das funções presentes. Não obstante, é de ressaltar, que os concelhos que se reúnem no litoral, excetuando Espinho, apresentam uma grande homogeneidade funcional, com praticamente todos os concelhos colocados no nível hierárquico 4 (já referidos anteriormente, com um total de sete funções) e 3 (concelho da Póvoa do Varzim, com um conjunto de seis funções), mostrando assim uma larga diversidade funcional. Juntamente com o concelho da Póvoa do Varzim, colocado no nível de oferta funcional 3, salientam-se Oliveira de Azeméis, Paredes, São João da Madeira e Valongo como concelhos com uma distribuição funcional de comércio e serviços agradável. Tal como aconteceu, na oferta de equipamentos e serviços de apoio social, é o concelho da Trofa e Vale de Cambra, que mostra mais debilidades na oferta deste tipo de funções, contemplando um total de quatro funções centrais cada.

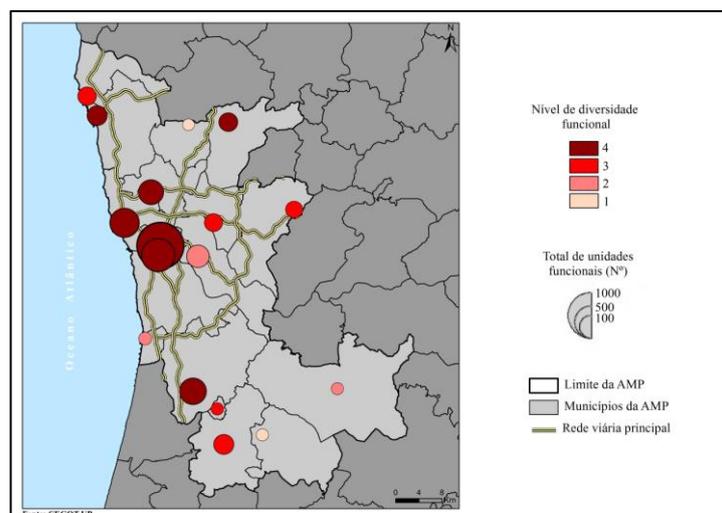


Figura 44 – Oferta de comércio e serviços, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.1.9. Serviços administrativos

Na organização dos serviços administrativos (figura 45) há uma clara centralização no concelho do Porto, encontram-se assim no primeiro nível hierárquico, concentrando naturalmente a maior diversidade de serviços administrativos. Os concelhos em torno do Porto surgem com níveis hierárquicos mais baixos, respetivamente Maia e Matosinhos colocados no nível 4 e Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia (nível 3). Todavia também se salienta no nível 4 da diversidade funcional, o concelho de São João da Madeira, e no nível 3, agrupam-se também os concelhos de Oliveira de Azeméis, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira e Santo Tirso. Com menor variedade de funções administrativas, surgem designadamente e uma vez mais, os concelhos de Arouca e Vale de Cambra.

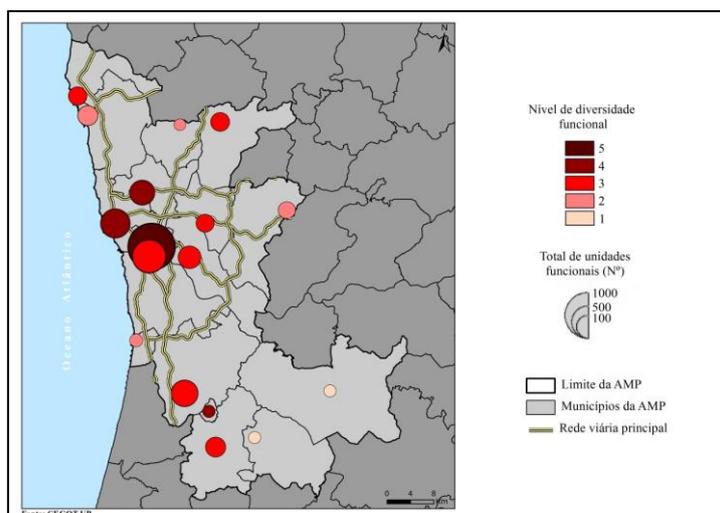


Figura 45 – Oferta de serviços administrativos, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

5.2. Síntese da diversidade funcional

Com base no total de unidades funcionais e no total das funções centrais por concelho na AMP, construiu-se um mapa síntese da diversidade funcional, que nos ajuda a perceber de modo resumido, o que ocorre nos concelhos da AMP relativo à oferta de funções urbanas e número de unidades funcionais.

Começamos por analisar a oferta de funções urbanas. Na generalidade, a AMP apresenta uma alta diversidade de oferta funcional (figura 46), encontrando-se relativamente bem dotada funcionalmente, servindo uma população elevada. Tal como nos apresenta a figura 46, é o Porto o concelho que detém de longe, uma maior oferta funcional, contemplando um total de oitenta e cinco funções⁷⁵, afirmando-se nitidamente como o concelho polarizador de toda a AMP. De salientar, que em quase todas as análises funcionais realizadas por domínio, excetuando os equipamentos e serviços de desporto e lazer, o concelho do Porto apareceu como o mais forte funcionalmente, assumindo assim protagonismo relevante na AMP. Na coroa metropolitana a oferta de funções urbanas, estrutura um sistema relativamente hierarquizado, com destaque para Matosinhos e Vila Nova de Gaia, seguido de Maia e depois Gondomar e Valongo. Igualmente, merece destaque pela sua distribuição funcional, o concelho de Santa Maria da Feira, encontrando-se no nível 4 da diversidade funcional. Pelo contrário, os concelhos de Arouca, Trofa e Vale de Cambra demonstram uma fragilidade funcional, saliente face aos restantes concelhos, não sendo de estranhar que em todos os estudos funcionais realizados por setor, pelo

⁷⁵ Ver anexo 5.

menos um destes concelhos se encontrava no nível hierárquico mais baixo. Os restantes concelhos (nível 3 e 2) sustentam uma distribuição funcional intermédia. Globalmente, e assim como nos apresenta a figura 46, a oferta de funções tende a reduzir com a interioridade, ou seja, vai diminuindo do litoral para o interior da região, refletindo de certo modo a quebra da procura.

Quanto ao número de unidades funcionais, tal como acontece com a oferta funcional, é o concelho do Porto, aquele que polariza claramente toda a AMP. Seguindo – se, sucessivamente, com maior número de unidades funcionais, os concelhos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Santa Maria da Feira. Pelo contrário, sobressaem, continuamente, os concelhos de Arouca, Trofa e Vale de Cambra, como os que têm uma menor número de unidades funcionais⁷⁶.

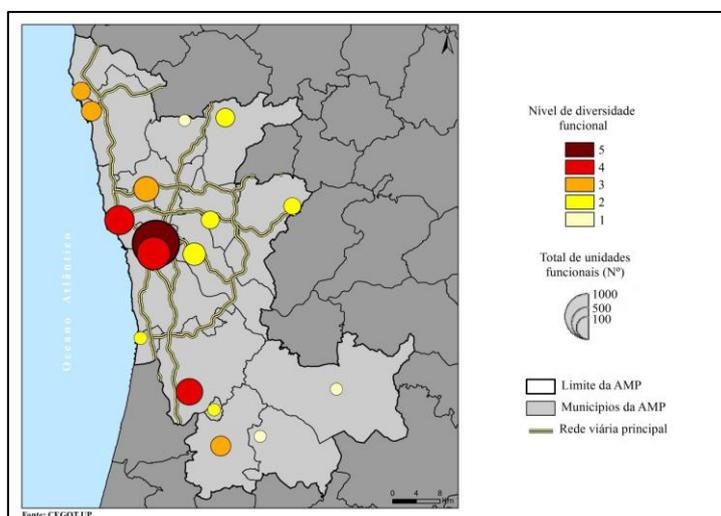


Figura 46 – Síntese da Diversidade Funcional, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de Dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

⁷⁶ Ver anexo 5.

Capítulo 6 – Representação da procura urbana e níveis de satisfação

Este capítulo vai ser composto por três partes:

- A primeira parte, vai-se focalizar, essencialmente, nas características sociais dos inquiridos ao nível da estrutura etária, sexo, nível de escolaridade, condição de trabalho, concelho de residência, etc.;

- A segunda parte, estará relacionada com os indicadores relativos ao consumo e ao lazer, sendo que aqui assinalamos como relevantes as seguintes dimensões: realização de férias; localização e proximidade espacial e relacional dos serviços médicos, de ensino, cultura e de lazer e comércio; a frequência e acessibilidade a de espaços verdes e equipamentos desportivos e a frequência e consumo de cinemas, de bares e discotecas e a localização das compras e a frequência de espaços de comércio tradicional ou de “*shoppings*” (centros comerciais);

- A última e terceira parte, vai-se concentrar nos indicadores referentes a parte das amenidades urbanas, ou seja, importa-nos perceber, medir e avaliar o grau de satisfação com o local de residência no que toca à oferta de serviços de saúde, de educação, de apoio social, de comércio, equipamentos e serviços de animação desportiva e de animação cultural e de lazer.

Tanto a segunda como a terceira parte que constituem este capítulo, podemos referir que se trata de indicadores que “remetem para dimensões de realização pessoais, de concretização simbólica, de pertença social e de bem - estar: capazes de traduzir uma possibilidade de realização humana para além, da mera sobrevivência quotidiana” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 2).

Quanto à metodologia, o instrumento de recolha de informação utilizado nesta análise foi um inquérito por questionário (aplicado no âmbito do projeto “Hábitos e Locais de Consumo e lazer e Níveis de Satisfação”, em 2014), para avaliar quais os hábitos e locais de consumo e lazer e a qualidade de vida e níveis de satisfação dos residentes do Grande Porto. No inquérito realizado, foi questionado um universo de 863 indivíduos residentes, de qualquer concelho e freguesia de Portugal Continental e Insular, sendo que para este estudo e avaliação dos resultados obtidos, apenas foram selecionados por concelho de residência os indivíduos residentes do Grande Porto (figura 47), o que integra uma amostra que abrangeu um total de 565 indivíduos, podendo-se considerar assim uma amostra bem representativa, em termos estatísticos, devido à população alvo.

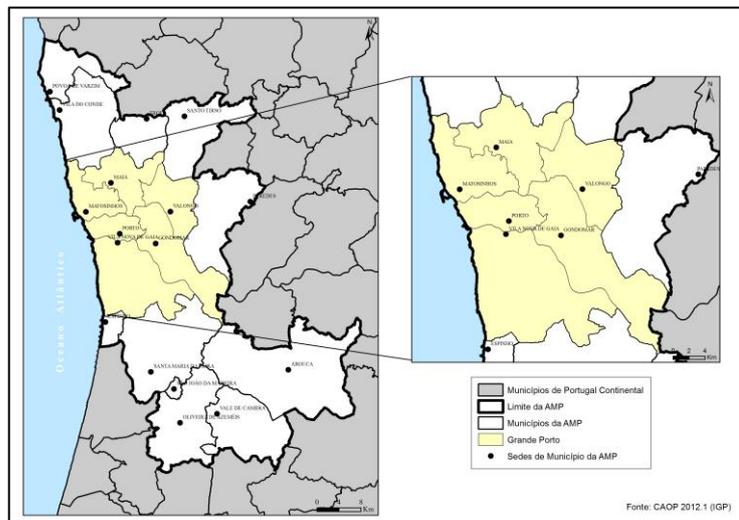


Figura 47 – Enquadramento da área de estudo - Grande Porto

Fonte (CAOP, 2012.1 (IGP))

O inquérito é constituído por quatro partes:

- A primeira parte, relativa às características dos inquiridos (idade, sexo, níveis de escolaridade, condição de trabalho, concelho de nascimento e residência e se trabalha ou estuda);

- A segunda parte, abrange questões relacionadas com os hábitos e locais de consumo, onde se responde a perguntas como “Onde é que os indivíduos costumam passar férias?”, “Em que concelhos os indivíduos procuram os principais serviços e produtos?”, “Se realizam compras online?”, “Se costumam ir a parques verdes, cinema ou equipamentos desportivos e em que concelhos vão?”, “Se frequentam habitualmente bares e discotecas, shoppings ou comércio tradicional?”, “Quais os locais que mais gostam de frequentar na AMP?”;

- A terceira parte, inclui perguntas referentes aos níveis de satisfação com a habitação e equipamentos e serviços, da qual apenas será analisada a questão número “7”⁷⁷, onde se responderá à questão “Qual o seu nível de satisfação, no seu concelho de residência, relativamente à oferta de espaços verdes, espaços públicos, serviços de saúde, serviços de educação, comércio, equipamentos e serviços de animação desportiva e equipamentos de animação cultural e de lazer?”;

- A quarta inclui os impactos da crise atual, na qual somente será estudado a pergunta

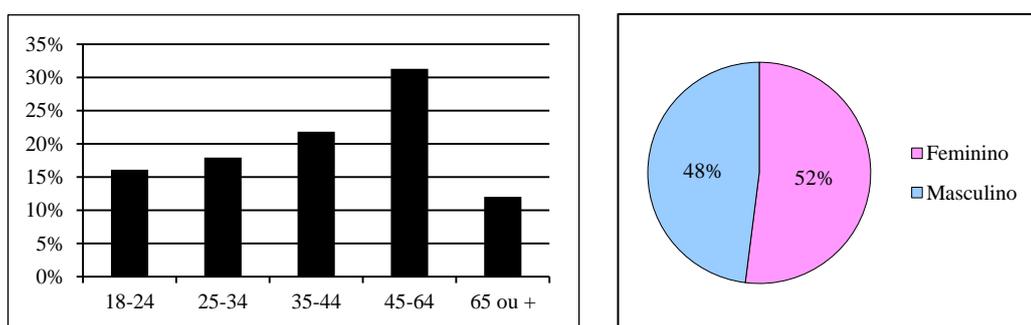
⁷⁷ E mesmo nesta questão apenas serão analisados alguns parâmetros, como será possível verificar mais à frente na análise a este inquérito.

número “1”, onde se pretenderá responder à questão “Como avalia a sua qualidade de vida há cinco anos atrás e hoje em dia?”⁷⁸.

Em suma, podemos referir que o inquérito, remete – nos, essencialmente, para duas análises específicas. Uma primeira, relacionada com o que os indivíduos procuram na cidade, em termos de serviços, equipamentos e comércio, e que locais de consumo e lazer escolhem para usufruir, e uma outra ligada à avaliação global da sua qualidade de vida e dos níveis de satisfação, em relação ao concelho de residência.

6.1. Características sociais dos inquiridos

A maior parte dos inquiridos, possui idades compreendidas entre os 45 e 64 anos (31,3%) e os 35 e 44 anos (21,8%), sobressaindo assim uma média de idades de 42 anos (figura 48). Existe uma predominância, apesar de não muito significativa, do sexo feminino (com 294 pessoas, o que corresponde a 52% dos inquiridos), enquanto o sexo masculino apresenta 271 pessoas (48% dos inquiridos), (figura 49).



Figuras 48 e 49 – Idade por grupo etário e sexo dos inquiridos, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

São pessoas com níveis de escolaridade diferenciados, salientando-se como nível mais elevado o ensino secundário (28%), seguido do 1º ciclo (18,2%) e a licenciatura ou bacharelato (17,5%), (figura 50).

⁷⁸ Tal como referido, na terceira e quarta parte do inquérito tratado, apenas analisarei, sucessivamente, a uma questão em cada parte, pois apenas essas duas perguntas se encontram relacionados com a temática na dissertação em curso.

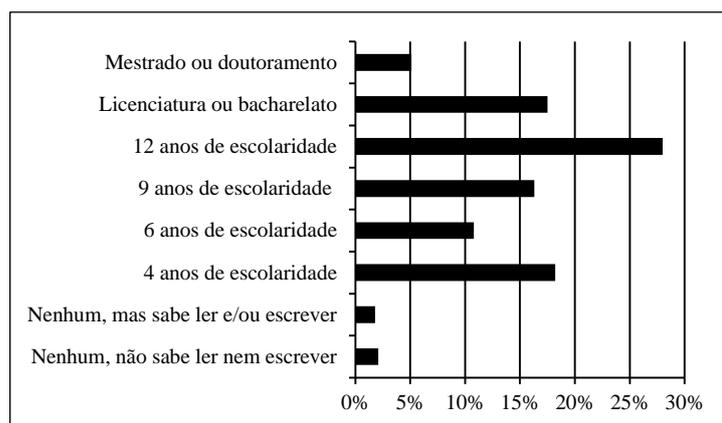


Figura 50 – Níveis de escolaridade dos inquiridos, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

No que diz respeito à sua condição perante o trabalho ou atividade económica (figura 51), constata-se desde logo que 53,3% dos residentes do Grande Porto trabalham, por conseguinte 14,3% dos inquiridos encontra-se a estudar e 12,4% dos inquiridos estão reformados. De destacar, ainda que, a proporção de população desempregada há mais de um ano é de 5,8%, cerca de 2,8% está desempregada à procura do primeiro emprego e, aproximadamente, 2,3 % encontra-se desempregada.

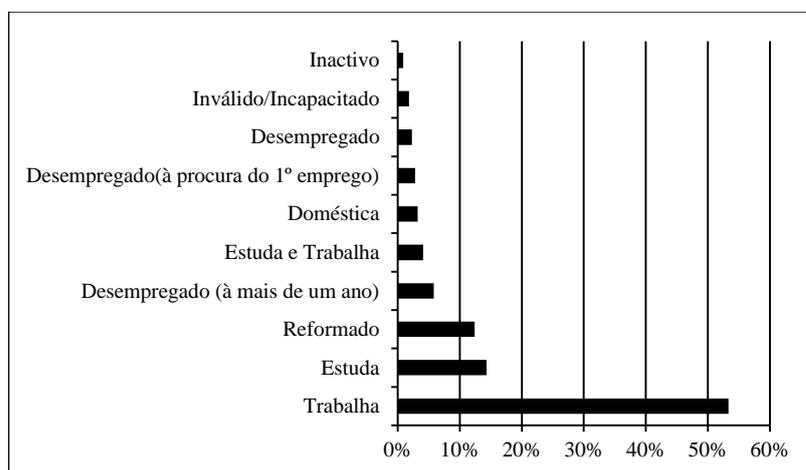
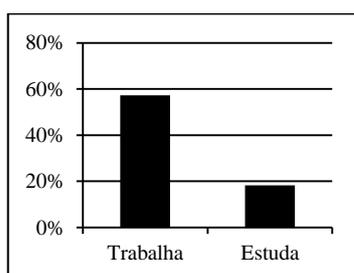


Figura 51 – Condição perante a atividade económica da população inquirida, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

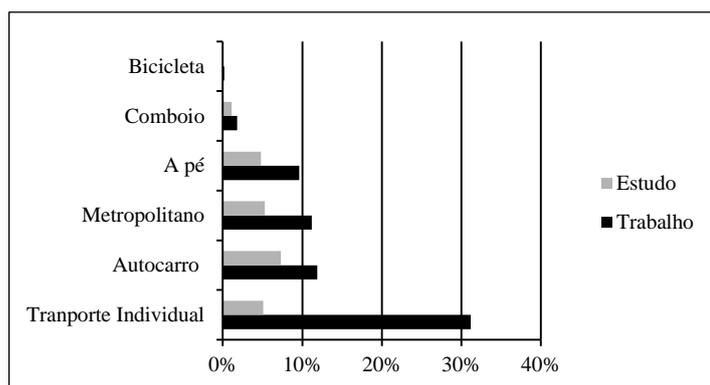
Referindo-nos às pessoas que trabalham (57,3%)⁷⁹, tal como nos demonstra a figura 52, comprova-se que os concelhos para onde se deslocam, a maior parte dos inquiridos é o Porto (33,8%) e Vila Nova de Gaia (7,3%), onde é possível concluir que é, essencialmente, nos concelhos do Grande Porto que os inquiridos se movem para trabalhar, sucedendo-se que a maioria destes, neste deslocamento “casa - trabalho ou trabalho - casa”, se desloca dentro do seu próprio local de residência. Em média, estes indivíduos demoram cerca de 22 minutos a chegar de casa ao seu local de trabalho ou vice-versa, sendo que o meio de transporte mais utilizado nas deslocações casa - trabalho e trabalho - casa é o transporte individual (31,2%), seguido dos transportes públicos, principalmente, autocarro (11,9%) e metropolitano (11,2%), (figura 53), o que nos leva a ressaltar, tal como referido anteriormente, que existe uma certa proximidade entre o local de trabalho e o local de residência.

Quanto, aos indivíduos que estudam (18,3%)⁸⁰, presentes na figura 52, confirma-se que o município que abarca a generalidade dos indivíduos que estudam é o concelho do Porto (15,6%), seguido de Vila Nova de Gaia com somente 1,6% dos inquiridos. Segundo os dados do inquérito, os estudantes (e trabalhadores-estudantes) demoram, aproximadamente, 27 minutos a chegar ao local de estudo, usando o transporte coletivo como principal meio de transporte, sendo que cerca de 7,3% da população que diariamente se desloca para a escola, opta pelo autocarro, seguido do metropolitano (5,3%), seguido do transporte individual (5,1%) como meio de transporte principal, nas deslocações casa - estudo ou estudo - casa. De referir, que cerca 9,6% dos inquiridos que trabalham se deslocam a pé, enquanto os que estudam são, aproximadamente, 4,8% dos inquiridos (figura 53).



⁷⁹ Para além das pessoas que apenas trabalham (53,3%), inclui também os inquiridos que “trabalham-estudam”, o que corresponde a 4%, dando um total de 57,3% dos inquiridos que trabalham.

⁸⁰ Para além das pessoas que apenas estudam (14,3%), insere igualmente os inquiridos que “trabalham-estudam” (4%), dando um total de 18,3%.



Figuras 52 e 53 – População residente inquirida, que trabalha e estuda (incluindo os inquiridos que fazem estas duas atividades) e meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Relativamente, ao país onde cada indivíduo nasceu, podemos salientar que 92% dos inquiridos nasceram em Portugal, onde se salientam os concelhos do Porto (38,8%), Vila Nova de Gaia (15%) e Gondomar (5,5%)⁸¹.

Tal como já referido anteriormente, a amostra foi segmentada tendo em consideração o concelho de residência dos inquiridos do Grande Porto. Para tal e no que se refere ao concelho “onde reside atualmente” (figura 54), podemos salientar que sem qualquer margem dúvida, o município do Porto é o que contém um maior número de residentes (39,8%), sendo que de imediato se segue o município de Vila Nova de Gaia (28,7%) e Gondomar (14,5%)⁸². Se fizermos, uma comparação entre o concelho de nascimento dos inquiridos e o concelho de residência atual, é possível constatar que 46,9% dos indivíduos saíram do seu local de nascimento para o lugar onde habitam atualmente, o que resulta numa significativa mobilidade residencial. Ainda podemos salientar que no Grande Porto, o concelho mais atrativo para o destino destas pessoas é o Porto (14,7%) e Vila Nova de Gaia (13,6%)⁸³. Alguns fluxos de

⁸¹ Destacam-se como freguesias com maior proporção de população relativamente a “onde nasceram”: Massarelos (14,9%); Paranhos (7,8%) e Mafamude (5,7%).

⁸² No que diz respeito às freguesias de residência, as que abrangem um maior número de inquiridos são: Cedofeita (7,1%); Paranhos (7,1%); Mafamude (5,7%); Campanhã (5,5%) e Massarelos (5,1%).

⁸³ A seguir vem Gondomar (9,72%), Maia (4,95%), Matosinhos (2,12%) e Valongo (1,77%). Estes valores são resultado de um conjunto de contas de elaboração própria, realizadas através da “Regra de três simples” e conseguidos com a ajuda da informação (que é um “*crosstab*” realizado no programa *IBMS SPSS Statistics*). Por exemplo, para descobrir o fluxo de entrada de pessoas dos concelhos de nascimento para Gondomar (concelho de residência), fiz da seguinte maneira: 55 (este valor foi conseguido tirando ao total de 82, as pessoas que desde que nasceram mantiveram-se no mesmo concelho de Gondomar que são 26 e mais 1 pessoa que não respondeu) * 14,5 (percentagem do valor total) / 82 (total dos indivíduos), isto é, “55*14,5/82=9,72%”.

entradas do município “onde nasceu” para o município “onde reside”, fizeram-se intra-Grande Porto.

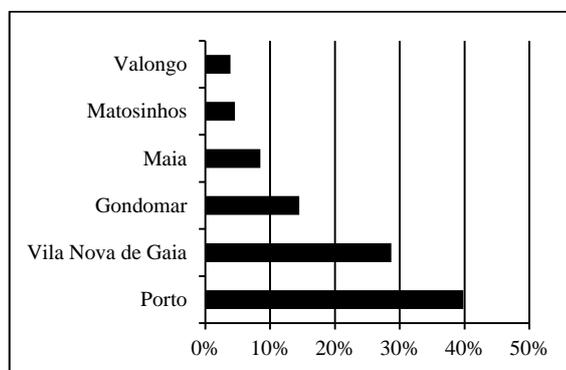


Figura 54 – Concelho de residência dos inquiridos, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

6.2. Hábitos e locais de consumo e lazer

Para avaliar que tipo de serviço e os espaços de lazer mais utilizados pelos residentes, consideramos os seguintes domínios temáticos: serviços e equipamentos, ensino, comércio. Os serviços, equipamentos e espaços de lazer de uma cidade, são muito importantes para medir a qualidade de vida e a satisfação dos residentes. Para a nossa análise sobre vivências urbanas e qualidade de vida, interessa-nos numa primeira parte, saber em que concelhos os indivíduos inquiridos do Grande Porto procuram serviços ou equipamentos ⁸⁴ (quadro 18), e em que concelhos realizam frequentemente as suas compras⁸⁵ (quadro 19) quando necessitam, se o fazem mesmo dentro do seu local de residência ou simplesmente não necessitam, ou seja, perceber-mos quais ou qual o concelho de consumo mais atrativo e qual ou quais os serviços, equipamentos e comércio mais atraentes, por parte dos inquiridos. Desta forma, com estes indicadores tentaremos perceber o nível de mobilidade territorial que estas pessoas têm.

Podemos assim, concluir em termos de procura urbana que, a maior parte dos indivíduos, tem um nível de mobilidade territorial muito baixa, visto que, quase não se deslocam do seu concelho de residência, tanto na procura de serviços, como para realizarem normalmente as suas compras. Quanto à procura de serviços e equipamentos, 79,5% dos

⁸⁴ Serviços médicos (clínica geral e especialidades), hospital, ensino superior (universidade ou politécnicos), ensino secundário ou profissional, equipamentos desportivos, serviços culturais (museus, teatros, outros), serviços de lazer (cinemas, bares, outros).

⁸⁵ Comércio de alimentação, vestuário, mobiliários, livros/filmes/jogos/software.

indivíduos inquiridos, procuram os serviços médicos no concelho de residência, assim como hospitais (66,9%), serviços culturais (40,7%), serviços de lazer (55,6%). Contudo 69,9% das pessoas inquiridas não necessitam dos serviços de ensino superior, 77,1% do ensino secundário e profissional e 53,6% de equipamentos desportivos. De ressaltar, que há uma parte significativa dos inquiridos que não necessitam de serviços culturais (36,3%) e serviços de lazer (20,9%). Relativamente ao local onde, frequentemente, realizam as suas compras, tal como ocorre na procura de serviços e equipamentos, é no concelho de residência que a maior parte dos inquiridos realizam as suas compras: comércio de alimentação (83,9%); comércio de vestuário (76,5%); comércio de mobiliário (48,1%) e comércio de livros/filmes/jogos/software (53,1%). Porém, também, existe uma percentagem significativa de inquiridos, que não necessitam destes tipos de compras, essencialmente, a nível do comércio imobiliário (35%) e comércio de livros/filmes/jogos/software (31,7%).

Também, é possível constatar pelo quadros 18 e 19 que, no que se refere à escolha de outros concelhos, na procura de serviços/equipamentos e comércio, é importante relevar em primeiro instante a omnipresença do Porto, pois em comparação com os restantes concelhos, o Porto lidera no recurso aos serviços de saúde (essencialmente na procura de hospitais com 23,4% dos inquiridos) e de ensino (só no ensino superior o Porto adquire 10,8% dos inquiridos), equipamentos desportivos, atratividade a nível de locais de vivências urbanas (serviços culturais adquirem 20,2% dos inquiridos, e de lazer com 17% dos indivíduos), tanto diurnas como noturnas. Essa titularidade também se averigua, nas compras, pois se observamos o quadro 10, existe uma elevada percentagem de inquiridos, que realizam as suas compras de vestuário (14,2%) e livros/filmes/jogos/software (11,3%), no concelho do Porto.

Sintetizando, podemos referir que a maioria dos inquiridos procura os serviços, equipamentos e comércio no seu quotidiano, dentro do seu local de residência, sendo que na referência à escolha de outro concelho, os indivíduos inquiridos escolheram o Porto como destino mais atrativo. No que diz respeito, aos serviços que as pessoas mais procuram, a preferência dominante são os serviços a nível da saúde (hospital e serviços médicos). Já em relação ao comércio, destaca-se o da alimentação e do vestuário, como os mais atraentes por parte dos inquiridos. De sobressair, que em termos de justiça espacial, existe desigualdades, principalmente, no que se refere à polarização do Porto, relativamente, aos restantes concelhos. Assim sendo, “a noção de justiça espacial pressupõe uma avaliação dos sistemas de redistribuição, os graus de acesso, quer a nível quantitativo, quer a nível qualitativo. Desta feita, a acessibilidade a serviços e a consumos básicos prefigura no Grande Porto um padrão de forte

polarização da cidade do Porto, demonstrando que os espaços de acesso e de consumo estão longe de serem uniformes ou justos porque estão próximos da residência, pois assumem uma distribuição muito polarizada” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 4)

Quadro 18 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde procuram serviços e equipamentos, em 2014

Concelhos que mais procuram/ Serviços e equipamentos	Serviços Médicos	Hospital	Ensino Superior	Ensino Secundário e Profissional	Equipamentos Desportivos	Serviços Culturais	Serviços de Lazer
Aveiro	0%	0%	0%	0%	0%	0,2%	0%
Barcelos	0%	0,2%	0%	0%	0%	0%	0%
Braga	0,2%	0,2%	0,2%	0%	0,2%	0%	0%
Coimbra	0%	0%	0,2%	0%	0%	0%	0%
Chaves	0,4%	0,4%	0%	0,2%	0%	0%	0%
Espinho	0%	0%	0%	0%	0,4%	0,4%	0,2%
Funchal	0%	0%	0%	0,2%	0%	0%	0%
Gondomar	0%	0,2%	0%	0%	0,2%	0%	0,5%
Guimarães	0,2%	0,2%	0%	0%	0%	0%	0%
Maia	0,9%	0,2%	0,2%	0,4%	0,7%	0%	0,5%
Matosinhos	1,1%	0,9%	0,4%	0,2%	0,4%	0,5%	2,1%
Mogadouro	0%	0%	0%	0%	0,2%	0%	0%
Paredes	0%	0%	0,2%	0%	0,2%	0%	0%
Penafiel	0%	0,2%	0%	0%	0%	0%	0%
Ponta Delgada	0,2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Porto	8,5%	23,4%	10,8%	2,8%	4,6%	20,2%	17%
São João da Mdeira	0%	0%	0%	0,2%	0%	0%	0%
Santo Tirso	0,2%	0,2%	0%	0%	0%	0%	0%
Valongo	1,8%	0,5%	0%	0%	0,5%	0,4%	0,7%
Vila Nova de Gaia	2,7%	1,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,2%	1,8%
No concelho de residência	79,5%	66,9%	15,8%	16,5%	37,7%	40,7%	55,6%
Não necessita	3,7%	4,4%	69,9%	77,1%	53,6%	36,3%	20,9%
Não respondeu	0,9%	0,7%	2,1%	2,1%	1,1%	1,2%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte (Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Quadro 19 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde realizam frequentemente as suas compras, em 2014

Concelhos que mais procuram/ Serviços e equipamentos	Comércio de Alimentação	Comércio de Vestuário	Comércio de Mobiliário	Comércio de Livros/Filmes/Jogos/Software
Arouca	0%	0%	0,2%	0%
Barcelos	0%	0,2%	0%	0%
Gondomar	0%	0,2%	0,5%	0%
Maia	0%	0%	0,2%	0,2%
Matosinhos	0,7%	1,8%	2,8%	0,9%
Paços de Ferreira	0%	0%	0,4%	0%
Paredes	0,4%	0%	0,7%	0%
Pombal	0%	0%	0%	0,2%
Porto	6,7%	14,2%	8,3%	11,3%
Santa Maria da Feira	0,2%	0%	0%	0%
Valongo	1,2%	1,2%	1,2%	1,1%
Vila Nova de Gaia	2,3%	1,9%	1,8%	0,7%
No concelho de residência	83,9%	76,5%	48,1%	53,1%
Não necessita	3,7%	3,4%	35%	31,7%
Não respondeu	0,5%	0,7%	0,7%	0,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Assim sendo, merece agora a nossa atenção o comportamento dos inquiridos no que diz respeito aos consumos (figura 55). Primeiramente, trata-se de uma população, em que 22,1 % declara fazer compras *online*, sendo que o tipo de compras *online* mais solicitado é o de livros/filmes/jogos/software (14,7%) e o de vestuário (12,2%). Assim, “o espaço de liberdade da sociedade de informação do ponto de vista de acesso parece ser algo ainda muito distante destes atores” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 4). Por outro lado, dentro das atividades de consumo (figura 55), é notório desde logo que a frequência de *shoppings* ou centros comerciais, evidencia ser algo de muito importante no quotidiano vivencial dos inquiridos, com uma assiduidade de 69,6% das pessoas, face à frequência de parques verdes (45,7%), equipamentos desportivos (29,4%), cinema (42,7%), bares e discotecas (34%) ou mesmo o comércio tradicional (37,7%) que é muito mais reduzida.

“Assim, existe acesso, mas só modalidades muito massificadas de consumo (centros

comerciais) ” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 4). É evidente, que nos orientamos por uma justiça como responsável da liberdade económica, social e política dos indivíduos e, da satisfação dos mesmos como a concretização absoluta da finalidade última do desenvolvimento, que é o bem-estar social. No entanto, tal não corresponde “a aceitar que a não frequência mais massiva de outros espaços de realização (parques verdes, desporto, cinema, locais de lazer), para além dos, meramente, centros comerciais dependa, exclusivamente, do livre arbítrio, mas radica em condicionantes económicos e sociais de relevo” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 4 a 5).

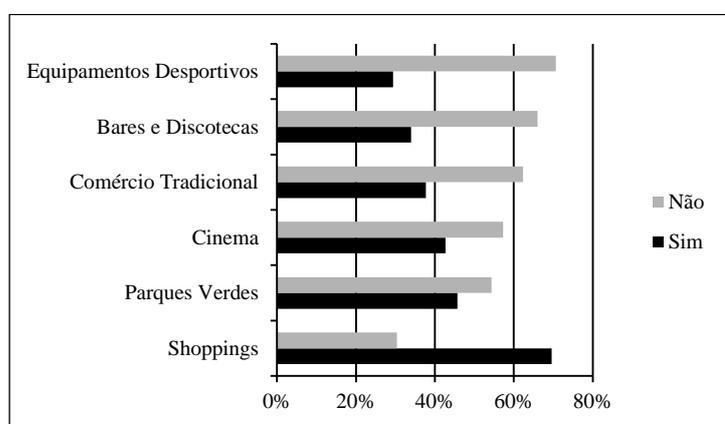


Figura 55 – Atividades realizadas por parte dos indivíduos inquiridos, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Qualquer uma das atividades referidas anteriormente, possui uma forte influência nas condições de vida que as cidades proporcionam aos cidadãos. Começamos agora por analisar, individualmente, cada uma dessas atividades. Os espaços verdes “para além do valor simbólico que lhes é atribuído pelo facto de estabelecerem uma ligação psicológica à natureza e ao campo, estas áreas proporcionam uma série de benefícios em termos de saúde humana e de qualidade ambiental” (Martins, 2011: 176). Hoje em dia, tem surgido um novo interesse com a preservação e criação de espaços verdes nas cidades relacionados, por um lado, com a valorização crescente dos princípios de conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável e por outro lado, ao aumento do tempo dedicado às práticas de recreio e lazer (descansar, contemplar a paisagem, apanhar ar e sol ou desfrutar de uma sombra, passear, realizar jogos, entre outras coisas) e ao desporto informal.

Tal como observado na figura 55, a frequência de pessoas que procuram os espaços

verdes é baixa. Contudo, foi perguntado aos inquiridos que costumam ir aos parques verdes “Em que concelhos se localizam os parques verdes que mais frequentam?” (quadro 20). Sendo assim, podemos constatar que o concelho que, habitualmente, os indivíduos inquiridos, procuram para frequentar espaços verdes é o Porto (51,5%), seguido de Vila Nova de Gaia (17,4%). Uma curiosidade muito significativa é que se observarmos o quadro 20, constata-se que são os concelhos do Grande Porto, aqueles que possuem maior procura de espaços verdes por parte dos inquiridos, sendo que o Porto ganha uma vantagem considerável. Comparado com os concelhos de residência, podemos ressaltar, que existe uma mobilidade territorial baixa, pois a maior parte dos parques verdes, situam-se perto dos seus locais de residência daí não necessitarem de se deslocarem muita longe para usufruir deste tipo de atividade. Observa-se no entanto, que a possibilidade de usufruir de um parque verde à escala da unidade residencial, apresenta uma mais-valia para o bem-estar dos cidadãos, quando se considera a faixa etária com menor mobilidade, como é o caso real dos idosos.

Os habitantes do Porto sempre valorizaram a existência de parques verdes numa cidade. O Porto até finais do século XIX (refletindo já os crescimentos urbanos proporcionados pela industrialização) era uma cidade verdadeiramente “verde”: “verde na enorme cintura rural que rodeava a sua ainda pequena mancha urbanizada, verde no interior dos quarteirões das novas expansões, verde no chão negligenciável número de jardins públicos que serviam a cidade” (Madureira, 2000: 4). No entanto atualmente, o contexto é bem diferente pois registou-se uma diminuição acentuada dos espaços verdes na cidade, ocupando hoje em dia menos de 30% do território da cidade, sendo que em comparação com o século XIX, o verde ocupava mais de 75% da superfície do território (Madureira, 2000: 4). Porém, ainda continua a ser o concelho do Grande Porto, em que os inquiridos mais se deslocam para usufruir dos parques verdes.

Quadro 20 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os parques verdes, em 2014

Nome do concelho que mais frequenta	%	Nome do concelho que mais frequenta	%
Porto	51,5%	Braga	0,3%
Vila Nova de Gaia	17,4%	Bragança	0,3%
Matosinhos	10,3%	Celorico de Basto	0,3%
Maia	6,8%	Ermesinde	0,3%
Gondomar	4,1%	Guimarães	0,3%
Valongo	1,8%	Lamego	0,3%
Marco de Canaveses	1,2%	Ovar	0,3%

Chaves	0,9%	Penafiel	0,3%
Barcelos	0,6%	Santa Maria da Feira	0,3%
Cascais	0,6%	São João da Madeira	0,3%
Lousada	0,6%	Sobral de Monte Agraço	0,3%
Paredes	0,6%	Vila do Conde	0,3%
Aveiro	0,3%		

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Quanto aos serviços de lazer (inclui cinema e bares/discotecas) presentes num território, estes permitem que os indivíduos usufruam de momentos de descontração e divertimento, imprescindíveis para desempenhar o seu papel na sociedade de modo estável. Trata-se de duas actividades, praticadas com clara finalidade de proporcionar aos cidadãos prazer, e que funcionam como momentos únicos de quebra da rotina do dia-a-dia (Mimoso, 1998: 4). Através, deste tipo de vivências, procura-se uma razão para o “quebrar da rotina”, para o “sair”, como contraponto à permanência na sua própria habitação, ação habitual executada na maior parte do tempo pelo indivíduo (Mimoso, 1998: 18 a 19).

Na análise à frequência do cinema e bares/discotecas por parte dos inquiridos, assim como nos mostra a figura 55, podemos verificar que a sua frequência é baixa, em virtude de a maior parte dos inquiridos compreenderem idades entre os 45 aos 64 anos, seguido dos 35 aos 44 anos. Isto ocorre, devido a que a participação neste tipo de actividades torna-se relevante para membros da sociedade menores que 30 anos, devido a que atualmente a partir dos 30 -35 anos, com o definir de percursos profissionais, conjugado à alteração do estado civil de cada indivíduo à uma diminuição drástica da frequência deste tipo de espaços de lazer (Mimoso, 1998:17). Tal constatação, pode se comprovada também pelo estudo do nosso inquérito, pois a “ida” ao cinema é mais procurada pela faixa etária dos 18 - 24 e dos 25 - 34 anos, o que corresponde no conjunto a cerca de 49% das pessoas inquiridas, pelo contrário do que se vai verificar na frequência de bares e discotecas, observa-se uma participação abrangente de quase todas as faixas etárias, apesar de se confirmar uma incidência particular nas mais jovens. O mesmo, ocorre com na frequência a bares e discotecas, com 66 % dos inquiridos incluídos nestes dois escalões etários, no entanto, a participação dos restantes escalões etários não é tão repartida, como acontece nas “idas” ao cinema.

Na escolha dos concelhos (figura 56), mais frequentados pelos inquiridos nas suas “idas” ao cinema está o Porto (35,2%), como destino mais apreciado seguindo-se, o município de Vila Nova de Gaia com 28,9%. Relativamente, à procura de bares e discotecas (quadro 21)

podemos verificar, que tal como acontece na frequência de “idas” ao cinema, é o notoriamente o Porto (65,3%) o concelho com maior número de inquiridos. Tanto num como noutra serviço de lazer, é possível verificar que é, sem margem para dúvidas, no Grande Porto onde as pessoas procuram, maioritariamente, estes dois tipos de atividades de lazer, sendo que no conjunto de inquiridos que se deslocam ao cinema, o Grande Porto atingiu, aproximadamente, os 99% das pessoas, o que nos indica que esta sub-região é, significativamente, a mais optada em termos de cinema. Já a nível de “idas” a bares e discotecas, os inquiridos elegeram, também os municípios do Grande Porto como os prediletos para este tipo de atividade, correspondendo no conjunto, a sensivelmente, 90% dos inquiridos.

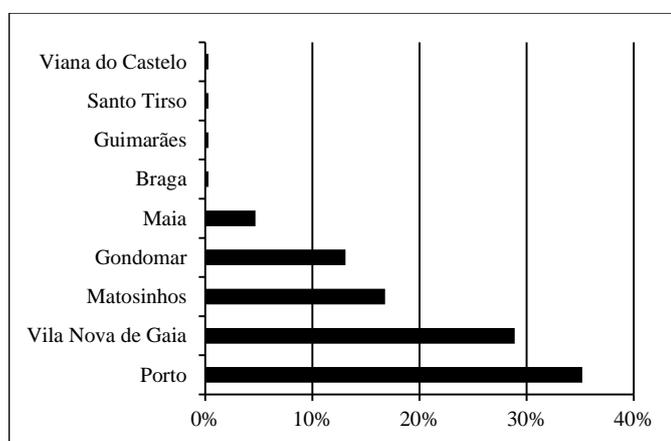


Figura 56 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram o cinema, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Quadro 21 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram bares/discotecas

Nome do concelho que mais frequenta	%	Nome do concelho que mais frequenta	%
Porto	65,3%	Castelo de Paiva	0,4%
Vila Nova de Gaia	9,5%	Celorico de Basto	0,4%
Matosinhos	7,6%	Funchal	0,4%
Gondomar	3,4%	Fundão	0,4%
Maia	2,7%	Miranda do Douro	0,4%
Chaves	1,5%	Mogadouro	0,4%
Braga	1,1%	Pampilhosa da Serra	0,4%
Valongo	1,1%	Paredes	0,4%
Cascais	0,8%	Penafiel	0,4%

Lousada	0,8%	Resende	0,4%
Marco de Canaveses	0,8%	Santa Maria da Feira	0,4%
Barcelos	0,4%	Santo Tirso	0,2%
Castelo Branco	0,4%		

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Os equipamentos desportivos são outra das atividades presentes atualmente no quotidiano da população, surgindo como uma vivência cada vez mais apreciada pela população. Hoje em dia, encontra-se bem comprovada a relevância da prática de exercício físico para a saúde humana. Em comparação com outras realidades internacionais, existe “um quadro de insuficiência ao nível da dotação desportiva na cidade” (Martins, 2011: 199) em Portugal, pois as rotinas de exercício físico e de prática de desporto são muito inferiores ao registado na maior parte dos países europeus.

No estudo da informação do inquérito, no que diz respeito aos equipamentos desportivos, podemos destacar desde logo, face a todas as atividades presentes no inquérito, que esta é aquela que os indivíduos procuram menos. Contudo, de destacar que onde as pessoas inquiridas procuram os equipamentos desportivos (quadro 22), é significativamente, no concelho do Porto (39,6%) e logo, a seguir Vila Nova de Gaia (28,6%). Face ao que acontece nas “idas” ao cinema e bares/discotecas, é no Grande Porto que se localizam os concelhos escolhidos para a prática de exercício físico.

Quadro 22 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os equipamentos desportivos, em 2014

Nome do concelho que mais frequenta	%
Porto	39,6%
Vila Nova de Gaia	28,6%
Maia	9,9%
Gondomar	7,7%
Matosinhos	5,5%
Valongo	3,3%
Espinho	1,1%
Barcelos	0,5%
Castelo Branco	0,5%
Fundão	0,5%
Miranda do Douro	0,5%

Mogadouro	0,5%
Oliveira do Hospital	0,5%
Penafiel	0,5%
Santa Maria da Feira	0,5%

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

No que diz respeito ao comércio, existe dois mundos bem diferentes que irão ser tratados: o comércio tradicional e os centros comerciais (“*shoppings*”). Nas últimas décadas, fundamentalmente desde meados dos anos 80, que a dinâmica da atividade comercial e os novos hábitos de consumo fizeram mudar, expressivamente, e a paisagem comercial tradicional das cidades (Coke, 2003: 121). O ato de fazer compras, passou a ser abarcado nas atividades de lazer e entretenimento, sendo que os centros comerciais planeados têm sabido responder a estas modificações dos comportamentos, funcionando numa lógica diferente dos tradicionais centros de comércio de rua e tornam-se lugares privilegiados de consumo e lazer. Sem dúvida, que cada vez mais, o comércio tradicional (localizado particularmente na Baixa) tem perdido procura para os centros comerciais.

Segundo, a informação do inquérito realizado, é bem visível na figura 55, que existe uma diferença entre a percentagem de inquiridos, no que se refere à procura do comércio tradicional e aos *shoppings*, tendo estes últimos ganhado significativa vantagem em relação ao comércio tradicional. Se efetuarmos, uma comparação entre a faixa etária dos inquiridos e a frequência habitual que fazem ao comércio tradicional, verificamos que cerca de 37% dos inquiridos estão compreendidos na faixa etária dos 45 aos 64 anos, sendo de salientar que, aproximadamente, 19%, possuem mais de 65 anos, o que faz realçar que é, indiscutivelmente, a população mais idosa aquela que efetua compras no centro da cidade. Em contraponto, no confronto entre o escalão etário dos indivíduos inquiridos e a frequência comum que realizam a centros comerciais, observamos que existe uma repartição por todas as faixas etárias dos inquiridos, relativamente, a este tipo de espaços, contudo ressalta à vista, que os inquiridos com mais de 65 anos, procuram menos estes espaços comerciais, com apenas um total de 6% da população inquirida.

Segundo a escolha dos inquiridos, relativamente, ao concelho onde mais procuram o comércio tradicional (quadro 23) para efetuar as suas compras é, significativamente, no centro do município do Porto (65%), onde as pessoas preferem obter as suas pequenas compras. Contrariamente, ao que acontece com o comércio tradicional, é no concelho de Matosinhos

(29%), assim como nos apresenta a figura 57, onde se localiza os centros comerciais mais procurados pelos indivíduos inquiridos. Com uma percentagem próxima à do município de Matosinhos, surge o concelho de Vila Nova de Gaia (27,8%) e do Porto (23,5%). Em relação, aos *shoppings* mais frequentados por parte dos inquiridos (quadro 24), destaca-se em primeiro lugar o “Norte *Shopping*” (21,4%), seguido do “Parque Nascente” (13,9%) e do “Gaia *Shopping*” (13,8%).

Tal como já foi referido anteriormente, o comércio em si, para além do papel chave que desempenha em termos de proporcionar às famílias uma imensa variedade de bens e produtos, difunde formas de convivialidade e de interação social, contribuindo para a “animação” dos territórios (Martins, 2011: 200). A cidade do Porto devido à sua “condição de núcleo da aglomeração metropolitana e principal centralidade regional, concentra historicamente e até aos dias de hoje uma oferta privilegiada, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da diversidade proporcionada” (Martins, 2011: 200). No entanto, ultimamente tem-se vindo a assistir a modificações significativas neste aspeto, não só na cidade do Porto, mas na generalidade de outras metrópoles, pois o comércio de consumo frequente por parte dos cidadãos e famílias têm vindo, constantemente, a localizar-se nas áreas periféricas, ao contrário do que acontecera há muitos anos atrás, onde quase a totalidade dos principais estabelecimentos comerciais se encontravam no centro da cidade, designada de “Baixa”. Isto comprova-se com o facto de apesar do Porto possuir o seu lugar como principal concelho de atividade comercial no Grande Porto, a verdade é que existe pelo menos dois concelhos da sua periferia imediata (Vila Nova de Gaia e Matosinhos) que têm tido uma relevância crescente ao nível do exercício da atividade comercial.

Quadro 23 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram o comércio tradicional, em 2014

Nome do concelho que mais frequenta	%
Porto	65%
Vila Nova de Gaia	11,1%
Gondomar	7,8%
Maia	5,8%
Ermesinde	3,3%
Matosinhos	1,6%
Valongo	1,2%
Amarante	0,4%

Aveiro	0,4%
Braga	0,4%
Espinho	0,4%
Fafe	0,4%
Mogadouro	0,4%
Ovar	0,4%
Paredes	0,4%
São João da Madeira	0,4%
Vila Real	0,4%

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

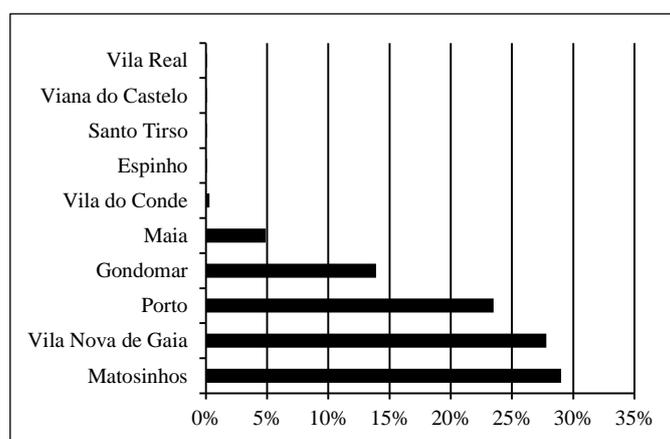


Figura 57 – Percentagem por concelho dos indivíduos inquiridos, que frequentaram os *shopping*, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Quadro 24 – Percentagem dos *shoppings* mais frequentados pelos indivíduos inquiridos

Nome do <i>Shopping</i> que mais frequenta	%
Norte <i>Shopping</i>	21,4%
Parque Nascente	13,9%
Gaia <i>Shopping</i>	13,8%
Arrábida <i>Shopping</i>	12,3%
Via Catarina	8,7%
<i>Dolce Vita</i> - Porto	8,6%
Mar <i>Shopping</i>	7,5%
Cidade do Porto	5,0%
Maia <i>Shopping</i>	4,9%
<i>El Corte Inglés</i>	1,5%

Centro Comercial Brasília	1,0%
Gaia Jardim	0,3%
Vila do Conde <i>Outlet</i>	0,3%
<i>Dolce Vita</i> - Vila Real	0,1%
<i>Gran Plaza</i>	0,1%
Modelo	0,1%
São Bento	0,1%
<i>Shopping</i> Estação Viana	0,1%

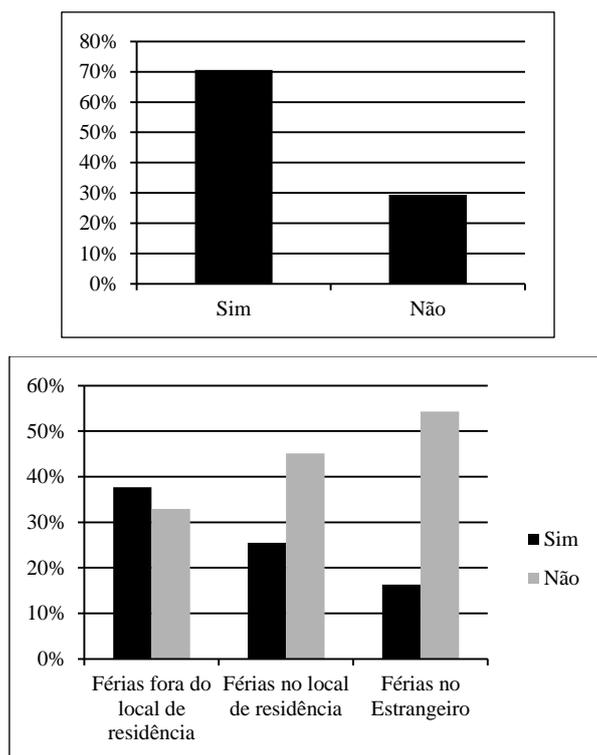
Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

No inquérito, foi pedido aos indivíduos que escolhessem os locais que mais gosta de frequentar na AMP⁸⁶. Deste modo, os inquiridos elegeram como locais preferidos a Baixa do Porto (21%), Ribeira do Porto (18,3%) e Foz do Douro (6,1%). Sendo assim, o Porto é sem margem para dúvidas, o município da AMP que os indivíduos inquiridos mais gostam de frequentar, com 73% das pessoas. Sendo de salientar, que os concelhos onde a população residente mais gosta de frequentar⁸⁷ são o Porto (73%), Vila Nova de Gaia (13%) e Matosinhos (10,1%).

Por último, ainda se faz referência à vivência das férias que, apesar de ser uma vivência que está intimamente relacionada com o grau de satisfação, é um hábito de lazer. As vivências das férias “conjuga qualidade de vida, desenvolvimento social e mobilidade” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 3). Tal como podemos verificar pela figura 58, é possível revelar que quase a maior parte das pessoas inquiridas declaram passar férias, correspondendo a 70,6% dos inquiridos, enquanto 29,4% afirmam que não passam férias. Das pessoas que responderam “sim”, costumam passar férias (figura 59), 37,7% desloca-se para fora do seu local de residência para o fazer. Contudo, é de salientar que 25,5% dos inquiridos passam, frequentemente, férias dentro do seu local de residência, o que significa que para parte substancial dos residentes do Grande Porto “as férias não equivalem a uma quebra de rotina social, vivencial e espacial, mas a uma continuidade e ainda mais, a uma certa ausência de mobilidade para fins de descanso, lúdicos e de tempo de não trabalho” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 3) e 16,3% apenas, deslocam-se para o estrangeiro aproveitar as suas férias.

⁸⁶ Ver anexo 6.

⁸⁷ Ver anexo 7.



Figuras 58 e 59 – Percentagem de indivíduos inquiridos, que costuma ou não ir passar férias e onde costuma passar férias, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Assim, numa análise global dos resultados obtidos e tratados, podemos concluir que o concelho do Porto polariza, claramente, a procura, tanto a nível de serviços, equipamentos, comércio, como no que diz respeito, a locais de consumo e lazer. Contudo, quando os residentes do Grande Porto não optam pelo Porto como destino de procura, normalmente, escolhem os concelhos envolventes para o fazer, essencialmente, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos. Relativamente, aos serviços e equipamentos, que mais procuram, destacam-se, particularmente, os serviços de saúde (serviços médicos e hospital), enquanto os serviços de educação (ensino superior e ensino secundário e profissional) são os menos procurados, por parte da população residente, pois não necessitam destes. Quanto ao comércio, as pessoas realizam as suas compras, maioritariamente, nos centros comerciais e é o comércio de alimentação e vestuário os mais procurados.

Tentamos, também, perceber o nível de mobilidade territorial destes residentes, com questões sobre o local onde os indivíduos procuram os seus serviços, equipamentos quando necessitam e onde realizam, normalmente, as suas compras e verificamos que este tipo de

população, apresenta uma baixa mobilidade territorial, visto que procuram os serviços e efetuam as suas compras, predominantemente, no seu concelho de residência. Logo, em termos de vivências metropolitanas, genericamente a população inquirida, apresenta uma baixa mobilidade territorial. No que diz respeito, às atividades de lazer, as pessoas inquiridas, evidenciam sobretudo a atratividade dos centros comerciais, seguido dos parques verdes e do cinema.

6.3. Qualidade de vida e níveis de satisfação

O direito à cidade e à qualidade de vida deve estar focado nos indivíduos, enquanto sujeitos que possuem capacidades para livremente definirem os seus caminhos de vida e enquanto elementos de uma sociedade, que deve conceber-lhes as condições e oportunidades (sociais, económicas e ambientais) necessárias para a prática dessas liberdades e capacidades e também, para que estes possam fazer as suas opções e concretizar os seus projetos de vida. O direito à cidade, reflete-se, subjectivamente, na maior ou menor satisfação no que diz respeito, a um conjunto de direitos apontados nas amenidades urbanas.

Para avaliar os níveis de satisfação no que diz respeito ao local de residência, as amenidades urbanas, vão – se cingir em três domínios temáticos:

- O primeiro, tem a ver com as condições ambientais, onde o vetor de análise será “os espaços verdes existentes”;

- O segundo, com os espaços públicos, onde analisaremos “a oferta de espaços públicos, como praças, jardins e parques”;

- Por último, o domínio dos serviços e equipamentos, onde estudaremos “a oferta de serviços de saúde”; a oferta de serviços de educação”; “a oferta de comércio”; “a oferta de equipamentos e serviços de animação desportiva” e “a oferta de equipamentos e serviços de animação cultura e de lazer”.

A satisfação dos indivíduos, com as condições ambientais do seu local de residência ou nas proximidades da área de residência, passa sobretudo, pelos espaços verdes existentes (essencialmente, jardins e parques verdes). A oferta de espaços verdes numa cidade, sugere espaços de usufruto, de recreio e lazer, promovendo a convivência social entre os cidadãos. De outra forma, são espaços que fragmentam e rompem a malha urbana favorecendo as condições ambientais, a nível da qualidade do ar, clima da área urbana, permeabilização do solo, etc. contribuindo deste modo para um quadro de vida urbano mais sustentável e agradável. (Ribeiro, 2011: 19).

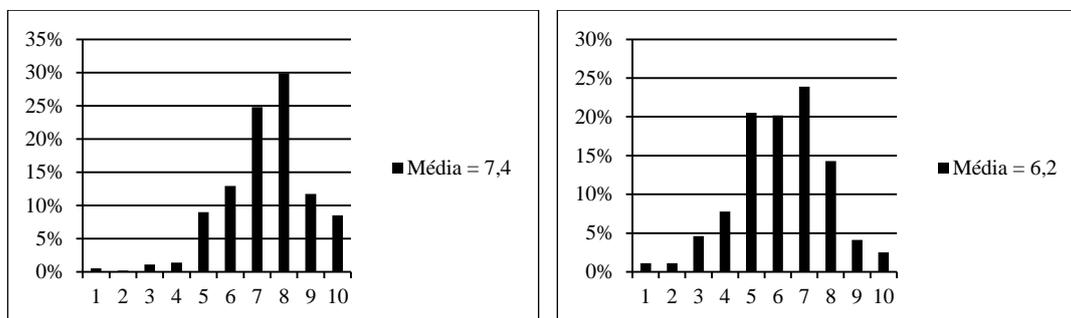
Quanto ao espaço público, este é local de convivência e incentivo de relações pessoais,

proporcionando o convívio e bem-estar social, influenciando assim, a qualidade de vida urbana dos indivíduos. A satisfação com o espaço público passa, essencialmente, pela oferta de espaços públicos em termos de praças, jardins e parques, dependendo de vários fatores, entre os quais a adequação do espaço público ao lazer.

A satisfação com os serviços e equipamentos, de maior ou menor proximidade, proporciona aos cidadãos formas para desenvolver as suas capacidades individuais e o seu bem-estar coletivo. A satisfação com a oferta de serviços de saúde, leva-nos para a prestação de cuidados de saúde, indispensáveis e fulcrais à sobrevivência e bem-estar das pessoas. Quanto aos serviços de educação, influenciam o desenvolvimento social e económico, de modo a satisfazerem as necessidades das pessoas e, fortalecerem, as liberdades de escolha. A oferta de comércio, possibilita aos indivíduos satisfazer as suas necessidades de consumo mais ou menos comuns. Por outro lado, a oferta de equipamentos e serviços de animação desportiva, permite à população a prática de uma variedade de modalidades desportivas, sendo que a sua proximidade pode despertar a atividade física generalizada, essencial e benéfica à saúde dos indivíduos. Relativamente à oferta de equipamentos e serviços de animação cultural e de lazer, contribui para diversificar as escolhas e oportunidades na ocupação dos tempos livres e de lazer.

Antes de avaliarmos, quais os níveis de satisfação relativamente ao concelho de residência, é necessário medir se a população está satisfeita com a sua qualidade de vida em geral. No que diz respeito, à auto-avaliação da qualidade de vida dos indivíduos, foram analisadas duas alturas diferentes: uma há cinco anos (2009) e outra actualmente (2014) (figuras 60 e 61). Os residentes do Grande Porto, relativamente, à qualidade de vida de há cinco anos (figura 60), a média atingida foi de 7,4 pontos, com frequência significativas para as pontuações 8 (29,9%), 7 (24,8%) e 6 (12,9%), ou seja, há cinco anos os inquiridos do Grande Porto, de uma forma geral, demonstram bons níveis de satisfação com a sua qualidade de vida, pois 54,7% da população inquirida, avalia a sua qualidade de vida numa escala de 1 a 10, entre 7 e 8. Sendo de salientar que, a avaliação é positiva, pois é a partir da pontuação 5, que se encontram os melhores resultados. No que se refere, à qualidade de vida atual dos residentes do Grande Porto (figura 61), estes avaliam-na de uma forma mais negativa em relação há cinco anos atrás, pois a média atingida foi de 6,2 pontos, com frequências relativas para as escalas 7 (23,9%), 5 (20,5%) e 6 (20,2%). As avaliações negativas (abaixo de 5) são muito pouco significativas. Em comparação, com há cinco anos atrás, a situação de qualidade de vida dos residentes do Grande Porto piorou, sendo que ,os mesmos hoje em dia, mostram-se mais insatisfeitos do que em 2009. Por fim, acerca da auto-avaliação da qualidade de vida, é de realçar que em plena crise

económica é, surpreendente, a forma como as pessoas avaliam a sua qualidade de vida.



Figuras 60 e 61 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida há cinco anos (2009) e atualmente (2014), (numa escala de 1 a 10), em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Quanto, ao grau de satisfação com as amenidades urbanas localizadas nas proximidades do local de residência, os indivíduos inquiridos, demonstram diferentes níveis satisfação nos três domínios analíticos, referidos anteriormente. Começando pelo domínio das condições ambientais, quanto aos espaços verdes existentes (figura 62), verifica-se uma boa satisfação por parte dos residentes do Grande Porto, adquirindo a percentagem mais elevada, numa escala de 1 a 10, a avaliação 8 (21,4%) e a 7 (15,9%). Sendo de referir, que cerca de 26,6% dos indivíduos inquiridos (numa escala de 1 a 5), demonstram-se insatisfeitos com os espaços verdes existentes, enquanto 7,1% dos residentes ou não sabe ou não lhes interessa.

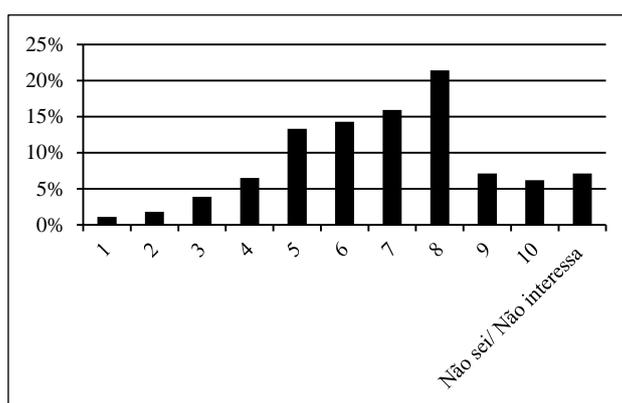


Figura 62 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com os espaços verdes existentes nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

No domínio dos espaços públicos, mais concretamente, a oferta de espaços públicos (praças, jardins, parques), (figura 63), a maior parte dos indivíduos residentes no Grande Porto mostram-se satisfeitos, sendo que 69,1% dos inquiridos auto –avaliou-se, a partir da escala 6. Ainda assim, é a avaliação 8 (21,8%) e a escala 7 (19,8%), as que adquirem frequências relativas mais significativas. Contudo, cerca de 25,1% (numa escala de 1 a 5), ainda se mostra insatisfeita com a oferta de espaços públicos.

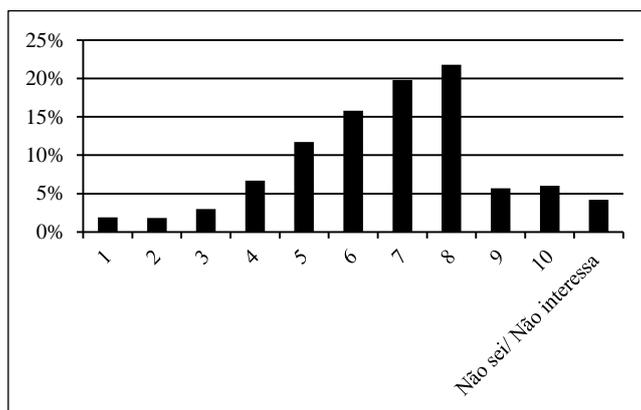


Figura 63 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de espaços públicos (praças, jardins, parques) nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

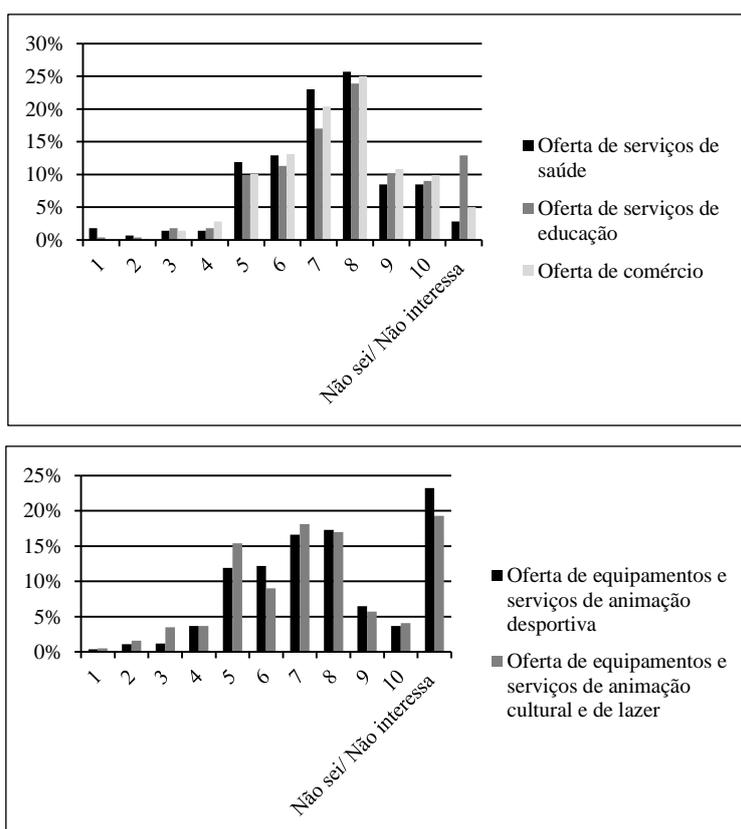
Para finalizar, em matéria dos serviços, equipamentos e comércio (figura 64 e 65), genericamente os níveis de satisfação dos residentes do Grande Porto são razoáveis, porém, tratando-se de serviços fundamentais os níveis de insatisfação devem ganhar especial atenção. De uma maneira geral, os indivíduos revelam-se muito satisfeitos com:

- A oferta de serviços de saúde, pois as maiores frequências encontram-se na escala 8 (25,7%) e 7 (23%), mas de uma maneira geral as avaliações são positivas, com 78,6% dos inquiridos acima e incluindo a escala 6. Ainda que, os níveis de satisfação sejam altos, existe um número significativo de residentes que estão, manifestamente, insatisfeitos (17,2% dos inquiridos numa escala de 1 a 5);

- A oferta de serviços de educação, atingiu valores relativos mais elevados na pontuação 8 (23,9%) e 7 (17%), sendo que na generalidade os níveis de satisfação são positivos, com 71,3% a escolher uma escala a partir de 6 (contudo, de salientar que uma parte significativa dos inquiridos não se interessa ou não sabe, correspondendo a 12,9% dos indivíduos);

- A oferta de comércio, que a partir da escala 6 à 10 somou 79,2 % dos inquiridos, uma avaliação altamente positiva, estando entre a escala 8 (25%) e 7 (20,4%) as frequências mais altas.

As insatisfações registam-se, essencialmente, ao nível da oferta de equipamentos e serviços de animação desportiva, pois uma parte significativa dos inquiridos, concretamente 23,2%, não sabe ou não interessa, e onde 18,3% dos inquiridos avaliaram de forma negativa (1 a 5), este tipo de serviços e equipamentos. O mesmo, ocorre na oferta de equipamentos e serviços de animação cultural e de lazer, onde 19,3% dos inquiridos não sabe ou não se interessa, e em que uma parte significativa, mais precisamente 24,7% dos inquiridos, fizeram uma avaliação de 1 a 5 (avaliações mais negativas). Contudo, apresentam-se de uma escala de 6 a 10, 56,3% dos inquiridos a avaliarem-se positivamente, a nível dos equipamentos e serviços desportivos e 53,9% dos inquiridos, em termos de equipamentos e serviços de cultura e lazer.



Figuras 64 e 65 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de serviços, equipamentos e comércio nas proximidades do seu concelho de residência, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projeto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Em termos conclusivos, genericamente os residentes do Grande Porto, considera que têm atualmente uma qualidade de vida positiva (6,2 pontos), relativamente baixa. A crise afetou, claramente, a qualidade de vida dos residentes, pois à cinco anos atrás, a qualidade de vida era claramente superior (7,4 pontos).

Numa abordagem geral, relativamente, a parte das amenidades urbanas oferecidas no concelho de residência, podemos sintetizar que para os residentes do Grande Porto existe uma satisfação global, claramente, positivacom a oferta funcional, essencialmente, a nível dos espaços verdes existentes, oferta de serviços de saúde, serviços de educação e comércio, com melhores classificações, acima dos 70 % dos inquiridos (de uma escala de 6 a 10) e uma satisfação razoável em termos de oferta de espaços públicos, com uma avaliação positiva de cerca de 69% dos inquiridos. Todavia, há alguma insatisfação com alguns serviços e equipamentos, nomeadamente, os de animação desportiva e os de cultura e lazer. Para além dos residentes do Grande Porto estarem satisfeitos com a oferta local, no que diz respeito à parte das amenidades urbanas, existe em termos de práticas sociais um distanciamento, relativamente, a algumas dessas amenidades, pois há uma grande percentagem da população que não usufrui, fundamentalmente, da oferta de equipamentos e serviços de animação desportiva, cultural e de lazer. Aparentemente, a oferta funcional nos domínios fundamentais não está a afetar, significativamente, a qualidade de vida dos residentes do Grande Porto.

“ Num contexto de crise, como o que estamos a atravessar, os níveis gerais de satisfação são perplexos. É necessário dispor de informação não só das condições objetivas, mas também o que as pessoas sentem no dia-a-dia, as suas preferências e aspirações” (Guerra, Marques, Matos & Ribeiro, 2014: 6).

Conclusões e Considerações finais

Chegados ao final desta investigação, é tempo de expor algumas conclusões e considerações finais, tentando resumir o que até aqui foi realizado e demonstrando os principais resultados obtidos.

De maneira muito sintetizada, devem lembrar-se as questões de partida e as finalidades mais importantes da investigação em curso, aplicada à Área Metropolitana do Porto. A questão de partida para a investigação foi esta : “Será que a oferta urbana (funções urbanas) condiciona a qualidade de vida dos residentes, mais concretamente que tipo de equipamentos e serviços procuram e que níveis de satisfação têm face à oferta que utilizam?”.

Esta questão partida, foi detalhada em:

- Análise das características sociais da população residente, de forma a avaliarmos a concentração territorial da população mais ou menos vulnerável socialmente. No pressuposto teórico, que as condições sociais podem condicionar a qualidade de vida dos indivíduos;

- Avaliação da distribuição espacial da oferta de serviços, equipamentos e comércio, no pressuposto teórico que o sistema urbano, ou a oferta diferenciada de funções urbanas pelo território, pode condicionar o acesso dos indivíduos às funções urbanas, essenciais para a qualidade de vida;

- Análise da procura urbana, através do estudo dos níveis de utilização dos equipamentos, serviços e comércio e dos níveis de satisfação, relativamente, à oferta existente no local de residência, no que se refere aos respetivos equipamentos, serviços e comércio;

- Por último, procura-se relacionar tudo com a qualidade de vida, de modo a procurarmos saber se a qualidade de vida é mais ou menos condicionada pelos fatores enunciados.

A nível teórico, o consumo é a utilização de bens serviços, energia e recursos por parte das pessoas, organizações ou sociedades. É um fenómeno que conheceu um grande crescimento, a partir do século XX, devido ao progresso económico nos países industrializados. O consumo é uma prática banal, que os cidadãos, fazem diariamente, em todo o tipo de ocasiões. O aumento massivo do consumo tem efeitos na melhoria das condições de vida da população, assim como no seu grau de satisfação. Sendo assim, vivemos numa “sociedade de consumo”, influenciada pela abundância massiva de objetos que modelam a vida humana. É esta sociedade, que hoje em dia difunde e estimula, a escolha de um estilo de vida e os níveis de consumo dos consumidores. Estilos de vida, definidos, por sua vez, como práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem as escolhas particulares e identitárias em domínios tão díspares como a habitação, a alimentação, os usos do corpo, o vestuário, a aparência, os hábitos de trabalho, o lazer, a religião, a arte, a organização do espaço e tempo ou o convívio com os outros atores sociais. Contudo, os gostos comuns tendem a corresponder a pertenças de classe e a caminhos sociais comuns e gostos diferentes a pertenças de

classe e trajetórias sociais diferentes. Daí a existência na sociedade de uma estratificação social, que distribui os indivíduos ou grupos por camadas sociais de importância distinta, designadas de classes sociais (classe alta, média e baixa). A divisão de classes sociais mostra as desigualdades da sociedade, que significa um grau desigual de acesso a bens, serviços e oportunidades, circunstância construída pela própria sociedade. Por vezes, as desigualdades sociais, resultam em situações de pobreza, que por conseguinte, conduzem à exclusão social, pois os indivíduos pobres são normalmente excluídos da sociedade (mas nem sempre acontece, pois há sociedades mais ou menos inclusivas).

Concluimos também, que a cidade é um espaço de funções, pois nela persiste uma elevada variedade de funções (terciária, industrial, residencial, de saúde, apoio social, educação, turística, entre outras) e a força destas varia de cidade para cidade. As funções urbanas, são na prática atividades que se desenvolvem no interior da cidade e nas suas periferias, com vista à satisfação das necessidades de vida da população.

As vivências urbanas podem retratar a cidade, através dos usos que as populações desenvolvem, dos serviços a que elas acedem ou querem aceder. No quotidiano da população, desenrola-se uma série de vivências urbanas, existindo uma elevada oferta urbana.

Tal como foi referido, anteriormente, existe uma oferta, relativamente, hierarquizada de funções centrais e uma estrutura hierarquizada de lugares centrais, seguindo a “Teoria dos lugares centrais”, proposta por Christaller (1933). No século XXI, esta teoria começa a ser interrogada e complementada com as noções de hierarquia de rede, “caracterizada e definida pela sua capacidade de estabelecer relações de interação com as diferentes componentes do sistema urbano” (Nunes, 2010: 13). Com o conceito de rede urbana, aparece a noção de policentrismo, que tem implícita uma ideia de estrutura multinuclear, composta por diferentes núcleos urbanos mais centrais ou periféricos, com os quais o centro urbano central estabelece. Neste âmbito, é pertinente referir que o conceito de justiça espacial de Soja, concretamente, a justiça espacial tem como pressuposto, que as representações espaciais dos habitantes, relativamente, ao acesso e grau de satisfação dos serviços, equipamentos e lazeres da cidade, são também cruciais.

Ainda em termos conceptuais, no final abordamos o conceito de qualidade de vida. O estudo baseia-se na proposta de Allardt (1993), através da concepção de bem-estar em função de três dimensões (Ser, Ter e Amar/Estar). O Ser alude-nos para as necessidades de crescimento pessoal dos cidadãos; o Ter associa-se às questões materiais e o Amar/Estar relaciona-se com as necessidades de interação social. Em termos analíticos a perspetiva metodológica desenvolvida por Hancock (2000), é muito operacional, pois desenvolve o conceito qualidade de vida, nas dimensões qualitativas e quantitativas, a nível individual e coletivo. Assim, analisar a qualidade de vida é complexo, não é consensual e é multidimensional. Para analisar este conceito, duas vias primordiais têm vindo a ser

adotadas no plano metodológico (a abordagem objetiva e a abordagem subjetiva).

Na avaliação empírica das vivências urbanas e da qualidade de vida, privilegiamos três caminhos analíticos: dois que seguiram uma abordagem objetiva (quantitativa) e um outro que seguiu uma abordagem subjetiva (qualitativa).

Na abordagem objetiva, criamos um sistema de informação geográfica para as freguesias da AMP, que possibilitou avaliar as características sociais da população residente, relativamente a três domínios: estrutura etária, escolaridade e desemprego. A cartografia realizada, sustentara um estudo espacial à escala da freguesia, que nos permitiu concluir que a AMP, possui um tecido social heterogéneo, a nível de todos os indicadores sociais analisados e que se manifestam padrões territoriais. Implicitamente, considera-se que de certa forma a estrutura social condiciona as vivências e a qualidade de vida da população. A idade, condiciona as capacidades físicas das pessoas, a escolaridade desenvolve diferentes capacidades de aceder e desenvolver os projetos de vida e o desemprego significa, que os indivíduos não têm acesso ao trabalho e a níveis de rendimento essenciais à qualificação das suas vidas.

No domínio da estrutura etária, são as freguesias dos concelhos de Maia, Paredes, Póvoa do Varzim, Trofa, Valongo e Vila do Conde que apresentam as populações mais jovens. Contrariamente, é nas freguesias de Arouca, Porto (parte oriental) e Vale de Cambra que se evidenciam situações de maior vulnerabilidade social, onde a população residente é mais envelhecida. Contudo, globalmente na AMP, evidenciam-se estruturas sociais com características mais jovens que os valores nacionais.

Em relação ao domínio da escolaridade, verifica-se que existe um nítido contraste entre as freguesias do litoral e as do interior (em que as freguesias localizadas mais perto do litoral apresentam uma população com níveis mais elevados de ensino, e pelo contrário mais para o interior, valores de ensino mais baixos, com população residente com níveis de ensino inferior ao básico). Arouca, Oliveira de Azeméis, Paredes e Vale de Cambra (exceto a sede de município), ostentam um grande número de freguesias com baixos níveis de escolaridade. Ao invés, são principalmente as freguesias dos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia, que apresentam níveis de ensino muito elevados, nas sedes dos concelhos de Espinho e Santa Maria da Feira, assim como na parte ocidental de Vila do Conde. Todavia, praticamente todas as freguesias, onde se localizam as sedes de concelho, têm populações residentes com níveis elevados de ensino inferior ao básico. Nesse sentido, os níveis de escolaridade estão a condicionar a qualidade de vida das populações, colocando-as numa situação de maior vulnerabilidade social.

Por último, no domínio do acesso ao emprego, as freguesias da AMP possuem uma taxa consideravelmente muito elevada de desempregados, existindo uma dicotomia territorial marcada entre as freguesias do sul da AMP (com níveis razoáveis de população desempregada) e as

freguesias dos da parte norte e centro. No sul, destacam-se as freguesias dos municípios de Oliveira de Azeméis, Arouca, Vale de Cambra e São João da Madeira (com valores muito baixos de população desempregada), enquanto as freguesias dos concelhos do Grande Porto, assim como as freguesias de Santo Tirso e Trofa, possuem valores mais elevados de desemprego.

No fundo, e de modo sintético, as freguesias da AMP, apresentam padrões espaciais, evidentemente marcados por situações de vulnerabilidade social, em que os indicadores da população residente com ensino inferior ao básico e a população residente desempregada predominam. Ambos os indicadores apresentam valores mais graves que os valores nacionais. É no domínio da estrutura etária, que as freguesias da AMP, evidenciam estruturas sociais com características sociais mais favoráveis, com o predomínio de população jovem (26,5%), tendo a AMP um valor superior ao valor nacional (25,8%).

Ainda no seguimento da abordagem objetiva, foi desenvolvido um outro sistema de informação geográfica para os concelhos da AMP, que permitiu avaliar a distribuição espacial da oferta de funções urbanas (equipamentos, serviços e comércio), referentes ao setor da saúde, apoio social, educação e formação, conhecimento, turismo, cultura, desporto e lazer, serviços administrativos e comércio e serviços. Assim, a generalidade os concelhos da AMP apresentam, uma alta diversidade de oferta funcional, sendo o concelho do Porto aquele que detém de longe, uma maior oferta funcional, afirmando-se, nitidamente, como o concelho polarizador de toda a AMP. De sublinhar, que em, praticamente, todas as análises funcionais realizadas por domínio, excetuando os equipamentos e serviços de desporto e lazer, em que o concelho de Santa Maria da Feira, sobressai com melhores níveis, o Porto apareceu sempre como o mais forte funcionalmente. Na coroa metropolitana, a oferta de funções urbanas, estrutura um sistema relativamente hierarquizado, com destaque para Matosinhos e Vila Nova de Gaia, seguido de Maia e depois Gondomar e Valongo. Igualmente, merece destaque pela sua distribuição funcional, o concelho de Santa Maria da Feira. Pelo contrário, os concelhos de Arouca, Trofa e Vale de Cambra demonstram uma fragilidade funcional saliente, face aos restantes concelhos. Os restantes municípios, sustentam uma distribuição funcional intermédia. Os setores com maior relevância, e com um maior número de funções são, o setor da saúde, do apoio social, serviços administrativos, desporto e lazer e comércio e serviços.

Quanto ao número de unidades funcionais, e seguindo a lógica definida anteriormente, também é o município do Porto que tem maior número de unidades funcionais, seguido de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Santa Maria da Feira. Em sentido contrário, sublinha-se os concelhos de Arouca, Trofa e Vale de Cambra como os que possuem menor número de unidades funcionais.

Na dimensão subjetiva (qualitativa), avalia-se a procura urbana de equipamentos, serviços e comércio, assim como as atividades de lazer mais procuradas e analisamos os níveis de satisfação da população residente do Grande Porto. Como método de análise, foi-nos fornecida uma base de

dados pelo CEGOT, com os dados estatísticos referentes a um inquérito por questionário aplicado em finais de 2014 (composto com as respostas de 863 inquiridos), mas somente foram selecionados os residentes do Grande Porto (565 inquiridos). Trata-se de uma amostra, representativa estatisticamente para esta área. O estudo, centrou-se numa primeira parte, nos hábitos e locais de consumo e lazer (ou seja, a procura urbana dos residentes em relação a um conjunto de serviços, comércio e atividades de lazer).

Numa análise global pelos resultados obtidos e tratados, podemos concluir que o concelho do Porto polariza nitidamente a procura do Grande Porto, tanto em termos de serviços, equipamentos, comércio, como no que se refere aos locais de consumo e lazer. Porém, quando os inquiridos (residentes do Grande Porto), não optam pelo Porto como destino de procura, normalmente escolhem os concelhos envolventes, essencialmente Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos. No que diz respeito, aos serviços e equipamentos que mais procuram, destacam-se, especificamente, os serviços de saúde (serviços médicos e hospital), enquanto os serviços de educação (ensino superior e ensino secundário e profissional) são os menos procurados, por parte da população residente, pois não sentem necessidade deles. Quanto ao comércio, a população residente realiza as suas compras, maioritariamente, nos centros comerciais e são o comércio de alimentação e vestuário os mais procurado. Tentamos também perceber, o nível de mobilidade territorial destes residentes, com questões sobre o local, onde os indivíduos procuram os serviços ou equipamentos que necessitam, e onde realizam, normalmente, as suas compras, e averiguámos que, genericamente, e a população, apresenta uma baixa mobilidade territorial, visto que procuram os serviços e fazem as suas compras, essencialmente, no seu concelho de residência. Relativamente às atividades de lazer, as pessoas inquiridas evidenciam por ordem de importância, a atratividade dos centros comerciais, dos parques verdes e dos cinemas.

Posteriormente, e numa segunda parte, a análise incidiu sobre o grau de satisfação dos indivíduos com a sua qualidade de vida em geral, e centrou-se no grau da satisfação, relativamente, a algumas das amenidades urbanas nas proximidades do local de residência.

Em termos conclusivos, numa abordagem geral, relativamente, às amenidades urbanas oferecidas no concelho de residência, genericamente os residentes do Grande Porto avaliam-nas positivamente. Os espaços verdes existentes, a oferta de serviços de saúde, os serviços de educação e o comércio, têm as melhores classificações. Existe uma satisfação evidente também, relativamente, à oferta de espaços público. Todavia, há alguma insatisfação com alguns serviços e equipamentos, nomeadamente, os de animação desportiva e os de cultura e lazer, os residentes do Grande Porto, para além de estarem satisfeitos com a oferta local, no que diz respeito à parte das amenidades urbanas, existe em termos de práticas sociais um distanciamento, relativamente, a algumas dessas amenidades, pois há uma grande percentagem da população que não usufrui, essencialmente, da

oferta de equipamentos e serviços de animação desportiva, cultural e de lazer). O que significa que, a oferta urbana não está a ser eficaz, em termos de uma justiça social, pois a oferta existe, no entanto a procura está a ser condicionada.

No que diz respeito à qualidade de vida, a população residente do Grande Porto avalia positivamente a sua qualidade de vida, apesar de se mais positiva há cinco anos do que hoje em dia.

Numa tentativa de síntese geral, a população da AMP em termos de vivências urbanas, possui uma oferta urbana altamente diversificada, mas apesar de a oferta ser variada, a procura é aparentemente condicionada territorialmente, pois a maior parte da população usufrui dos serviços, equipamentos e comércio no seu local de residência, e muitas das vezes os seus locais de residência não possuem um leque diversificado de funções urbanas.

Refletindo os nossos objetivos iniciais, podemos referir que os concelhos com uma estrutura social mais vulnerável (com mais população com menos escolaridade, eventualmente desempregados ou idosos), normalmente, são concelhos com uma oferta funcional mais reduzida (segunda Coroa Metropolitana, Arouca, Paredes, Santo Tirso, etc.). No entanto, também há contextos sociais intra-urbanos muito vulneráveis (por exemplo, a freguesia de Campanhã no Porto), em concelhos com uma oferta funcional boa (era interessante avaliar no futuro a oferta funcional, em termos intra-urbanos, na cidade do Porto). Os níveis de procura (uso expresso da oferta) são diferentes em função do tipo de serviço, equipamento ou comércio em causa, existindo ou não oferta. Ao longo da investigação verificou-se que existem serviços, equipamentos e comércio com uma procura potencial mais forte do que outros (os mais procurados são os serviços de saúde, o comércio de vestuário ou comércio de alimentação), contudo existem outros serviços e equipamentos com níveis baixos de procura (os de animação desportiva e as atividades culturais). Trata-se de uma procura, muito focalizada nos bens e serviços essenciais, aparentemente, menos aberta ao consumo de novas ou mais diversificadas funções urbanas. Há situações, em que há oferta local, mas os residentes não sentem necessidade, nem precisam desses equipamentos ou serviços. Geralmente, a população residente da AMP está satisfeita com a oferta urbana local e utilizam-a. Verificou-se também, que a população residente do Grande Porto, perdeu qualidade de vida, nos últimos cinco anos.

Genericamente, a oferta de funções urbanas não condiciona a qualidade de vida nas funções básicas, pois os níveis de satisfação são elevados nos domínios fundamentais (saúde, educação, comércio de alimentação e vestuário). No entanto, os níveis de insatisfação, em certos domínios, talvez explique os baixos níveis de utilização nessas funções (desporto e cultura), e desta forma essas funções, podem condicionar a qualidade de vida dos residentes do Grande Porto.

Em sùmula, os territórios onde a oferta é altamente diversificada, a população aparenta estar satisfeita com a oferta de equipamentos, serviços e comércio, sobretudo nas áreas onde predomina

uma estrutura social mais favorável socialmente e existe uma procura urbana razoável. Por outro lado, nas áreas urbanas onde a estrutura social é mais vulnerável socialmente, e onde os indivíduos estão insatisfeitos com a oferta urbana do seu local de residência, não existe uma oferta tão diversificada. Todavia, existe algumas exceções, por exemplo a omnipresença do concelho do Porto como o município mais polarizador a nível da oferta e procura de equipamentos, serviços e comércio e atividades de lazer, onde os residentes se sentem satisfeitos com a atual oferta de funções urbanas, mas apresenta uma estrutura social vulnerável, uma população envelhecida (sendo o concelho com valores mais elevados de população residente com 65 ou mais anos) e em termos de desemprego, pois para além de apresentar uma taxa de desemprego maior do que o valor nacional, encontra-se entre os concelhos com valores mais elevados de população residente desempregada.

Quanto aos objetivos do trabalho, pensamos ter genericamente cumpridos todos os que foram estabelecidos no início deste projeto. Os objetivos colocados foram desafiantes, pois exigiram um grande aprofundamento conceptual. As metodologias usadas conseguiram dar respostas às questões colocadas. O desenvolvimento desta dissertação, permitiu-me desenvolver o meu quadro teórico geográfico e aprofundar as minhas competências metodológicas (sobretudo estatísticas e cartográficas). Os desafios nesta investigação foram multidimensionais, o que tornou o processo difícil e demorado. Consegui avançar nas conclusões e consolidar algumas respostas às questões de investigação. Dada a abrangência e exigência desta investigação, ainda é necessário continuar a avançar nas leituras cruzadas dos dados. Sinto-me, assim, melhor preparada para os desafios, que se vão colocar no meu futuro.

Referências bibliográficas

Alves, M. H., César, F., Lopes, J. T. & Pombo, A. P. (2009). *Sociologia em acção: Sociologia 12º ano*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, P. (1983). Gostos de Classe e Estilos de Vida. *Revista de Sociologia*.39, 1- 41. Acedido, Março 23, 2015, em [http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20\(pierre%20bourdieu\).pdf](http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20(pierre%20bourdieu).pdf).

Bourdieu, P. (2007). A distinção: crítica social do julgamento. *Revista de Ciências Sociais da PUC – Rio*. 8, 303-306. Acedido Março 7, 2015, em http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/aritgo12_8.pdf.

Castro, A. L. de (2003). *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo: Annablume Editora.

Claval, P. (1987). *Geografia do Homem – Cultura, Economia e Sociedade*. Coimbra: Almedina.

Coke, E. C. G. da S. de M. (2003). *A Baixa Comercial de Faro e o Centro Comercial Forum Algarve: Desempenho na Óptica de Comerciantes e de Consumidores*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia – Universidade do Algarve, Portugal.

Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais – cadernos democráticos*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Cruz, I. M. F. da S. (2009). *Entre Estruturas e Agentes: Padrões e Práticas de Consumo em Portugal Continental*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.

Damas, S. N. (2010). *Pobreza e Exclusão Social*. Trabalho Académico, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal.

Diogo, V. (2010). Dinâmicas de Inovação Social e suas implicações no Desenvolvimento Espacial: uma abordagem a três iniciativas do Terceiro Setor do Norte de Portugal. In *XII Colóquio Ibérico de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto*, 6-9 de Outubro 2010 (1-22).

EDEC - Esquema de Desenvolvimento Europeu Comunitário (1999). *Para um Desenvolvimento Equilibrado e Sustentável do Território Europeu*. Acedido Março 3, 1999, em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000005001-000006000/000005195.pdf>.

ESPON - European Observation Network, Territorial Development and Cohesion (2005a). *Potentials for polycentric development in Europe* – Final Report 1.1.1. Acedido Março 3, 2005, em http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/ThematicProjects/Polycentricity/fr-1.1.1_revised-full.pdf.

Fernandes, J. A. R. & Marques, T. S. (2008). Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte – Sistema Urbano e Organização do Território. Porto.

Ferrão, J. (2004). *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida : Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Relatório Académico, ISCET, Portugal.

Gaspar, J. (1981). *A área de influência de Évora- sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos.

Gil, B. E. D. (2009). *Mobilidade Pedonal do Espaço Público: Caso de Estudo e Aplicação ao Projeto e Sete Rios*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Gomes, R. E. N. (2008). *Novas Dinâmicas de Consumo: Sociedade de Consumo*. Trabalho Académico, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal.

Gomes, J. C. B (2009). *A mobilidade e a teoria da cidade compacta. Caso estudo: a cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Guerra, P., Marques, T. S., Santos, H. & Silva, F. (2011). Da Rua à Metrópole – morfologias, policentrismo e vivências urbanas. *A rua é nossa... de todos nós: Simpósio*, Lisboa, 13-19 Fevereiro 2011 (1 – 18).

Guerra, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*. 10, 91-110.

Guerra, P., Marques, T. S., Matos, F. L. & Ribeiro, D. (2014). Coesão social e territorial no Grande Porto: contributo para um debate de social e espacial. In *XVI Colóquio Ibérico / XIV Colóquio Ibérico de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade do Minho*, 11-14 de Novembro 2014 (1-6).

Guerra, P., Marques, T. S., Matos, F. L. & Ribeiro, D. (2014). Refletir a Qualidade de Vida e as Amenidades Urbanas no Grande Porto. In *XVI Colóquio Ibérico / XIV Colóquio Ibérico de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade do Minho*, 11-14 de Novembro 2014 (1-6).

INE - Instituto Nacional de Estatística (2004). Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional – Região Centro. *Instituto Nacional de Estatística (INE) Web site*. Acessado Janeiro 19, 2015, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11355196&PUBLICACOESmodo=2.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011 – XV recenseamento geral da população e V recenseamento geral da habitação, Resultados Definitivos* de Portugal.

Lei nº 11 / 87 de 7 de Abril, “Lei de bases do Ambiente”, artigo 5º, I série Nº 81.

Lobato, C & Oliveira, S. de (2015). *Raio X11- Geografia A -11ª ano*. Porto: Areal Editores.

Lopes, A. (2014). *Análise de Clusters Hierárquica*. Texto Teórico de Apoio, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal.

Lopes, A., Pinho, H & Queirós, A. (2014). *Descobrir Portugal – Geografia A, 11º ano*”. Porto: Porto Editora.

Lopes, A. S. (1979). *Desenvolvimento regional – problemáticas, teorias, modelos*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.

Madureira, H. (2000). *Processos de transformação da estrutura verde no Porto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto, Portugal.

Magalhães, S. R. (2014). *Morfologia, Forma e Sustentabilidade Urbana: Um Ensaio Metodológico Aplicado em Diferentes Contextos Territoriais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.

Marques, T. M. V. S. (2002). *Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX / XXI)*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.

Marques, T. S. & Fernandes, J. A. R. (2008). *Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte-Sistema Urbano*.

Marreiros, A. F. D. (2010). *Policentrismo, o PROT do Algarve e o contributo de Albufeira para uma Região Urbana Policêntrica*. Relatório de Estágio, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa, Portugal.

Martins, I. C. G. (2011). *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.

- Martins, I. & Santos, L. D. (2002). *A Qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto*. Trabalho Académico, Faculdade de Economia – Universidade do Porto, Portugal.
- Miller, D. (1998). Perspetivas de justiça social. *Revista Análise Social*. 2 e 3, 323-339.
- Mimoso, J. (1998). *As atividades de lazer nocturno na Cidade do Porto e seus arredores: uma visão geográfica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.
- Nunes, M. G. V. (2010). *Policentrismo em Portugal: Uma avaliação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia – Universidade do Porto, Portugal.
- Pelletier, J. & Delfante, C. (2000). *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Portes, L. A. (2011). Estilo de Vida e Qualidade de Vida: semelhanças e diferenças entre os conceitos. *Lifestyle J.* 1, 8-10. Acedido Fevereiro 28, 2015, em <http://revistas.unasp.edu.br/LifestyleJournal/article/download/128/127>.
- Ramos, A. E. S. B. (2014). *Redes Urbanas Policêntricas: Operacionalização no Subsistema Sines / Santiago do Cacém / Vila Nova de Santo André*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Reis, F. & Teixeira, A. (2010). *Sociologia 2 – Módulos 55, 56 e 57, Nível 3 – Ensino Profissional*. Porto : Areal Editores.
- Ribeiro, D. (2011). *Qualidade de Vida em Contexto Urbano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.
- Rocher, G. (1989). *Sociologia Geral – Acção Social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, D. S. (2008). *Sistema de informação para a avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários*. Dissertação de Doutoramento, Escola de Engenharia – Universidade do Minho, Portugal.
- Rodrigues, W. (1992). Urbanidade de novos e estilos de vida. *Sociologia - Problemas e Práticas*. 12, 91-107. Acedido Fevereiro 26, 2015, em <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/28/288.pdf>.
- Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal – uma Geografia Urbana*. Porto: Afrontamento.
- Santos, F. C. A. do (2008). *Características físicas e sociais do espaço público: Novos casos de estudo sobre as vivências urbanas no Centro Histórico de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Santos, S. R. D. dos (2011). *A qualidade de vida urbana: aplicação de um inquérito online para a avaliação da percepção individual*. Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia – Universidade do Minho, Portugal.

Silva, G. B. de (1981). Critérios de Estratificação Social. *Revista de Saúde Pública*. 15, 38-45. Acedido Fevereiro 6, 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v15n1/05.pdf>.

Soja, E. W. (2009). *The City and Spatial Justice*. Los Angeles: Department of Geography, University of California.

Soja E. W. (2010). *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Veiga, A. (2014). *O programa Especial de Realojamento no Concelho de Valongo: Uma análise à Qualidade de Vida nos Bairros PER de Montes da Costa, Palmilheira e Galinheiro*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Portugal.

Páginas Web Consultadas

- IGP (Instituto Geográfico Português) – Disponível <http://www.igeo.pt/>- Acedido em Novembro de 2014.

- INE (Instituto Nacional de Estatística) – Disponível em <http://www.ine.pt/> - Acedido em Novembro e Dezembro de 2014.

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Soja - Acedido a 3 de Junho de 2015.

- http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Harvey - Acedido a 3 de Junho de 2015.

Programas / softwares utilizados

- *ESRI ArcGIS 10.2*.

- *Microsoft Office Excel*.

- *Microsoft Office Word*.

- *SPSS Statistics 21*.

Anexos

Anexo 1 – Serviços considerados para a hierarquia de funções

Fonte (adaptado do INE, 2004: 61)

Serviço	Serviço
Rep. Finanças	Eq. Informático*
Cart. Notarial	Inst. musicais*
Cons. Civil	Art. Desporto*
Cons. Predial	Art. Caça/pesca*
Cons. Comercial	CDs/cassetes*
Tribunal	Flores*
P. Policial (PSP, GNR)	Animais domésticos*
Corp. Bombeiros	Livros*
Corp. Bombeiros c/ serv. Ambulâncias	Jornais/revistas*
Ag. Bancária	Art. papelaria*
Cx. Multibanco	Perfumes*
Ag. Seguros	Art. Ourivesaria/ relojoaria*
Ag. Imobiliária	Prod. Agrícolas*
Ag. Viagens	Mercado local (retalhista)
P. Turismo	Centro Comercial
Ag. aluguer automóveis	Hipermercado
Esc. Condução	Supermercado
Esc. Advocacia	Mini-mercado/Mercearia
Gab. Cont./Consultadoria	Feira
Gab. Proj. Const. Civil	Ed. Pré-Escolar pública
C. Veterinária	Ed. Pré-Escolar privada
Aloj. cuidados c/ animais	1º Ciclo-público
Ag. Funerária	2º Ciclo-público
Rep. motoc. ciclomotores	3º Ciclo-público
Rep. veíc. auto ligeiros	1º Ciclo-privado
Rep. veíc. auto pesados	2º Ciclo-privado
Rep. máq. agrícolas	3º Ciclo-privado
Assist. venda pneus	Ens. Sec. público
C. insp. automóvel.	Ens. Sec. privado
Stand bicicletas	Centro de formação profissional
Stand moto. ciclomotores	Esc. línguas
Stand automóveis	Esc. informática
Comércio sucatas	Esc. arte
P. abast. combustível	Hospital Geral
P. abast (24h)	C. atend. toxicodependentes
P. abast. GPL .	C. reab. Def. motores
Rep. Electrodomésticos*	C. apoio doentes c/ Sida
Tinturaria*	Centro Saúde
Cabeleireiro*	Hospital/Clinica
Gab. estética*	Posto de enfermagem
Clube Vídeo*	Farmácia
Serv. Fotocópias*	Análises clínicas
Charcutaria*	Radiologia
Peixe*	Ecografia
Fruta*	T.A.C
Art. Vestuário*	Cl. Trat. Toxicodependência
Calçado*	Creche
Art. retrosaria*	Lar de crianças e jovens
Gás*	Lar de Idosos
Mobiliário*	Centro de dia
Electrodomésticos*	Centro de emprego
Loiças*	Centro de ATL
Mat. Construção*	Pisc. Coberta
Mat. Eléctrico*	Pisc. Descuberta
Ferragens*	Gr. campo jogos
Chaves*	Peq. campo jogos
Óculos/oftalmologia*	Pavilhão desportivo
Telemóveis*	Ginásio
Art. Fotográficos*	

Anexo 2 – Hierarquia das funções centrais, por classe

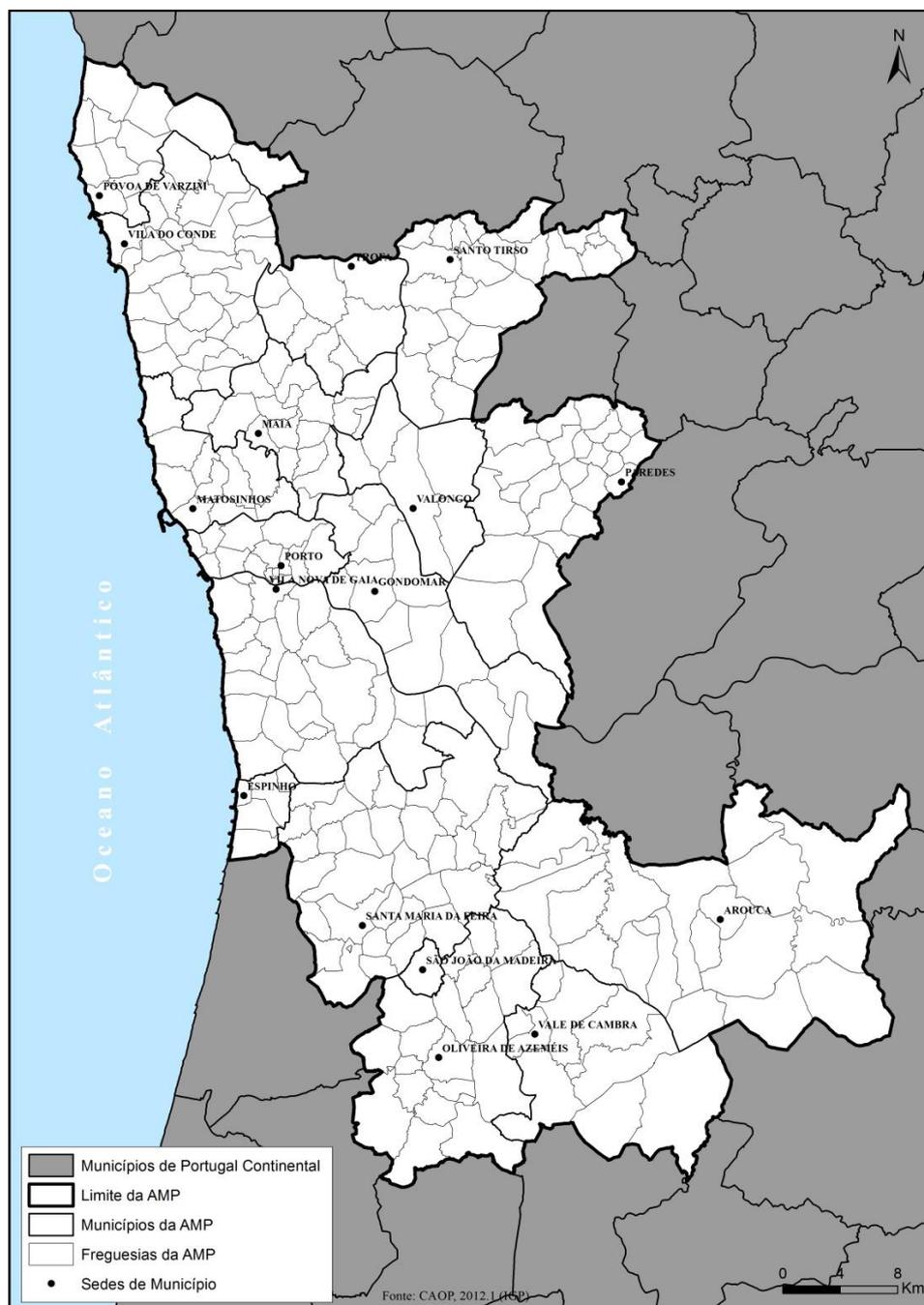
Fonte (adaptado do INE, 2004: 64 a 66)

Classes		Serviço	Total
			Nº
Classe 1 Funções muito especializadas	1	C. apoio doentes c/ Sida	34
	1	Cl. Trat. Toxicodependência	76
	1	Hospital Geral	83
	1	C. reab. Def. motores	84
	1	Hospital/Clinica	94
	1	Hipermercado	105
	1	Ens. Sec. privado	116
	1	C. atend. toxicodependentes	128
	1	T.A.C	134
	1	Centro de emprego	162
	1	3º Ciclo-privado	169
	1	2º Ciclo-privado	173
	1	C. insp. Automóvel	175
	1	Centro de formação profissional	193
Classe 2 Funções especializadas	2	Alq. cuidados c/ animais	234
	2	Tribunal	239
	2	Esc. línguas	240
	2	1º Ciclo-privado	253
	2	Esc. informática	255
	2	P. abast. GPL	272
	2	Ecografia	274
	2	Radiologia	276
	2	Ag. aluguer automóveis	283
	2	Cons. Comercial	284
	2	Lar de crianças e jovens	287
	2	Cons. Predial	296
	2	Cons. Civil	304
	2	Cart. Notarial	325
	2	Rep. Finanças	351
	2	P. Turismo	369
	2	Pisc. Coberta	372
	2	Inst. musicais	374
	2	P. abast (24h)	377
	2	Centro Comercial	397
	2	Ens. Sec. público	431
	2	Pisc. Descuberta	439
2	Ag. Viagens	453	
2	Esc. arte	463	
2	C. Veterinária	493	
2	Corp. Bombeiros c/ serv. ambulâncias	517	
2	Corp. Bombeiros	528	
2	Posto de enfermagem	562	
2	P. Policial (PSP, GNR)	627	

Classe 3 Funções pouco especializadas	3	Esc. Condução	682	
	3	Ginásio	689	
	3	Óculos/oftalmologia	700	
	3	Ag. Imobiliária	731	
	3	Clube Vídeo	745	
	3	3º Ciclo-público	770	
	3	Comércio sucatas	790	
	3	Art. Caça/pesca	813	
	3	Tinturaria	823	
	3	Mercado local (retalhista)	823	
	3	Eq. informático	825	
	3	Telemóveis	826	
	3	Pavilhão desportivo	849	
	3	Art. desporto	850	
	3	Esc. Advocacia	862	
	3	Supermercado	868	
	3	Gab. Proj. Const. Civil	905	
	3	Ed. Pré-Escolar privada	907	
	3	Feira	929	
	3	Art. fotográficos	961	
	3	CDs/cassetes	1 000	
	3	2º Ciclo-público	1 006	
	3	Livros	1 021	
	3	Ag. Funerária	1 026	
	3	Lar de Idosos	1 033	
	3	Análises clínicas	1 063	
	3	Chaves	1 082	
	3	Art. Ourivesaria/relojaria	1 097	
	3	Animais domésticos	1 116	
	3	Ag. Bancária	1 116	
	3	Stand moto. ciclomotores	1 124	
	3	Creche	1 152	
	3	Ag. Seguros	1 153	
	3	Stand bicicletas	1 153	
	3	Gab. Cont./Consultadoria	1 247	
	3	Gab. e estética	1 263	
	3	Stand automóveis	1 327	
	3	Cx. Multibanco	1 343	
	3	Assist. venda pneus	1 408	
	3	Centro de ATL	1 420	
	3	Art. papelaria	1 473	
	3	P. abast. combustível	1 518	
	3	Farmácia	1 579	
	3	Rep. máq. agrícolas	1 600	
	3	Perfumes	1 618	
	3	Rep. electrodomésticos	1 642	
	3	Rep. veic. auto pesados	1 653	
	3	Jornais/revistas	1 670	
	3	Centro de dia	1 765	
	3	Flores	1 782	
	3	Rep. motoc. ciclomotores	1 840	
	3	Ferragens	1 878	
	3	Mat. eléctrico	1 936	
	3	Electrodomésticos	1 949	
	3	Centro Saúde	1 962	
	3	Mobiliário	1 984	
	3	Art. Retrosaria	2 101	
	Classe 4 Funções não especializadas	4	Mat. Construção	2 241
		4	Serv. fotocópias	2 256
		4	Calçado	2 261
		4	Prod. Agrícolas	2 362
4		Loiças	2 382	
4		Rep. veic. auto ligeiros	2 438	
4		Gr. campo jogos	2 532	
4		Cabeleireiro	2 537	
4		Peq. campo jogos	2 610	
4		Art. vestuário	2 645	
4		Ed. Pré-Escolar pública	2 968	
4		Charcutaria	3 486	
4		Mini-mercado/Mercearia	3 815	
4		Peixe	3 818	
4		1º Ciclo-público	3 922	
4		Gás	3 961	
4		Fruta	3 965	

Anexo 3 – Área Metropolitana do Porto, por freguesia

Fonte (adaptado do INE, 2004: 64 a 66)



Anexo 4 – Tabela com taxas (%) correspondentes a cada indicador social individual tratado, em

2011

Fonte (adaptado do INE, Censos de 2011, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Concelhos	Taxa de população residente inferior ao ensino ao básico (%)	Taxa de população residente com ensino superior completo (%)	Taxa de população residente dos 0 – 24 anos de idade (%)	Taxa de população residente com 65 ou mais anos de idade (%)	Taxa de população residente desempregada (%)
Arouca	65,1	7,3	27,6	18,0	8,1
Espinho	53,5	14,2	23,4	20,6	18,4
Gondomar	51,8	10,9	26,5	15,0	16,9
Maia	43,6	18,6	27,1	13,4	14,1
Matosinhos	46,9	17,7	25,1	16,1	15,0
Oliveira de Azeméis	59,6	8,1	25,7	17,6	8,9
Paredes	62,6	6,8	31,4	11,3	15,5
Porto	41,6	25,1	22,5	23,2	17,6
Póvoa de Varzim	55,3	11,8	28,5	15,0	13,8
Santa Maria da Feira	57,4	10,2	27,3	14,8	14,8
Santo Tirso	60,4	8,8	25,2	17,2	17,4
São João da Madeira	49,7	13,1	26,0	16,5	11,0
Trofa	56,4	8,7	28,4	13,4	16,8
Vale de Cambra	59,9	9,5	23,7	21,1	8,1
Valongo	51,3	11,7	27,7	13,3	16,9
Vila do Conde	56,0	11,4	27,7	14,7	14,5
Vila Nova de Gaia	49,3	14,6	26,2	15,4	17,9

Anexo 5 – Total das unidades funcionais e total de funções urbanas por domínio, por concelho, na AMP, em 2015

Fonte (Base de dados fornecida pelo CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2015)

Concelhos	Total das Unidades Funcionais	Nº de Funções da Saúde	Nº de Funções de Apoio Social	Nº de Funções de Educação e Formação	Nº de Funções do Conhecimento	Nº de Funções da Cultura	Nº de Funções do Turismo	Nº de Funções de Desporto e Lazer	Nº de Funções de Comércio e Serviços	Nº de Funções Administrativas	Total das Funções
Arouca	126	8	8	2	0	6	2	5	5	5	41
Espinho	183	11	8	3	1	7	6	8	5	6	55
Gondomar	430	9	10	5	0	7	3	6	5	7	52
Maia	544	10	9	5	1	6	3	7	7	9	57
Matosinhos	763	14	10	5	7	7	3	8	7	10	71
Oliveira de Azeméis	288	13	9	4	4	6	3	9	6	7	61
Paredes	244	10	8	4	2	5	3	8	6	6	52
Porto	2629	16	13	6	7	7	6	7	7	16	85
Póvoa do Varzim	325	14	10	3	1	5	4	9	6	8	60
Santa Maria da Feira	563	12	12	5	4	7	2	10	7	7	66
Santo Tirso	288	14	8	5	1	4	2	6	7	7	54
São João da Madeira	159	10	10	4	2	4	2	8	6	10	56
Trofa	109	11	5	5	2	3	2	3	4	6	41
Vale de Cambra	105	8	7	2	0	5	2	5	4	5	38
Valongo	265	14	9	5	0	5	2	4	6	8	53
Vila do Conde	322	13	11	5	2	6	3	9	7	6	62
Vila Nova de Gaia	1041	14	10	5	4	6	3	9	7	7	65
Total	8384	201	157	73	38	96	51	121	102	130	969

Anexo 6 – Percentagem dos locais da AMP, que as pessoas inquiridas mais gostam de frequentar, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projecto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

Nome do Concelho	%
Baixa do Porto	21%
Ribeira do Porto	18,3%
Foz do Douro (Porto)	6,1%
Aliados (Porto)	4,2%
Cais de Gaia	4%
Parque da Cidade (Porto)	3,2%
Rua de Santa Catarina (Porto)	2,7%
Praia de Matosinhos	2,6%
Avenida da Boavista (Porto)	2%
Matosinhos Sul	1,9%
Praias de Vila Nova de Gaia	1,9%
Praias de Matosinhos	1,6%
Clérigos (Porto)	1,4%
Leça da Palmeira	1,2%
Matosinhos	1,2%
Palácio de Cristal (Porto)	1,1%
Estádio do Dragão (Porto)	1%
Ribeira de Gaia	1%
Jardins do Palácio de Cristal (Porto)	0,9%
Norte Shopping (Porto)	0,9%
Sé do Porto	0,9%
Marginal de Gaia	0,8%
Centro da Maia	0,7%
Rua de Cedofeita (Porto)	0,7%
Bolhão (Porto)	0,7%
Casa da Música (Porto)	0,7%
Piolho (Porto)	0,7%
Antas (Porto)	0,5%
Avenida da República (Vila Nova de Gaia)	0,5%
Cidade da Maia	0,4%
Cidade de Matosinhos	0,4%
Gramido (Gondomar)	0,4%
Marginal de Matosinhos	0,4%

Praia da Madalena (Vila Nova de Gaia)	0,4%
Serralves (Porto)	0,4%
Afurada (Vila Nova de Gaia)	0,3%
Arrábida Shopping (Vila Nova de Gaia)	0,3%
Cordoaria (Porto)	0,3%
Madalena (Vila Nova de Gaia)	0,3%
Cidade do Porto	0,3%
Douro Marina (Vila Nova de Gaia)	0,3%
Estação de São Bento (Porto)	0,3%
Jardim de São Lázaro (Porto)	0,3%
Jardins de Serralves (Porto)	0,3%
Museu de Serralves (Porto)	0,3%
Praia de Espinho	0,3%
Praia de Lavadores (Vila Nova de Gaia)	0,3%
Zona Industrial do Porto	0,3%
Campanhã (Porto)	0,2%
Canidelo (Vila Nova de Gaia)	0,2%
Centro de Vila Nova de Gaia	0,2%
Cidade de Espinho	0,2%
Gaia Shopping	0,2%
Galerias de Paris (Porto)	0,2%
Jardim Arca d'água (Porto)	0,2%
Jardim do Morro (Vila Nova de Gaia)	0,2%
Marquês (Porto)	0,2%
Miramar (Vila Nova de Gaia)	0,2%
Praia da Aguda (Vila Nova de Gaia)	0,2%
Praia de Canidelo (Vila Nova de Gaia)	0,2%
Praia de Leça (Matosinhos)	0,2%
Praia do Molhe (Porto)	0,2%
Praia do Paradão (Matosinhos)	0,2%
Trindade (Porto)	0,2%
Águas Santas (Maia)	0,1%
Feira de Santana na Maia	0,1%
Alfândega (Porto)	0,1%
Avintes (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Batalha (Porto)	0,1%
Biblioteca Municipal Almeida Garrett (Porto)	0,1%

Bonfim (Porto)	0,1%
Cafés (Gondomar)	0,1%
Campo Alegre (Porto)	0,1%
Campus de São João (Porto)	0,1%
Centro de Matosinhos	0,1%
Cidade de Ermesinde	0,1%
Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)	0,1%
Dolce Vita (Porto)	0,1%
El Corte Inglés (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Feira Semanal de Espinho	0,1%
Francelos (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Fundação de Serralves (Porto)	0,1%
Jardim da Cordoaria (Porto)	0,1%
Jardim do Chantre (Maia)	0,1%
Jardim do Covelo (Porto)	0,1%
Jardim do Passeio Alegre (Porto)	0,1%
Mar Shopping (Matosinhos)	0,1%
Marginal do Porto	0,1%
Miragaia (Porto)	0,1%
Palácio da Bolsa (Porto)	0,1%
Parque da Lavandeira (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Parque das Merendas (Gondomar)	0,1%
Parque do Avioso (Maia)	0,1%
Parque Municipal de Paredes	0,1%
Parque Nascente (Gondomar)	0,1%
Parques Verdes na Maia	0,1%
Passadiço do Rio Douro (Gondomar)	0,1%
Pólo Universitário (Porto)	0,1%
Ponte Dom Luís (Porto)	0,1%
Praça da República (Porto)	0,1%
Praça dos Leões (Porto)	0,1%
Praia da Baía (Espinho)	0,1%
Praia da Granja (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Praia de Avintes (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Praia de Salgueiros (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Praia de Sãozinha (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Praias da Póvoa do Varzim	0,1%

Praias do Porto	0,1%
Quinta da Caverneira/ Espaços Municipais (Maia)	0,1%
Ribeirinha (Vila do Conde)	0,1%
Rua Miguel Bombarda (Porto)	0,1%
Santo Ovídio (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Senhor da Pedra (Vila Nova de Gaia)	0,1%
Senhora da Saúde (Vila Nova de Gaia)	0,1%

Anexo 7 – Percentagem por concelho dos locais da AMP, que as pessoas inquiridas mais gostam de frequentar, em 2014

Fonte (Base de Dados do Projecto “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação”, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014)

